



# Ciências das Religiões

abordagens sobre espiritualidade,  
saúde e religiosidades

Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona  
Diógenes Faustino do Nascimento  
Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti  
Iany Cavalcanti da Silva Barros  
(Organização)

**unesp**

Centro Universitário

**Ciências das Religiões:  
abordagens sobre espiritualidade,  
saúde e religiosidades**

Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona  
Diógenes Faustino do Nascimento  
Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti  
Iany Cavalcanti da Silva Barros  
(Organização)

**Ciências das religiões:  
abordagens sobre espiritualidade,  
saúde e religiosidades**

Editora IESP

Cabedelo  
2019



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA – IESP

**Diretora Geral**

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

**Diretora Acadêmica**

Iany Cavalcanti da Silva Barros

**Diretor Administrativo/Financeiro**

Richard Euler Dantas de Souza

**Editores**

Cícero de Sousa Lacerda

Hercilio de Medeiros Sousa

Jeane Odete Freire Cavalcante

Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha

**Corpo editorial**

Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda

Hercilio de Medeiros Sousa – Computação

José Carlos Ferreira da Luz – Direito

Larissa Nascimento dos Santos - Design

Marcelle Afonso Chaves Sodré – Administração

Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia

Rafaela Barbosa Dantas – Fisioterapia

Rogério Márcio Luckwu dos Santos – Educação Física

Thiago Bizerra Fideles – Engenharia de Materiais

Thiago de Andrade Marinho – Mídias Digitais

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis

Copyright © 2019 – Editora IESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (IESP)**

C287c Carmona, Raquel de Lourdes de Miranda e Silva.  
Ciências das religiões: abordagem sobre espiritualidade, saúde e religiosidades / organizadores, Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona *et al.* - Cabedelo, PB: Editora IESP, 2019.  
253 p.

Tipo de Suporte: E-book  
Formato: PDF  
Modo de Acesso: World Wide Web  
ISBN 978-85-5597-137-2

1. Ciência religiosa. 2. Espiritualidade. 3. Ciências das religiões. 4. Saúde – Religião. 5. Religiosidade. I. Título.

CDU: 279.224

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

**Editora IESP**

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,  
Bloco Central – 2 andar  
Morada Nova. Cabedelo - PB.  
CEP 58109-303

## Sumário

<b>Prefácio</b> .....	7
<i>Diógenes F. do Nascimento</i>	
<i>Ivanice Frazão de Lima e Costa</i>	
<i>Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona</i>	
<b>Nota da organização</b> .....	13
<i>Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona</i>	
<i>Diógenes Faustino Nascimento</i>	
<i>Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti</i>	
<i>Iany Cavalcanti da Silva Barros</i>	

### Parte I - Espiritualidades e Saúde

<b>Capítulo I - Na saúde ou na doença: reflexões sobre religiosidade, espiritualidade e emocionalidade no contexto da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)</b> .....	14
<i>Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti</i>	
<i>Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona</i>	
<i>Iany Cavalcanti da Silva Barros</i>	
<b>Capítulo II - A religiosidade e espiritualidade como instrumentos atenuantes no processo do envelhecer</b> .....	36
<i>Mônica da Mota Fonseca</i>	
<i>Diógenes Faustino do Nascimento</i>	
<b>Capítulo III - Meus olhos se consomem de tristeza (Salmos 31:9): a depressão no contexto assembleiano</b>	54

*Emmanuel Paulino de Luna*  
*Diógenes Faustino do Nascimento*  
*Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona*  
*Iany Cavalcanti da Silva Barros*

**Capítulo IV - Espiritualidades, psicologias e saúde:  
diálogos possíveis.....72**

*Laionel Vieira da Silva*

## **Parte II - Religiosidades**

**Capítulo V - Joia de crioula, religião nem tanto.....93**

*Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona*

*Luciano Honório e Carvalho*

*Cassiano Augusto Oliveira da Silva*

*Hercílio Medeiros de Sousa*

**Capítulo VI - Cantos e encantos das turimbas/toadas  
nos toques dos Orixás e Jurema.....110**

*Karina Ceci de Sousa Holmes*

*Diógenes Faustino do Nascimento*

**Capítulo VII - A Comissão Pastoral da Terra na Paraíba:  
perspectivas a partir das Ciências das Religiões.....128**

*Emmanuel Paulino de Luna*

*Carlos André Macêdo Cavalcanti*

**Capítulo VIII- Movimento camponês na Paraíba: da Liga e da libertação pela religiosidade popular.....150**

*Edilson Antonio da Silva*

*Diógenes Faustino do Nascimento*

**Parte III - Ensino Religioso**

**Capítulo IX - As contribuições sociais oferecidas pelo ensino religioso aos direitos humanos .....173**

*Alan Nickerson Alves*

*Diógenes Faustino do Nascimento*

**Capítulo X - O mosaico sagrado da diversidade religiosa nas aulas do ensino religioso: por uma cultura de paz .....199**

*Maria José Torres Holmes*

**Capítulo XI - Diversidade e transdisciplinaridade no Ensino Religioso e nas Ciências da Religião: um olhar a partir da obra “Olhinhos de Gato”, de Cecília Meireles. ....225**

*Themis Andréa Lessa Machado de Mello*

*Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona*

**Capítulo XII - A formação de docentes no ensino religioso .....236**

*Andréia Rodrigues da Silva Nunes*

*Diógenes Faustino do Nascimento*

**Lista dos Colaboradores .....248**



---

# Prefácio

---

*Prof. Me. Diógenes F. do Nascimento<sup>1</sup>*  
*Profa. Dra. Ivanice Frazão de Lima e Costa<sup>2</sup>*  
*Profa. Ma. Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona<sup>3</sup>*

**N**esta obra, apresentamos uma seleção de textos dos alunos e professores da primeira turma do Curso de Pós-Graduação (Especialização) em Ciências das Religiões, Diversidade e Ensino Religioso do Centro Universitário UNIESP<sup>4</sup>, além de estudos criteriosamente selecionados de colaboradores de áreas afins, apresentando um conteúdo multidisciplinar que envolve *Espiritualidade, Saúde e Religiosidades*.

Assim, expomos aqui uma coletânea de textos que servirão de apoio para a produção de novos textos, de instrumento norteador às práticas docentes e de vivências nas mais diversas áreas de conhecimento, sobretudo, para os estudos de Ciências das Religiões (CR), tendo em vista a formação do docente de Ensino Religioso (ER).

---

<sup>1</sup> Cf. Lista de Colaboradores.

<sup>2</sup> Cf. Lista de Colaboradores.

<sup>3</sup> Cf. Lista de Colaboradores.

<sup>4</sup> Atualmente o Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP, com nota 5, conceito máximo de excelência do MEC, obteve a categoria de Centro Universitário reconhecida e se encontra em fase de transição documental, portanto no texto nos referimos a Centro Universitário UNIESP.

Nosso curso foi pensado visando oferecer uma formação ampla e multidisciplinar de promoção ao respeito e às diversidades cultural, religiosa e social, fomentando o diálogo com todas as manifestações religiosas e não religiosas. Nesse sentido, objetivamos capacitar teórica e metodologicamente, discentes e docentes, para atuarem na área do ER e demais campos do estudo e das vivências das religiões e que todos compreendam o fenômeno religioso em suas pluralidades de ser e existir, respeitando as constantes transformações e os mais distintos aspectos históricos, culturais, sociais, filosóficos e políticos, dentre outros.

Nos 15 meses de vivência acadêmica, nossos discentes e docentes passaram por experiências únicas e inovadoras que fomentaram a observação de outras práticas religiosas e não religiosas. Também, participamos de Congressos, Seminários e Encontros acadêmicos e científicos, internacionais, nacionais e regionais, com a apresentação de trabalhos orais, além da colaboração como debatedores e mediadores de workshops da área e publicação em anais e revistas.

Nossa sala de aula foi ampliada para além das fronteiras físicas institucionais quando participamos de aulas de campo na Aldeia indígena São Domingos na Baía da Traição e visitas assistidas em um terreiro afro-brasileiro na região metropolitana de João Pessoa, na Paraíba. Portanto, as riquezas adquiridas na trajetória das experiências intrínsecas ao universo da sala de aula, bem como ao espaço para edições extracurriculares, estão refletidas nessa coletânea textual.

Para nós, professoras(es) e coordenação, trata-se de um produto que muito nos orgulha e nos gratifica. Acreditamos que dessa forma estamos contribuindo para o fortalecimento da grande área das Ciências das Religiões e nesse entendimento, é uma colaboração que se faz ainda mais pertinente diante das

novas atualizações das orientações para o ensino, à pesquisa e formação continuada em CR.

Nosso projeto já nasceu atualizado com as novas discussões da área, pactuada com o parecer CNE/CP nº 12/2018, homologado pela Portaria MEC nº 1.403, de 27 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 28 de dezembro de 2018, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a Proposta Curricular do Estado da Paraíba - Educação Infantil e Ensino Fundamental. Tudo isto foi possível por contarmos em nossa equipe docente com professoras(es) atuantes e engajados na formação, qualificação e colaboradores dos projetos discutidos e implementados nacionalmente.

Por fim, e não por último, agradecemos a Magnífica Reitora Profa. Erika Marques do Centro Universitário UNIESP, anteriormente Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP, pela sensibilidade com a qual acolheu esse projeto; a Pró-Reitora Acadêmica Dra. Iany Barros, por seu empenho e dedicação para com a publicação desse livro; a COOPERE na pessoa de seu coordenador, o Prof. Dr. Cícero Sousa Lacerda pela forma como conduziu nossa orientação na formulação dos caminhos e nas decisões a serem tomadas; ao Prof. Odilon Carneiro, que de maneira salutar nos acompanhou, orientou e compartilhou dos nossos sonhos e metas.

Graças a todos esses esforços, planejamentos, dedicação e compromissos firmados com a melhor prática em educação cidadã, caminhamos para a terceira turma em 2020, ano no qual pretendemos reafirmar os mesmos compromissos acrescidos de mais experiência e novos olhares, bem como, firmes do nosso dever para com as Ciências das Religiões, abrindo portas nos mais variados campos disciplinares.

Desejamos que essa seja uma leitura, para além do campo acadêmico, em busca de respostas para as questões que persistem

sem respostas ou para questões subjetivas, para sua própria satisfação e necessidade. Mas, acima de tudo, que possa oferecer um novo olhar sobre velhas práticas e costumes nada ecumênicos. São leituras para discentes, dirigentes religiosos, técnicos pedagógicos, além de as pessoas que desejam conhecer sobre esse mundo tão escondido e tão revelado que é o mundo das religiões.

Por fim, dessa forma fazemos nossas as palavras de Klaus Hock (2010, p. 228) ao dizer que “[...]. Hoje em dia, conhecimentos básicos sobre religião e movimentos religiosos já não deveriam pertencer ao tesouro de educação exclusiva de uma pequena elite intelectual, mas ser parte integral da educação universal de todas as pessoas [...]”. Por assim entender é que em nosso discurso reiteramos desejos de uma boa leitura!

---

# Nota da organização

---

*Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona*

*Diógenes Faustino Nascimento*

*Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti<sup>5</sup>*

*Iany Cavalcanti da Silva Barros<sup>6</sup>*

Falar em espiritualidade, saúde e religiosidades é entrar em um universo amplo e que exige uma demanda de muitas mãos. Nesse sentido, resolvemos nos juntar em um coro polifônico para compor essa obra trazendo para um diálogo inovador na nossa instituição, as mais diversas ciências, representadas na atuação de docentes e discentes do Centro Universitário UNIESP e que de alguma forma se entrelaçam com os estudos das Ciências das Religiões.

Objetivando contribuir com a apresentação de um volume eclético e dinâmico dividimos os capítulos por três partes distintas: Espiritualidade e Saúde; Religiosidades e Ensino Religioso, contemplando o que está previsto no nosso curso de Especialização em Ciências das Religiões, Diversidade e Ensino Religioso.

Nesse entendimento, procuramos mostrar na parte inicial, a importância da espiritualidade e emocionalidade para a saúde no contexto da PNPS<sup>7</sup> mostrando que a fé no enfrentamento da doença e das adversidades é parte da perspectiva de cura, discutindo o adoecimento crônico, o envelhecimento, a depressão na conjuntura religiosa, além dos diálogos com as psicologias.

---

<sup>5</sup> Cf. Lista de Colaboradores.

<sup>6</sup> Cf. Lista de Colaboradores..

<sup>7</sup> Política Nacional de Promoção de Saúde.

Em segundo momento a diversidade religiosa ocupa lugar com a representação do imaginário católico popular brasileiro, na representação das "joias de crioula", nas religiões afroindígenas, bem como, na Teologia da Libertação com os olhares da religião e religiosidade populares no movimento camponês.

Por fim, na terceira e última parte apresentamos uma proposta de Ensino Religioso plural e dinâmica, em favor de uma formação docente firmada na abordagem multidisciplinar, mostrando as interfaces de uma sala de aula cidadã, pautada em uma cultura de paz e pelos direitos humanos.

Nesse universo tão plural das Ciências das Religiões, cada texto é um convite ao diálogo, cada frase é uma construção pela diversidade e cada palavra é no intuito de se somar ao coro dos que buscam consolidar a nossa área de conhecimento.

Desejamos bons frutos para essa colheita!

---

**Parte I**  
**Espiritualidade e Saúde**

---

# Capítulo I

## **Na saúde ou na doença: reflexões sobre religiosidade, espiritualidade e emocionalidade no contexto da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**

*Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti  
Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona  
Iany Cavalcanti da Silva Barros*

No contexto que relaciona o uso da fé na perspectiva de cura, podemos nos deparar com situações totalmente antagônicas, casos em que os tratamentos médicos são substituídos por tratamentos espirituais; casos nos quais os dois tipos de tratamento são utilizados concomitantemente, além dos casos nos quais um tipo de tratamento prejudica o outro. Assim, vamos concordar com as proposições de Röhr (2012) quanto à formação humana com sua visão integral do ser humano, composta por dimensões básicas que se definem como: física, sensorial, emocional, mental e espiritual, atentando para o fato de que todas as dimensões devem ser consideradas na perspectiva da integralidade humana.

Nesse sentido, os estudos de Röhr (2012) dialogam numa relação direta com a Construção do ser humano na Tradição Grega Arcaica, referida por Possebom (2016), de acordo com a qual esse modelo se manifesta pluridimensional, ou seja, formado por envoltórios citados como: físico, vital, emocional e mental, todos juntos abrigoando a sua essência definida como alma. Também, nessa proposta, acrescentamos a Educação Emocional explicitada por Gonsalves (2017), como uma possibilidade imprescindível e facilitadora para autocura, ou



seja, para o encontro de bem-estar e harmonia do ser, que se reflete em saúde.

Eis a problemática a ser trabalhada nesse estudo: as doenças, o lugar delas nas nossas vidas e a variadas formas de enfrentamento compreendidas na religiosidade, espiritualidade e emocionalidade. Decidimos, portanto, estudar as questões na saúde e na doença, analisando o contexto da Política Nacional de Promoção de Saúde (PNPS) na demanda voltada para o adoecimento crônico. De outra maneira, as perguntas se repetem e se ampliam, como em caso de adoecimento os pacientes portadores de doenças ditas incuráveis, conseguem encontrar direcionamento no modo de vida que inclui uma insegurança constante de comprometimento da saúde? Como comportamentos de dimensão emocional podem influenciar na saúde ou na doença? Mediante a certeza de não curar uma doença, porque apostar no espiritual, que se projeta como algo que não vemos, mas que sentimos?

Entendemos que nossa ideia se fundamenta como um tema de importância social, uma vez que a realidade dos adoecimentos agudos e/ou crônicos tem sido crescente e alvo de preocupação da Política Nacional de Promoção da Saúde, que tem se orientado para propostas inovadoras e socialmente inclusivas (BRASIL, 2008). Os estilos de vida das pessoas apresentam características marcantes para a continuidade desse fato. Podemos confirmar isso nos resultados das pesquisas na área da saúde que informam o quanto é preocupante as comorbidades advindas de fatores como sedentarismo, sobrepeso, alimentação escassa e ou inadequada, uso desenfreado de bebidas alcoólicas e drogas, níveis elevados de estresse, qualidade do sono etc., que são patologias multifatoriais de caráter fisiológico, psicossocial, emocional, dentre outros.

Nesse sentido, objetivamos tratar da atuação da religiosidade e da espiritualidade na saúde e na doença, compreendendo sua relação com as emoções básicas do ser humano, além de verificar quais atividades podem ser estimuladas, consideradas arrojadas para responder a demanda da PNPS, na tentativa de fazer um encontro com perspectivas de

melhora na qualidade de vida por meio da prevenção e do enfrentamento das doenças a partir do autoconhecimento emocional e espiritual. Portanto, optamos pelo aporte bibliográfico da pesquisa exploratória com a abordagem qualitativa, nos estudos acadêmicos que tratam da promoção da saúde através da prevenção, bem como, aqueles que trazem narrativas acerca de dos tratamentos com terapias integrativas e complementares, além das manifestações de religiosidade, espiritualidade nas interfaces com a Educação Emocional na Saúde Pública, uma vez que estaremos tratando de uma Política Nacional de Saúde.

Pelo exposto, seguimos com a abordagem qualitativa que “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipótese” GIL (2009, p.40). Assim, o diálogo entre os autores é essencial e nessa perspectiva, Denthefsen e Dahlke (2007) para fundamentar os conhecimentos sobre religiosidade e espiritualidade no contexto da doença e da cura, para em seguida dimensionar a discussão nas Ciências das Religiões, visto ser a nossa Área de estudo, com as terminologias que compõem o arcabouço teórico pautado numa multidisciplinaridade.

## **1 Uma abordagem plural para objetos plurais**

Definir termos como religião, religiosidade, espiritualidade e emoção se apresenta como tarefa ingrata, uma vez que dificilmente vamos chegar ao termo final. Portanto, a clássica afirmação de Filoramo e Prandi (1999, p. 8) que chama a atenção para o fato de que todo o "problema epistemológico básico das ciências das religiões – constituído pela alternativa “explicar ou compreender a religião” – surgiu pela primeira vez, em toda sua complexidade no início do século XX". Nesse entendimento, Sampaio (2014) vai sintetizar:

A discussão do conceito de religião já ocupou inúmeros teóricos, pesquisadores, das mais diversas áreas, dentre as quais destaco as Ciências Sociais, particularmente a Antropologia e a Sociologia da Religião, e as Ciências das Religiões. A lista de autores seria bastante significativa e o número de definições apresentadas seria tranquilamente inumerável. Apenas numa breve menção, pensando estes campos de estudo destacados, poderíamos citar: Max Müller, Émile Durkheim, Max Weber, Rudolf Otto, Mircea Eliade, Marcel Mauss, Clifford Geertz, Joachim Wach, Peter Berger, dentre muitos outros (SAMPAIO, 2014, p. 58).

No viés do que apresenta Sampaio (2014), nossa intenção está no destaque da pluralidade do objeto, que aponta para uma polifonia terminológica, tanto quanto de abordagens metodológicas plurais. Acerca desse pluralismo, acrescentamos:

Religiões consistem em noções, atitudes e emoções, comportamentos e organização social no que diz respeito aos seres e/ou uma realidade, cuja existência e atividade não podem ser verificadas nem falsificadas por meios empíricos, mas que os fiéis acreditam existir e estar ativa em suas vidas e/ou determinar o seu destino futuro (PLATVOET apud HANEGRAAFF, 1999, p. 348).

No que diz respeito ao contexto plural, Asad (1993, p. 116) assinala com um lugar onde não há "uma definição universal de religião", porque depende de diversificados contextos, bem como construções múltiplas e discursos que se fundamentam em época e lugares diferentes, mas como um

produto histórico pertinente a uma determinada época. E ao referenciar uma terminologia multifacetada para religião, vamos igualmente falar sobre religiosidade.

Religiosidade é citada por Boff (2005) como uma religião que suscita *práxis*, ou seja, aquela que gesta as manifestações do sagrado e que consequentemente vai sedimentar o arcabouço cultural. Frequentemente confundida com religiosidade, a espiritualidade é hoje um dos termos que tem despertado interesse, sobretudo das ciências da saúde (TONIOL, 2015). Portanto, compreendê-la é fundamental, assim:

Espiritualidade é a dimensão peculiar de todo ser humano e o impulsiona na busca do sagrado, da experiência transcendente na tentativa de dar sentido e resposta aos aspectos fundamentais da vida. A espiritualidade não é monopólio das religiões ou de algum movimento espiritual. Ela é inerente ao ser humano (GOMES et al., 2014, p. 109).

Por assim entender, a espiritualidade está diferenciada da religiosidade, porque não está ligada necessariamente a uma religião, aliás faz parte das manifestações humanas. Como tal, vem despertando o interesse progressivo no contexto da saúde, o que fica evidente em um estudo de Toniol (2015), que aponta em um gráfico as pesquisas realizadas junto a base de dados *Medline* a partir dos descritores 'saúde' e 'espiritualidade' feitas por Koenig entre os anos 70 até o final da década de 90, quando os estudos passam de 1 a 293 em 20 anos e, dando continuidade, Toniol (2015) vai prosseguir a partir do ano 2000 até 2009, mostrando que em uma década esse número ascendeu para 2513 trabalhos. O que deixa transparecer que o interesse no entrelaçamento dos termos espiritualidade e saúde aumentou, bem como o número de periódicos livros e estudos acadêmicos só reforçou a relevância da temática.

Dando continuidade a fundamentação teórica, que traz um lastro para esse estudo, vale mostrar o que é entendido como

emocionalidade. Assim, o termo refere-se à qualidade do que é emocional. Possebom (2017, p. 18) afirma que emoção “é definida por um conjunto complexo de interações subjetivas e objetivas que ocorrem mediante uma ativação, ou seja, mediante um acontecimento gerador”.

Outro aspecto a ser considerado nos estudos realizados acerca de religiosidade, espiritualidade na área de saúde tem concorrido para o preparo do profissional de saúde na lida, tanto com esse ser integral, quanto por apreender esse olhar holístico, como a postura diante das práticas integrativas. Nesse sentido, as escolas de ciências da saúde (medicina e enfermagem), sobretudo com movimentos iniciados nos EUA a partir da segunda década do século XX, segundo Jordan e Barbosa (2019) vem apresentando preocupação com a formação desse profissional nas práticas éticas. No entanto, ainda muito timidamente alguns profissionais, por falta de formação ou mesmo orientação na raiz dos Projetos Políticos- Pedagógicos (PPP) dos cursos de formação, nos quais essa questão, na maioria das vezes, não está contemplada, não se sentem à vontade para abordar acerca da espiritualidade dos pacientes.

## **1.1 Saúde e doença**

Atualmente não nos espantamos com pessoas centenárias que apresentam condições de saúde e lúcidas suficientes para se considerar boa qualidade de vida. Este fato se dá mediante mudanças no comportamento do ser humano, estilo de vida, acesso a saúde e liberdade de expressão que também incluem as questões emocionais e espirituais. O conceito de saúde como preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS), é o estado de completo bem-estar físico, mental, espiritual e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade.

Atentando para a relevância da espiritualidade na integralidade da saúde, a OMS incluiu, no ano de 1988, a dimensão espiritual no conceito multidimensional de saúde, ou como assinala Gomes (2014), referindo-a às questões de

significado e sentido da vida e não a restringindo a nenhum tipo específico de crença ou prática religiosa. É necessário reconhecer que tanto quanto os conceitos formatados e engessados que afastaram, no universo acadêmico, espiritualidade e saúde até a década de 70 do século XX (TONIOL, 2015; KOENIG, 2004), compreender a doença na atualidade, é possível a partir de uma abordagem holística, que enxergue o homem Ser Integral, pluridimensional. Mais recentemente, Antunes et al (2018) realizaram uma revisão sistemática acerca das práticas corporais nas perspectivas das PICs, bastante válido para essa discussão.

Nosso objeto de estudo aqui estabelecido por regulação das emoções primárias e como esta repercute no enfrentamento do adoecimento que afeta a qualidade de vidas das pessoas e como estas se sustentam num contexto de espiritualidade que fomenta a fé na melhora do estado de adoecimento e até mesmo de bem-estar, uma vez que não há esperança na cura.

Segundo Neves “As conceituações em torno da ideia de saúde não são fixas e variam de acordo com o momento histórico, aliado às condições políticas, sociais, econômicas, culturais” (NEVES, 2011, p. 23). As discussões acerca dos conceitos de saúde e doença se tornam cada vez mais preponderantes, sobretudo, quando chama atenção ao conceito de doença:

A doença é um estado do ser humano que indica que, na sua consciência, ela não está mais em ordem, ou seja, sua consciência registra que não há harmonia. Essa perda de equilíbrio interior se manifesta no corpo como um sintoma. Sendo assim, o sintoma é um sinal e um transmissor de informação, pois com seu aparecimento, ele interrompe o fluxo da nossa vida e nos obriga a prestar-lhe atenção (DETHLEFSEN; DAHLKE 2017, p. 17).

A partir do olhas dos autores epigrafados, há uma contextualização para o estado de saúde, tanto quanto para o

estado de doença. Fica claro que a harmonia das funções do corpo dentro do entrelaçamento de todas as dimensões do ser humano se traduz em equilíbrio e este em saúde. Assim, entendemos que os sintomas representam o estado de doença traduzido pelo desequilíbrio do indivíduo em suas dimensões ou apenas em uma delas. Dethlefsen; Dahlke (2017) compreendem que os sinais sintomáticos são os caminhos da cura.

## **1.2 A Política Nacional de Promoção de Saúde (PNPS): ações inovadoras e inclusivas**

No intuito de compreendermos a PNPS e relacionar sua pertinência dentro do presente trabalho, tomamos como relevantes as considerações e esclarecimento de Malta, et al. (2016) nos seus argumentos quando afirmam que no Brasil, a busca pela saúde é uma batalha travada no âmbito sociopolítico, ou seja “representou um grande avanço na história brasileira. A saúde passou a ser considerada um direito de todos os cidadãos e a ser assegurada pelo Estado. Porém, nem sempre é fácil garantir o acesso igualitário” (DACAL; SILVA, 2018, p. 725). Tais dificuldades também são perpassadas por esbarrar em um sistema que sempre favoreceu as elites, com a saúde não seria diferente.

Difícil, mas não impossível, Malta et al (2016), Dacal e Silva (2018) e Antunes et al (2018) engrossam o coro de vozes que discursam pela associação do sistema de saúde no modelo do SUS, avança quando põe por terra um modelo mecanicista e traz à tona uma nova forma de exercer os serviços de saúde associando-os à qualidade de vida, que a coloca em uma luta por medidas e estratégias pela democratização do cuidado com a saúde, além das garantias constitucionais dos Direitos humanos. Assim:

O Sistema Único de Saúde (SUS) é efeito da articulação de uma série de forças sociais e

políticas em defesa da saúde como bem público e, ao mesmo tempo, é a forma como o Estado brasileiro se organizou para efetivar as políticas de saúde no país. À medida que o SUS adota uma compreensão ampliada de saúde, objetivando superar a perspectiva hegemônica desta como ausência de doença, com foco na análise dos efeitos dos condicionantes sociais, culturais, econômicos e bioecológicos e, concomitante, articulação intersetorial e com a sociedade para a redução de vulnerabilidades e riscos, se compromete com a Promoção da Saúde (MALTA et al., 2016, p. 1684).

Nesse entendimento, podemos vislumbrar que o SUS em seu compromisso constitucional tenta responder ao que está expresso na Carta de Ottawa (1986), na qual 35 países “ratificaram como ações de saúde aquelas que objetivem a redução das iniquidades” (MALTA et al., 2016, p. 1984). São ações que reconhecem como condições essenciais para a promoção de saúde: “Paz – Habitação – Educação – Alimentação – Renda - ecossistema estável – recursos sustentáveis - justiça social e equidade (ONU, 1986; Brasil, 2002), o que deixa antever que as sociedades devem incrementar suas políticas sociais em busca dessa equidade que traz qualidade de vida. A partir de então, é importante que o Brasil venha se posicionar a favor das práticas integralizadas, ou seja:

[...]a inserção das PIC nos serviços de saúde se coaduna com o movimento da Reforma Sanitária e uma série de questionamentos feitos ao modelo biomédico, sobretudo no que diz respeito a sua baixa integralidade, expressa nos limites diagnósticos e terapêuticos (ANTUNES et al., 2018, p. 229).



Seguindo o percurso do que preconiza a ONU, a PNPS ganha uma feição encorpada quando o governo inclui estratégias inclusivas para complementar a medicina tradicional, uma vez que se torna inevitável o olhar holístico na abordagem do ser humano como Ser Integral, enquanto que, as especialidades agora começam a se render a essa integralidade. Surge, portanto, a inserção dos saberes tradicionais que descortinam um novo cenário na busca pela saúde.

Ainda que seja de certo modo difícil largar o antigo paradigma biomecânico (normalidade-patologia) que será substituído pela vitalidade-energia, o mais importante será que a partir dessa nova prática, na qual as PICs se inserem, o sujeito será o centro da atenção. Antunes et al (2018) consideram que esse novo modelo vai corroborar para superar o antigo olhar que enxergava o ideal da doença a partir de um corpo fragmentado. Assim o olhar do especialista é importante, mas não mais do que a integralidade, quando esse ser integral passa a ser visto como um conjunto

Contemplamos essas afirmações ao verificar o texto do documento oficial do Governo Federal que trata do assunto ao aprovar o que denomina de Práticas Integrativas e Complementares (PICs), o que extrapola o espaço biofisiológico (ANTUNES et al., 2018). Dentre elas: Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) por meio da Portaria nº 849/2017. Como registro, vale assinalar que:

Evidências científicas têm mostrado os benefícios do tratamento integrado entre medicina convencional e práticas integrativas e complementares. Além disso, há crescente número de profissionais capacitados e habilitados e maior valorização dos conhecimentos tradicionais de onde se originam grande parte dessas práticas. No ano passado foram capacitados

mais de 30 mil profissionais (BRASIL, 2018, *online*).

O documento de 2017, vem complementar e inserir novas práticas, uma vez que Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), instituída pela Portaria nº 971/2006 do Ministério da Saúde, trouxe diretrizes norteadoras para Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, Homeopatia, Plantas Medicinais e Fitoterapia, Medicina Antroposófica e Termalismo Social/Crenoterapia como saberes tradicionais inseridos no SUS (DACAL; SILVA, 2018).

Essa inserção vai ajudar a consolidar o uso das práticas tradicionais elevando-as ao lugar das Medicinas Tradicionais e Complementares, que são compostas por abordagens de cuidado e recursos terapêuticos não farmacológicos, desenvolvidos por milhares de anos e que possuem um importante papel na saúde global por considerar as regionalidades e as especificidades.

### **1.3 Religiosidade, espiritualidade e emocionalidade na promoção da saúde**

Muitos interesses e discussões se fazem presentes nas questões ligadas a saúde e a espiritualidade. Conquista-se a busca por um ser saudável e feliz dentro dos padrões do conhecimento científico, que nada tem a ver com o mundo transcendente, mas com a crença de que o homem em sua essência é ser integral e não é prudente compartilhar seus aspectos em partes separados, sendo fracionado, perdendo a sua integralidade. Nesse entendimento, é pertinente considerar as dimensões que compõem a formação do homem a partir dessa integralidade. Assim:

Para conceituar a formação humana, uma visão integral do ser humano e da realidade em que se encontra que especialmente inclui

a sua dimensão espiritual, portadora de uma importância especial na nossa temática, sem negar, em momento algum, a indispensável atenção que deve ser prestada a todas as demais dimensões. Distinguimos, num primeiro passo, cinco dimensões que chamamos de básicas. A **dimensão física** inclui a corporalidade físico-biológica, da qual, em parte, nem temos percepção. A **dimensão sensorial** é representada pelas nossas sensações físicas, calor-frio, dor-prazer físico, doce-amargo etc., enfim a percepção que possuímos através dos nossos cinco sentidos: tato, visão, audição, olfato e paladar. A **dimensão emocional** abrange a vida da nossa psique, os estados emocionais (medo, insegurança, euforia, apatia, tristeza, melancolia, impaciência, dispersão, solidão, saudade, indecisão, pessimismo etc.) e suas respectivas movimentações e compensações. A **dimensão mental** do ser humano inclui, em primeiro lugar, o racional e lógico no sentido mais restrito, ou seja, aquilo que compartilhamos em termos de pensamentos com todos os seres humanos, os pensamentos universais, formais (lógica, matemática). Abrange também a capacidade de reflexão- de questionar todas as coisas, inclusive a si mesmo -, a recordação / memória, a imaginação / fantasia, a compreensão / criação de ideias e, finalmente, a nossa intuição, quando sabemos e não podemos justificar, em última instância, por que sabemos. O que é mais difícil identificar é a quinta, **dimensão espiritual**. Não se confunde essa dimensão com a religiosa que, em parte, pode incluir a espiritual, mas que contém algumas características como as da revelação como intervenção direta de Deus e de um tipo de organização social que, dessa forma, são

estranhas ou não necessárias à dimensão espiritual. Aprofundamos as questões envolvidas nessa breve caracterização da dimensão espiritual, logo após a apresentação da nossa visão sobre a integralidade do ser humano (RÖHR, 2012, p. 13. Grifos do autor).

Dessa maneira enxergamos o homem integral nas várias dimensões descritas por Röhr (2012), o que nos auxilia na compreensão de que não é possível conceber a espiritualidade distante/dissociada da matéria e com isso vemos que a relação profunda dos termos saúde e doenças totalmente envolvidas na religião. Por isso nos convencemos cada vez mais que o uso da espiritualidade em contextos de adoecimento crônico nos auxilia com informações relevantes de modo que seja possível contribuir com o conhecimento das vivências estabelecidas pela compreensão do comportamento do indivíduo das próprias emoções, que são inatas ao ser humano

Há uma grande conquista por energias solidárias, são as forças interiores que o ser humano pode buscar para minimizar os efeitos negativos da vida acelerada, muitas vezes identificados como causas de doenças, se constituindo fator motivador para aprofundar os estudos e nessa busca, nos deparamos com a proposta de Gonsalves (2015), que aponta a Vivência Emocional Libertadora (VEL) como um processo educativo válido para a expansão da consciência. Nesse sentido, é válido:

Busca-se evidenciar as estratégias que podem ser utilizadas para a implantação desse processo que corresponde à possibilidade de vivenciarmos de forma adaptativa e autopoietica todas as emoções, considerando a promoção do bem-estar e a libertação. (GONSALVES 2015, p. 18).

Encontramos em Gonçalves (2015) uma abordagem coerente com as necessidades de melhora nas condições de modo de viver das pessoas com vista a busca de uma qualidade de vida que as permitam viver com a expectativa de dor constante, mas alicerçadas na regulação das emoções básicas (primárias) que certamente serão facilitadoras deste processo educativo. Avante faremos uma abordagem mais profunda a cerca desses conceitos que se referem às emoções.

Pensando na formação do homem e a intrínseca relação entre as dimensões básicas do ser humano estabelecidas por Röhr (2012), logo fazemos relação com as dimensões, funções e classificações das emoções citadas por Gonçalves (2015, p. 31) quando afirma que: “A emoção é um conceito multidimensional, integrando uma variedade de estados com conteúdo distintos. É comum encontrarmos referências de que as emoções possuem três dimensões básicas: neurofisiológica, comportamental e cognitiva”.

Muito interessante a descrição de Damásio (1994) no estudo sobre a emoção no livro *Retorno ao erro de Descartes*, entendemos ser necessário verificar o quanto esse tema sempre apresentou relevante importância e que acabava sendo deixado de lado a real necessidade de estabelecer a emoção como um objeto de estudo imprescindível. Assim, afirma:

Se tivéssemos vivido por volta de 1900 e sentíssemos algum tipo de interesse por assuntos intelectuais, provavelmente acharíamos que chegara a hora de a ciência dedicar-se a compreender a emoção em suas muitas dimensões e satisfazer definitivamente a crescente curiosidade do público a respeito do tema. Nas décadas precedentes, Charles Darwin demonstrara que certos problemas emocionais estão presentes, de modos notavelmente comparáveis, em espécies não humanas. William James e Carl Lange haviam apresentado uma proposta inovadora para

explicar como as emoções são desencadeadas. Sigmund Freud fizera das emoções a peça central de sua investigação dos estados psicopatológicos. E Charles Sherrington dera início ao estudo neurofisiológico dos circuitos cerebrais envolvidos na emoção. Com tudo isso, porém, o ataque geral ao estudo da emoção, naquele momento, não aconteceu. Ao contrário, à medida que as ciências da mente e cérebros desabrocharam no século XX, seus interesses voltaram-se para outros temas, e as especialidades que hoje agrupamos imprecisamente no rótulo “neurociência” mostraram total descaso pelo estudo da emoção. É bem verdade que ela nunca foi esquecida pelos psicanalistas, e que houve nobres exceções: farmacologistas e psiquiatras ocupados com distúrbios do humor, psicólogos e neurocientistas que, isoladamente, procuraram analisar o afeto. Essas exceções, no entanto, meramente ressaltaram a desatenção pela emoção como objeto de estudo. O behaviorismo, a revolução cognitiva e a neurociência computacional não reduziram essa desatenção em grau apreciável (DAMASIO, 1994, p. 9).

Estudos sobre a emoção e seu valor no contexto da busca por harmonia nas dimensões que formam o homem são reafirmados em Damásio (2003) Apud Gonsalves (2015, p. 56) quando explica que a “tomada de consciência da emoção advém da estratégia de proteção ampliada, aprendida pelo ser humano ao longo do seu processo de desenvolvimento, ao longo de suas experiências de vida”. Na fala das emoções, Possebon e Possebon (2017) classificam-nas como: básicas, secundárias e autoconscientes. No entanto demos ênfase para às emoções primárias, pelo fato de enxergar na regulação dessas emoções

um meio para trazer de volta ao indivíduo uma condição de bem-estar e controle do adoecimento, uma vez que através do conhecimento das emoções primárias o indivíduo poder manter um equilíbrio na dimensão emoção e esta por sua vez favorecer o equilíbrio nas demais dimensões do ser humano.

Segundo os autores as emoções básicas conhecidas como primárias por serem inatas ao ser humano e presente em todas as culturas é formada por um conjunto de seis emoções: alegria, raiva, tristeza, surpresa, nojo, medo. Ao nosso objeto de estudo, nos interessa observar o comportamento dessas emoções e verificar qual delas tem maior preponderância de regulação ou desregulação no comportamento emocional das pessoas doentes de forma crônica, uma vez que sua função principal é a proteção (POSSEBON; POSSEBON, 2017)

Contudo, não corroboramos a classificação que é dada quanto a emoção ser positiva ou negativa. Concordamos com Possebon, que apresenta as emoções como naturais e as situações nas quais elas ocorrem é que podem ser positivas ou negativas. Isto pode ser visto quando ela afirma que “Também é relevante esclarecer que não é adequada à distinção entre emoções positivas ou negativas. Todas as emoções possuem uma função adaptativa.” (POSSEBON 2017, p.34).

Diante do exposto e por apresentar um estudo qualitativo, nos trabalhos mais relevantes aqui apresentados, o de Dacal e Silva (2018) apresentam as práticas integrativas no contexto da cronicidade da doença. Trazendo estatísticas de impactos positivos, sobretudo nas dimensões psicológica, física e emocional. Embora apontem para necessidade de maior aprofundamento e estudos mais sólidos. No entanto, consideram de efetiva importância a complementaridade, tal qual referenciamos no início desse trabalho, entre a medicina convencional e outras racionalidades médicas, além de ressaltarem o preconceitos dos profissionais de saúde em relação às PICs, o que nos indica ainda uma longa jornada a trilhar.

## 2 Considerações finais

As indagações quanto às questões sobre religiosidade, espiritualidade e emocionalidade possuem influências na saúde ou na doença diante das perspectivas do indivíduo, apresenta-se como um tema de especial relevância frente a busca da promoção de saúde. Percebe-se uma mudança no paradigma da medicina tradicional que vislumbra o ser como partes que precisa de apoio nas especialidades médica, em detrimento de uma medicina integrativa que enxerga o ser com integral que encontra possibilidades de cura na medicina tradicional em conjunto com as vivências em práticas integrativas e complementares que abordará o ser pluridimensional na busca de harmonias em todas as suas dimensões e/ou envoltórios.

Buscamos responder ao entrelaçamento que a religiosidade, espiritualidade e emocionalidade se encontram a partir dos saberes tradicionais suportados numa abordagem socialmente inclusiva, como pretende a PNPS. Trazendo um olhar que parte das definições dos termos religião, religiosidade, espiritualidade, emoção, saúde e doença, com intuito de fundamentar os conhecimentos e relacionar a Educação Emocional como uma grande proposta de se colocar em prática uma das orientações da PNPS ao incluir as PNPICS. Todavia fica muito evidente a necessidade da expansão dessas políticas para a população em geral. Fato que motiva a propagação da Educação Emocional no para todo e qualquer meio que trabalhe com saúde e educação.

Tem chamado muito atenção o desenfreado processo de adoecimentos crônicos na população em geral, com uma ênfase nas doenças causadas por características de fatores emocionais, mentais e que muitas vezes não são compreendidos e são responsabilizados pelas características do mal que é oriundo da vida intensa exigida no capitalismo do qual vivemos. A desregulação emocional está presente num grande número de pessoas no mundo todo e tem deixado fortes indícios de desequilíbrio na harmonia que deve fazer parte da constituição do ser humano.



## Referências

ANTUNES, Priscilla de Cesaro et al. Revisão sistemática sobre práticas corporais na perspectiva das práticas integrativas e complementares em saúde. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 55, p. 227-247, out. 2018. ISSN 2175-8042. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2018v30n55p227>>. Acesso em: 16 nov. 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n55p227>.

ASAD, T. Genealogies of religion: discipline and reasons of power in Christianity and Islam. Baltimore: **The Johns Hopkins University Press**, 1993.

BOFF, Leonardo. **São José a personificação do Pai**. Campinas: Verus Editora, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **As cartas de promoção à saúde**. Brasília: O Ministério; 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2006. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 971, de 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União** 4 maio 2006; Seção 1. Acesso em: 10 de nov. de 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução 197/1997. Estabelece e reconhece as terapias alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem [Internet]. **Diário Oficial da União** 1997. Disponível em:

[http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-1971997\\_4253.html](http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-1971997_4253.html)  
Acesso em: 10 de nov. de 2019.

BRASIL. Portal do Ministério da Saúde. Ministério da Saúde inclui 10 novas práticas integrativas no SUS. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/42737-ministerio-da-saude-inclui-10-novas-praticas-integrativas-no-sus>. Acesso em: 02 de novembro de 2019.

HOCK, Klauss. **O que é religião?** In: Introdução à Ciência da Religião. SP: Loyola, 2010, p.17-30.

COUTINHO, José Pereira - **Religião e outros conceitos Sociologia**, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIV 2012.

DACAL, Maria del Pilar Ogando; SILVA, Irani Santos. Impactos das práticas integrativas e complementares na saúde de pacientes crônicos. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 42, n. 118, p. 724-735, Sept. 2018 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042018000300724&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000300724&lng=en&nrm=iso)>. access on 16 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201811815>.

DETHLEFSEN, Thorwald. DAHLKE, Rüdiger. **A doença como caminho: Uma visão nova da cura como ponto de mutação em que um mal deixa se transformar em bem.** Tradução Zilda Hutchinson Schild. São Paulo: Cultrix, 2007.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica.** 4.ed. Petrópolis, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Educação e Emoção.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2015.

GRESCHAT, Hans-Jurgen. **O que é ciência da religião?** Trad. Frank Usarki. São Paulo: Ed. Paulinas.

GAMBA, M.A.; TADINI, A.C.O. **Processo Saúde-Doença.** Mimeografado, 2010.

GOMES, Nilvete Soares; FARINA, Marianne; DAL FORNO, Christiano. **Espiritualidade, Religiosidade e Religião: Reflexão de Conceitos em Artigos Psicológicos.** Revista de Psicologia da IMED, 6(2): 107-112, 2014.

GONSALVES, Elisa. **O universo das emoções:** uma introdução. João Pessoa: Editora Libellus, 2017.

HANEGRAAFF, Wouter J. Defining religion in spite of History. In: PLATVOET, Jan G. (Org.): MOLENDIJK, Arie L. (Org.). The pragmatics of defining religion: contexts, concepts and contests. Leiden: Brill, 1999, p. 337-378. Tradução: Fábio L. Stern. Definindo religião, apesar da História. **Religare**, ISSN: 19826605, v.14, n.1, agosto de 2017, p. 202-247. 202

JORDAN, Arturo de Pádua Walfrido; BARBOSA, Leopoldo Nelson Fernandes. Espiritualidade e Formação nos Programas de Residência em Saúde de uma Cidade no Nordeste Brasileiro. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília , v. 43, n. 3, p. 82-90, July 2019 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-55022019000300082&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022019000300082&lng=en&nrm=iso)>. access on 19 Nov. 2019. Epub May 23, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712015v43n3rb20180221>.

KOENIG, H.G. Religion, spirituality, and medicine: research findings and implications for clinical practice. **South Med J.**, v. 97, p. 1194-200, 2004.

MALTA, Débora Cristina, et. al. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): capítulos de uma caminhada ainda em**

**construção.** Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n6/1413-8123-csc-21-06-1683>> Acesso em: 10 de nov. de 2019.

NEVES, Afonso Carlos. **Saúde integral: a medicina do corpo, da mente e o papel da espiritualidade.** Paulo Bloise; organizador. São Paulo: Editora Senac, 2011.

**Organização Mundial de Saúde**, 1946. Disponível em: <  
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php>> Acesso em: 10 de nov. de 2019.

ONU. **A Carta de Ottawa para promoção da saúde.** Genebra, ONU; 1986.

PRANDI, Carlo. **As religiões: problema de definição e de classificação** (Apêndices). In: FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. *As Ciências das Religiões.* São Paulo: Paulus, 1999.

PORTARIAS 971, 894. **Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual da saúde.** Disponível em: < <http://bvsmis.saude.gov.br> > Acesso em: 10 de nov. de 2019.

POSSEBON, Elisa Gonsalves; POSSEBON, Fabrício. **Ensaio sobre espiritualidade, emoções e saúde.** João Pessoa: Editora Libellus, 2017.

POSSEBON, Fabrício. **Espiritualidade e saúde: experiência Grega Arcaica.** Interações – Cultura e Comunidade, Belo Horizonte, V.11 N.20, p. 115-128. 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Universidade FEEVALE, 2013.

RÖHR, Ferdinand. FAHS – **Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade Dom Heitor Sales** – Natal/RN – ano 01, n. 02

(jul/dez) 2012. Local: Rio de Janeiro; Letra Capital Editora. Disponível em: < <http://www.fahs.edu.br/revista>> Acesso em: 10 de nov. de 2019.

SAMPAIO, D. S. “As manifestações de religiosidade não contém traços necessários de uma religião”: uma análise das relações entre poder judiciário e religiões afro-brasileiras. **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 15, n. 34, p. 54-82, 10 jul. 2015.

TONIOL, Rodrigo. Espiritualidade que faz bem. Pesquisas políticas públicas e práticas clínicas pela promoção da espiritualidade como saúde. **Revista Sociedad y Religion**. Nº 43, vol. XXV, 2015, pp. 110 – 143.

## Capítulo II

### **A religiosidade e espiritualidade como instrumentos atenuantes no processo do envelhecer**

*Mônica da Mota Fonseca<sup>8</sup>  
Diógenes Faustino do Nascimento*

O envelhecer é uma questão atual e pertinente, no sentido de reformulação dos segmentos, sobretudo social, para a pessoa idosa que, em sua maioria, temem a morte. Nesse sentido, as crenças, espiritualidades e as práticas religiosas apresentam-se como um bálsamo (re)confortante em termos de esperanças e qualidade de vida. O objetivo desse trabalho é compreender a relação da religiosidade e de espiritualidade na qualidade de vida do idoso. A metodologia trabalhada tem um caráter qualitativo, com técnicas de observação participante, por considerar que esta se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado na obtenção de informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto.

A partir da releitura de artigos, capítulos de livros e da compreensão de conceitos pertinentes a temática proposta, a exemplo do conceito de idoso entendido, aqui, como um marcador social construído (negativamente) culturalmente, conforme Britto Motta (1996) e Debort (1999), realizamos uma análise crítica e analítica das relações entre religião, espiritualidade e saúde para o idoso. Além de fornecer subsídios a outros estudos sobre a vida da pessoa idosa, ele, ainda, estará contribuindo para alternativas de convívio mais saudáveis a partir do fenômeno da fé. Partimos de uma pesquisa já realizada em 2010, seguida de sua atualização frente a nova abordagem apresentada no campo da pesquisa em Ciências das Religiões.

---

<sup>8</sup> Cf. Lista de Colaboradores.

As observações participantes foram desenvolvidas em 2010 na ocasião da produção do TCC do curso de graduação em Ciências Sociais. Nessa técnica o observador estabelece o quê e como se observa, registrando e organizando todas as informações. Por conseguinte, categoriza todas as informações em busca de uma sistemática comportamental pela qual possa assegurar uma continuidade de comportamento presente em vários sujeitos do mesmo grupo observado. Quando necessário, a critério do observador(a), aplica-se questionário ou entrevistas (realizada no grupo pesquisado). Chegamos as conclusões por dedução (método indutivo). Partimos de uma constatação universal (do grupo) para uma análise individual. Neste campo ensinamos encontrar as particularidades estruturantes presentes no conjunto do grupo observado. É uma análise racional dos dados coletados. Uma observação ativa na vida dos entrevistados(as) para chegarmos ao interior da vida dos mesmos. Trata-se de um método aplicado por sociólogos e antropólogos para o estudo de comunidades, grupos e manifestações culturais das minorias (GIL, 2018, CRESWELL, 2016) e ainda:

[...] técnica de observação participante ocorre pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado. Obtém informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos [...]. A observação participante permite captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas. Os fenômenos são observados diretamente na própria realidade. O investigador participa até certo ponto como membro da comunidade ou população pesquisada. A ideia de sua incursão na população é ganhar a confiança do grupo, ser influenciado pelas características dos elementos do grupo e, ao mesmo tempo, conscientizá-los da importância da investigação. Este tipo de observação foi introduzido nas ciências

sociais pelos antropólogos no estudo das chamadas sociedades primitivas (GERHARDT, 2009, p. 111).

Esse é um assunto disseminado em vários segmentos do saber, seja no âmbito médico científico, seja nas áreas sócio antropológica, em especial, no que tange as questões de religiosidade e espiritualidade. A proximidade da morte, frequentes perdas, limitações físicas, entre outros fatores da saúde e da sociedade trazem uma nova configuração para a vida dos idosos, principalmente, uma vivência espiritual e religiosa funcionando como um instrumento atenuador nos “novos” dilemas advindos com a idade.

Nesse sentido, Neri (1999) diz que há uma redefinição da identidade da pessoa idosa para a qual as crenças e práticas religiosas se apresentam, sobremaneira, como um bálsamo (re)confortante produzindo esperanças, altruísmo, idealismo, oportunidade de autoconhecimento, sentimento de pertença ao grupo no qual estará inserido. E, que a religiosidade se faz presente também contribuindo para a promoção de benfeitorias na vida da pessoa idosa, entendendo que o envelhecimento é um processo progressivo e irreversível.

Ao que se pôde observar<sup>9</sup> a convivência de idosos, em grupos de convivência, desperta uma análise crítica, pelo fato de, nesses espaços, conforme a exploração bibliográfica, haver probabilidades de muitas transformações na vida de seus componentes, com suas semelhanças e diferenças, no que tange à religiosidade, a percepção da velhice, da saúde, da doença, do sentido da vida e, até mesmo, de motivações gerais, FRANKL (2008).

Sendo assim, analisando os conceitos referentes a fé, ao sagrado, a Deus, podemos nos aproximar do valor da fé para eles nessa afinidade de espiritualidade e de religiosidade que, não só ao longo da vida, mas, especialmente, no “fim” dela tem encontrado um espaço de “cura”, Minayo (2002) e Alves (2006).

---

<sup>9</sup> FONSECA, 2010. (pesquisa da dissertação - grupo Esperança de Viver).



Desse modo, a pesquisa qualitativa, através da revisão bibliográfica, passa a ser uma referência, por considerar que existe um vínculo indissociável entre o objeto de estudo e o sujeito que dele participa. A relevância deste trabalho se imprime não só às ciências humanas, mas abrindo, sobremaneira, um novo leque para ampliação dessa temática entre pesquisadores da área e da sociedade como um todo.

## **1 Idoso e velho: a distinção dos conceitos**

Grosso modo, o conceito de idoso instituído constitucionalmente (LEI 10.741/2003), diz respeito a toda pessoa com idade igual ou acima de 60 (sessenta) anos. Ou seja, é uma definição para caracterizar (ou, até mesmo, controlar) uma dada população. A idade ainda é subdividida pela Organização Mundial da Saúde desta maneira: meia idade: 45 a 59 anos, idoso: 60 a 74 anos, ancião: 75 a 90 anos e velhice extrema: acima de 90 anos. Apenas o viés cronológico é avaliado, em detrimento de outros aspectos como os sociológicos, biológicos e psicológicos. As diferenças de idade, portanto, aparecem como marcadores da vida social em toda a sociedade e em determinados contextos históricos (DEBERT, 1998).

O conceito de velhice tem sido construído ao longo do tempo como uma etapa estagnada, sem que tenha mais condições de o idoso se redescobrir, descobrindo potenciais de realização pessoal, social, dentre outros aspectos conforme sua vivência. Entretanto, a experiência de vida, se for lembrar, por exemplo, dos idosos orientais, de suas relações respeitadas entre as gerações e do grau de intelectualidade que eles possuem, atestamos o valor incomensurável de tantas benesses, em termos de acúmulo de experiências, em vários sentidos, no decorrer da vida. Segundo Debert (2004, p. 78-81), essa afirmativa deve ser entendida apenas de forma genérica. Algumas pesquisas feitas nesse sentido esclarecem que os idosos reverenciados na velhice, adquiriram respeito ao longo da vida, seja, pela questão socioeconômica, seja, por motivos religiosos.

Compreendemos que não se pode pensar nessas experiências de vida a partir, simplesmente, de uma configuração homogênea, justamente porque somos semelhantes e, ao mesmo tempo, distintos enquanto indivíduos e, como tal, absorvamos, criamos e recriamos nossas identidades de acordo com o contexto sociocultural, e a partir desse ponto, entra, sobretudo, a questão econômica, política e de gênero em que vivemos. A negação da velhice, por exemplo, está sobremaneira relacionada a exclusão e, por esse motivo, pensando em serem melhor acolhidos, em todos os sentidos, as pessoas mais velhas tendem a apresentar-se com uma imagem mais jovial (COIMBRA, 2002).

Este pode ser um dos fatores pelos quais os idosos têm repensado suas vidas, sentindo, com isso, a necessidade de apegar-se a algo mais significativo e reconfortante como é a vida dentro de uma sintonia religiosa e espiritual. Mesmo que, muitas vezes, nem sejam ligados a alguma religião, os grupos de convivência têm tido um papel salutar enquanto mediadores da pessoa idosa, nesse processo que inclui a busca por um sentido de vida, de motivação e de caminho para a essência do viver que pode ser o alicerce para a resiliência e para uma vivência com mais qualidade vida, perpassando pela história vivida, pelo presente e construindo outros sonhos, outros projetos de vida a partir, efetivamente, de um novo contexto social, (FRANKL, 2008).

## **2 Religião, religiosidade e espiritualidades: uma abordagem sociológica**

Ao pensar a experiência do envelhecer deve-se incluir a religião como uma dimensão sociocultural com importância protuberante em termos de significado individual e coletivo, como sendo uma experiência referente a um lado não material do ser humano, nos aspectos concernentes à espiritualidade, a religião e à própria prática religiosa, assim, como observado por Simmel (1997). Entre a maioria dos idosos comunga a ideia de que o processo do envelhecimento saudável está associado a

uma vontade divina. Como observa Boff, o povo brasileiro é espiritual, místico e que

Deus não é um problema, mas a solução de seus problemas e o sentido derradeiro de seu viver e de seu morrer. Ele sente Deus acompanhado seus passos, celebra-o nas expressões do cotidiano como “meu Deus”, “graças a Deus”, “Deus lhe pague”, “Deus o acompanhe” e “Deus o abençoe”. [...] se não tivesse Deus em sua vida, certamente, não teria resistido com tanta fortaleza, humor e sentido de luta aos séculos de ostracismo social,” (BOFF, 2001, p. 1).

Esta propositura de Boff é fundamental para entendermos como a religião está presente nessa nossa relação com o Divino, nas nossas devoções por santas e santos, em princípio, católicos. Desde a colonização e perpassando pelo império até os dias atuais, a partir da introdução de uma religião “oficial”, temos certa dependência, ou criamos, através das nossas crenças, um laço espiritual com Deus, ou com outros deuses, forças transcendentais, entre outras, sobretudo, em busca de saída para as adversidades pelas quais passamos. Os depoimentos dos idosos do grupo Esperança de Viver<sup>10</sup> demonstraram um contentamento pela vida, coragem no enfrentamento dos problemas de saúde, de humor e de convivência social embasados numa confiança divina. Esta crença, pode ser ao mesmo tempo para algumas pessoas, uma questão de status social ou ainda algo inexplicável, “[...] Já tive muita fé, mas depois de tantos aperreios parece que deu um branco... Fico pensando... parece que esqueci o que é ter fé... como é isso?” (M.L., apud FONSECA, 2010).

---

<sup>10</sup> Cf. FONSECA, 2010.

Contudo, há de se observar que o sentimento da fé remonta a uma construção social da identidade do indivíduo, tanto na socialização primária, como na socialização secundária e, que, portanto, essa senhora, pode não ter vivido esse contexto em seu processo de socialização, fato este que, contrariamente, pode ser verificado na resposta de outra senhora a qual é categórica: “Desde pequena eu sou muito religiosa... aos sete anos me batizei depois me crismei e depois me casei na Igreja [...]. A fé é minha salvação...”. (H.R., apud FONSECA, 2010). Percebemos aqui uma vivência espiritual e dedicação aos aspectos religiosos como observado por MINAYO (2000).

No entanto, apesar de tal constatação, M.L. experimenta nesse convívio com o Esperança de Viver, uma alternativa de restauração de sua autoestima, de engajamento social, “[...] a pessoa só em casa atrai doença, me sinto melhor aqui, me sinto útil [...]. Antes meu marido até passeava comigo, agora arrumou outra e me despreza [...] aqui é bom pra desaparecer [...]” (M.L., apud FONSECA, 2010).

Para Minayo (1994), à insegurança material, espiritual e as desordens morais são provas do que ela classifica como sendo “situações-limites” onde a única saída é a fé. Todavia, recorrer a um grupo enquanto “tábua de salvação” pode ser, sobretudo, uma forma de reinserção social, uma vez que, é justamente nessa procura de saída circunstâncias aflitiva que o indivíduo sai do isolamento, passando a socializar inclusive seus próprios problemas para além da fé.

Em *Velhice e Sociedade*, Neri e Debert (1999), expõem trabalhos feitos por estudiosos em ambientes diversos de convivência de idosos e, cujos resultados demonstraram certo consenso: os motivos pelos quais os idosos procuram esses espaços, comumente, estão ligados a fatores depressivos, busca pela satisfação da vida, fuga do isolamento social, subjetividades religiosas, entre outros motivos.

Entretanto, já se evidencia o papel fundamental da experiência religiosa na vida da humanidade que, além do equilíbrio social, ela também tem sempre estabelecido regras, valores e orientações possibilitando, desse modo, esperanças e

ressignificações nos mais variados segmentos da vida pessoal, inclusive.

Parte dos sujeitos pesquisados<sup>11</sup>, conforme pôde ser verificado, eles veem na religião uma forma de ter melhor qualidade de vida, haja vista as perdas (em todos os sentidos) tão comuns na idade e, por conseguinte, buscam nessa relação integridade e auto realização. Alguns até admitiam não se importarem com estereótipos sociais relacionados aos corpos uma vez que, estes já se mostrarem bem marcados pelo tempo.

Oliveira (2014), em seu trabalho desenvolvido com idosos de uma instituição em Caetité, na Bahia, reflete sobre a importância da assistência prestada a idosos, e a influência que a espiritualidade e a religiosidade imprimiram na qualidade de vida delas, de como elas confrontar-se, de maneira positiva, as mudanças do processo do envelhecimento.

Nesse sentido, Abdala (2014), ao pesquisar sobre a saúde dos idosos, destaca que a religiosidade e espiritualidade geram esperança, altruísmo, idealismo, tolerância, unidade e sentimento de pertença nessa relação do idoso no grupo em que se integra e é essa relação que vem promovendo e influenciando os comportamentos e até as próprias decisões do indivíduo. Além de tantos significados que, ao longo da convivência, vão sendo construídos, partindo da realidade existencial, suavizando os dias, o cotidiano, através da experiência com o “sagrado”, o que denota um elemento da sua religiosidade.

Tomando por base, as teorias dos pais da Sociologia (Marx, Weber e Durkheim), poderemos entender a construção da sociedade e os laços sociais que a compõe, formulando, por assim dizer, as teorias que contribuirão para as Ciências das Religiões e para o estudo do fenômeno religioso para além de reduções de caráter quantitativo ou qualitativo. À vista disso, partindo desses diversos instrumentos teóricos, advindos das ciências humanas, buscando, assim, de forma interdisciplinar sem nenhuma valoração, analisar as diferentes manifestações religiosas dentro dos seus respectivos contextos históricos, sociais e culturais.

---

<sup>11</sup> idem

Numa breve leitura acerca do assunto, podemos identificar alguns conceitos que tentam dar conta do conceito de religião. Sem querer aqui encaixar tais definições a partir de um referencial específico, analisamos os pontos de confluências e divergências verificando como que cada teórico adentrou nesse terreno tão íngreme partindo do seu tempo histórico, do seu convívio político e econômico e, sobretudo, da visão social do seu lugar de falar acerca do mundo.

Por isso, cada tentativa de exaurir tal conceito ora, “feriu” o caráter sagrado, o tipo de hierofania ou, mesmo, quis retirá-lo do processo fenomenológico religioso, ora, reduziu a um caráter utilitarista e determinista, no que tange o comportamento dos “adeptos”. Mas, em linhas gerais, foi possível perceber que, de uma forma ou de outra, a palavra Sagrado, esteve presente em muitos dos conceitos de Religião.

O homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano. A fim de indicarmos o ato da manifestação do sagrado, propusemos o termo hierofania. Este termo pe cômodo, pois não implica nenhuma precisão suplementar: exprime apenas o que está implicado no seu conteúdo etimológico, a saber, que algo de sagrado se nos revela. Poder-se-ia dizer que a história das religiões, - desde as mais primitivas ás mais elaboradas - é constituída por um número considerável de hierofania - por exemplo, a manifestação do sagrado num objeto qualquer, urna pedra ou arvore - e até a hierofania suprema, que é, para um cristão, a encarnação de Deus em Jesus Cristo, não existe solução de continuidade. Encontramos diante do mesmo ato misterioso: a manifestação de algo “de ordem diferente” - de uma realidade que não pertence ao nosso mundo - em objetos que fazem parte

integrante do nosso mundo “natural”, “profano”. (ELIADE, 2008, p.11).

Eliade (1992) compara os significados de sagrado em contraposição ao que é profano em diversas religiões e como se dá tais manifestações partindo do próprio comportamento do homem religioso e do homem a-religioso. É possível perceber que a religiosidade é inerente à natureza humana, que ela vem de uma necessidade de se crer, de encontrar sentido, segurança pessoal e, que do ponto de vista de vista da fé, a religião é, desse modo, admissão do sagrado no meio cultural, sobretudo. Dessa maneira, ele ressalta:

A religiosidade pode ser de maneira simplória entendida como os meios pelos quais o sujeito de determinado grupo cultural vivencia e se comunica com o que ele considera sagrado ou com o que é o sagrado. Poderíamos ainda ir mais além explicitando como essa comunicação se dá por meio das linguagens, das imagens, mitos e ritos. A lógica do fiel da religiosidade popular está assentada na fé em um demiurgo, um primeiro motor gerador e criador de tudo, e que a vida terrena cheia de conflitos será um prenúncio de acesso ao paraíso de deleites e maravilhas acessado pela observância às regras e preceitos religiosos (NASCIMENTO, 2017, p. 35; 39).

Ao mesmo tempo é importante lembrar que, assim como Otto, ao definir Sagrado, ele vai dizer que “[...] o reconhece como uma capacidade que se deve conceber como um a priori humano – esclarecendo que não se trata de uma capacidade universal necessária, mas de uma possibilidade universal a priori” (1985, p. 144). Até aqui, apenas para ter uma noção de um dos vieses por meio dos quais se podem viabilizar uma leitura para se

chegar mais próximo do conceito de religião, não há como fazê-lo se não se inteirar com tantos outros, com esse mesmo fim. Portanto, dado a dimensão quantitativa das mais variadas formas de religião, hoje, somam-se inúmeras outras com suas peculiaridades de crenças, de rituais, símbolos, de produções imagéticas e transcendências.

Há, para as Ciências, de modo geral, a necessidade de definir, ainda que, por aproximação, o que seria religião. Nem que para isso, e é o que nos deparamos na literatura com certos exageros, atropelos, reduções e muitos determinismos. Apesar da História, há de ter um referencial, mesmo se tratando de algo tão peculiar e repleto de nuances, como é o caso da Religião. Como dito por Eliade, quando observa:

O mundo apresenta-se de tal maneira que, ao contemplá-lo, o homem religioso descobre os múltiplos modos do sagrado e, por conseguinte, do Ser. Antes de tudo, o mundo existe, está ali, e tem uma estrutura: não é um Caos, mas um Cosmos, e revela-se, portanto como criação, como obra dos deuses. Esta obra divina guarda sempre uma transparência, quer dizer, desvenda espontaneamente os múltiplos aspectos do sagrado (ELIADE, 2008, p. 59).

Podemos entender, até o momento, que a Religião, a do Deus com “D” maiúsculo, empoderou-se da espiritualidade natural, não revelada, instituiu-se e pensou que resistiria às transformações, readequações, invenções e reinvenções da sociedade. Desencantou-se como reflexo da perda de poder, sucessivos, aos quais assistimos, fizemos parte, nos desiludimos dia após dia. Mas, a espiritualidade, independente, parece adentrar o mundo involuntariamente, aos processos comuns da idade, inclusive, ou, sobretudo, com mais consciência, diante de tantos obstáculos sociais, culturais e econômicos, com mais liberdade, com mais força.



Diferentes trabalhos sobre religiosidade com idosos têm apontado para a relevância da saúde e da qualidade de vida, numa consequência, no sentido positivo, desse contexto.

[...] a necessidade espiritual se apresenta mais aguçada no idoso devido as características de sua existência, não incluindo as necessidades do ser humano em todas as fases [...] pessoas acima de 65 anos possuem mais comportamentos e atitudes religiosas do que as pessoas mais jovens, evidenciando, desse modo, a importância da espiritualidade nesta fase da vida [...] boa parcela dos idosos atribuiu importância à religiosidade para a melhoria de sua condição, ajudando-os na integração social e psicológica, fator fundamental para promover a qualidade de vida e bem estar. (ANDRADE 2014, p.576).

Seguindo essa linha de pensamento, vê-se que a relação entre envelhecimento e religiosidade vai se desenvolvendo no curso da vida, criando laços sociais e direcionando-os a um motivo para continuar vivendo apesar de “tudo” (cansaços, tristezas e dores, por exemplo). Desta feita, acredita-se que, a partir dessa relação do idoso com a religião é possível a redução de angústias, depressão e, ainda, uma construção de sentidos para a vida cotidiana sob aspectos mais positivos, a exemplo do sentimento de pertença ao grupo religioso. Ou seja, a religião é sabidamente uma fonte de apoio, (YAO, 2008). A religiosidade pode dar um suporte para o processo de envelhecimento trazendo para este uma roupagem mais leve, na medida em que indivíduo vai atribuindo à sua vida outros significados e, ao mesmo tempo, ressignificando a existência, os fatos corriqueiros do dia a dia e, com isso, se enriquecendo de equilíbrio e sabedoria, dentre outros aspectos apreendidos com as crenças, com as práticas devocionais, caracterizando, dessa forma, uma possível definição de religiosidade e sua relevância no que tange a saúde da pessoa idosa, (QUEIROZ HMC, 2008).

Ainda sobre o fenômeno religioso, se faz lícito perceber como Minayo (1994) observa a religiosidade enquanto papel facilitador das pessoas em situação limite quando estas compreendem o inexplicável e aceitam o que antes era impensado. Tal fenômeno pode ter uma relação direta no que se refere ao sexo do idoso, a idade, as atividades de lazer, vivências espirituais e tempo de dedicação aos aspectos religiosos assim como ao bem-estar do indivíduo e de sua integração social. Há de se notar que essas experiências com o sagrado têm trazido uma gama considerável de informação e, inclusive, embasando o estudo sobre o papel de grupos de apoio religioso na promoção da saúde, da sociabilidade e na qualidade de vida do idoso por meio de algumas categorias, como prazer, amor, liberdade, solidariedade, inserção social, realização pessoal e felicidade através das quais os indivíduos tenham encontram condições de desenvolver suas potencialidades. (MINAYO, 2000).

Do ponto de vista didático, nos deparamos com conceitos diversos, seja a partir da História da Religião, seja de cunho mais sociológico, ou ainda antropológico. Seja como for, a dimensão significativa em que se insere a palavra religião, no contexto da humanidade, é de fato, longa e profunda e dinâmica. Exemplo disso são as práticas religiosas, ou fatos sociais, como missas, cultos, batizados, o luto, dentre outros. A Sociologia da Religião tem buscado explicar tanto o papel social da religião como o da própria religiosidade na sociedade, de como a religião se faz presente na vida das pessoas, como, também a origem e as funções do sagrado, dos mitos das doutrinas e dos dogmas religiosos, independentemente do credo de cada um e de todos, da coletividade (DURKHEIM, 2011).

Todavia, a espiritualidade pressupõe uma relação do indivíduo com o transcendente de forma autônoma, madura e consciente. Ela seria uma espécie de caminho de fé por opção, não vinculado a uma ideologia, mas uma atitude expressa numa atitude, no jeito de ser e de agir na vida de forma bem peculiar e subjetiva. Não obstante, mais recentemente isso vem mudando, e a espiritualidade, assim como a religiosidade, vem sendo acolhidas como parte integrante e urgente na vida e no bem-

estar dos indivíduos já que o modelo biomédico tradicional não mais comporta as explicações voltadas a saúde da pessoa idosa, (YAO, 2008, p. 173).

Para Boff (2001), nesse sentido, a espiritualidade é vista como um caminho ou instrumento de transformação, na medida em que o ser humano se entrega, magistralmente, na busca de uma condição de existência mais positiva na e para a vida, nos seus mais variados segmentos, seja biológico (saúde e doença), cultural, social, econômico e político. Até pouco tempo, no meio científico, essa temática não era muito valorizada.

Importante, aqui, é considerar saúde não apenas como ausência de doença, nem como caracterizando-a simplesmente no que diz respeito ao bem-estar físico, mental e social. Mas, sobretudo, associando o entendimento de saúde relacionado muito mais a qualidade de vida, ou, como reflete Segre (1997, p.542): saúde “não seria um estado de razoável harmonia entre o sujeito e a sua própria realidade? ”. Além disso, para ele, há de se ter cuidado ao se tratar desse conceito por este apresentar inúmeras conotações, relações e categorias as quais poderão não alcançar as nuances de tal abrangência significante. Exemplo disso, como ele mesmo explica, é que não pode se falar em saúde quando na ausência de patologia (Biológica) haja a presença de um desequilíbrio de ordem psíquica numa determinada pessoa (o fanatismo religioso pode ser um exemplo para se entender essa questão).

Mesmo não vinculados, muitas vezes, a alguma religião, os grupos de convivência têm se mostrado relevante no papel da ressignificação da velhice porque reconhece na pessoa idosa um arcabouço de memória, de histórias de vida, de potencialidades, mas, também, de tristezas, abandonos, dentre tantos outros sentimentos que cada um carrega dentro de si, em suas vidas. Porém, ainda que tenham algumas limitações físicas, psicológicas, etc., o idoso encontra nesses espaços, em grande medida, o caminho para a busca por um sentido da vida, tendo em vista que, “a espiritualidade é uma das fontes primordiais, embora não seja a única, de inspiração do novo, de esperança alvissareira, de geração de um sentido pleno e de capacidade de

autotranscendência do ser humano”. (BOFF, 2001, p. 9). Talvez, o grande desafio do idoso seja esse, buscar significado e propósito para o existir. E, nesse sentido, ao desenvolver outro significado para sua existência, o sujeito desenvolve condições de sobreviver às situações mais difíceis de sua vida encontrando nesta um sentido. (FRANKL, 2003, p. 27).

### **3 Considerações finais**

A partir de 1984 a OMS (Organização Mundial de Saúde), 36 anos depois de sua fundação, suscita o debate da dimensão espiritual como um fator intrínseco à saúde humana. Desde então, essa tem sido uma temática constante nas sessões da entidade. O tema foi promovido pela OMS ao observar as atividades desenvolvidas pelo CMC (Conselho de Médicos Cristãos) em frentes de trabalho independentes que assumiam ações de saúde na África, Ásia e na América Latina. Esta organização foi criada em 1968 com o apoio do Conselho Mundial das Igrejas (Toniol, 2017). Embora o reconhecimento pela ONU se aplique e corresponda as formas de tratamento tradicional, vale ressaltar o reconhecimento da espiritualidade como prática de equilíbrio do ser integral (corpo, mente e espírito) e não apenas como cultura.

Diante do exposto, e na forma de revisão da literatura, podemos perceber e até mesmo ratificar a relevância da religiosidade e espiritualidade na vida da pessoa idosa como um bálsamo atenuador dos problemas sociais e físicos, principalmente. Estes, por ser um dos componentes mais temidos com o avançar da idade.

Os resultados, conforme as entrevistas realizadas no Grupo Esperança de Viver, na cidade de Paulista – Pernambuco, mostraram que a prática religiosa e espiritual tem sido de grande importância para essa parcela crescente da população. Os idosos, diante da precariedade da velhice, dos estereótipos e preconceitos tão prementes, do desprezo familiar, do poder

público e da sociedade, seguem, buscando se fortalecer e, na busca de novos sentidos descobrem forças para continuar na vida e dentro de um grupo de iguais, encontram nesses espaços muita satisfação, além de fortalecimento da crença em si mesmo e numa força sobrenatural capaz de atenuar suas dores, seus problemas.

A espiritualidade e a religiosidade trazem consigo um fio condutor de esperança, de transcendência, de liberdade, de vida, de vida com qualidade tornado o idoso um ser de sonhos, sujeito do mundo e harmonizado com a finitude da vida: “a espiritualidade é uma das fontes primordiais, embora não seja a única, de inspiração do novo, de esperança alvissareira, de geração de um sentido pleno e de capacidade de autotranscendência do ser humano”. (Boff, 2001, p. 9). Sendo assim, esse trabalho alcançou seu objetivo e contribui para que esse tema possa fomentar outros estudos dentro da mesma ou de outras relações.

## Referências

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Lei No 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.741.htm>. Acessado em: 26/10/2009.

CRAWFORD, Gertz Robert. **O que é religião**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOFF, Leonardo. **Espiritualidade: um caminho de transformação**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Magda Lopes. 3ª Ed., Porto Alegre: Artmed, 2010.

DURKHEIM, Émile. **Fato social e divisão do trabalho**. São Paulo: Ática, 2011. (Ensaios comentados)

DEBERT, G.G. (Org.). **Antropologia e velhice**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ELIADE, Mircea. **Origens**: História e Sentido na religião. Lisboa: Edições 70, 1989.

ELIADE, Mircea. FERNANDEZ, L. G. L. **O sagrado y lo profano**. Madrid. Guadarrama, 1967.

FRANKL, Viktor E. **Sede de sentido**. São Paulo: Quadrante, 2003.

FONSECA, M.M. **Idosos e uma nova forma de ressocialização**: Grupo Esperança de Viver. Monografia, UFRPE, para conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed., São Paulo: Atlas, 2018.

MINAYO, M.C.S. (org) **Antropologia**, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

NASCIMENTO, Diógenes Faustino do. **O Imaginário da Libertação pela caridade**: Ibiapina e as missões de Santa Fé na Paraíba. 2017. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Ciências das Religiões – CE/PPGCR). PARÁÍBA: UFPB, 2017. CDU 2-853(043).

OLIVEIRA, R.M.de, & Alves, V.P. (2014, setembro). A qualidade de vida dos idosos a partir da influência da religiosidade e da espiritualidade: cuidados prestados aos idosos institucionalizados em Caetité (BA). In: **Revista Kairós Gerontologia**, 17(3), pp.305-327. ISSN 1516-2567. ISSN e 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP.

SANTOS, Neyde Cintra dos. ABDALA, Gina Andrade. Religiosidade e qualidade de vida relacionada à saúde dos idosos em um município na Bahia, Brasil. In: **Rev. bras. geriatr. gerontol.** 2014, vol.17, n.4, pp.795-805. ISSN 1809-9823. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-9823.2014.13166>. Acessado em 18/08/2019

SEGRE, Marco. **O conceito de saúde**. Rev. Saúde Pública. V.31, n.5, pp. 538-542, 1997.

TONIOL, Ricardo. **Atas do espírito**: a Organização Mundial da Saúde e suas formas de instituir a espiritualidade. In.: anuário antropológico, Unb, 2017, v. 42, n. 2: p. 267 - 299.

## Capítulo III

### **Meus olhos se consomem de tristeza (Salmos 31:9): a depressão no contexto assembleiano**

*Emmanuel Paulino de Luna<sup>12</sup>  
Diógenes Faustino do Nascimento  
Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona  
Iany Cavalcanti da Silva Barros*

A Organização Mundial da Saúde indica a depressão como uma das maiores enfermidades do planeta, calcula-se que cerca 120 milhões de pessoas sofrem dessa doença que está em quarto lugar como enfermidade comum (CRUZ, 2016). Segundo Coser (2003), “a depressão é incluída como categoria clínica a partir da primeira metade do século XIX, ao que tudo indica, por Falret (1864)” (COSER, 2003, p.52); mas o que seria a depressão?

O termo depressão é inicialmente usado na física e geologia para caracterizar algum tipo de declínio na pressão, a exemplo da depressão geográfica percebida na topografia. De acordo com as análises de Coser (2003) esse conceito vai adequando-se a psiquiatria, caracterizando-se na diminuição da vivacidade do indivíduo onde o estado de espírito entra em declínio por meio de uma tristeza profunda.

A depressão é classificada com o CID-10<sup>13</sup> na categoria de transtornos do humor, sua duração pode variar, bem como a intensidade. “É uma enfermidade marcada por crises episódicas, ou seja, tende a se repetir, produzindo, por isso, frequentes recaídas e recidivas” (GOMES, 2011, p. 83). Embora haja uma

---

<sup>10</sup> Cf. Lista de Colaboradores.

<sup>13</sup> Ver CID-10 em Medicina NET disponível em [http://www.medicinanet.com.br/cid10/1532/f33\\_transtorno\\_depressivo\\_recorrente.htm](http://www.medicinanet.com.br/cid10/1532/f33_transtorno_depressivo_recorrente.htm) Acesso em 18 de out. 2016.



grande atenção a partir da modernidade para a temática, a mesma é percebida desde a antiguidade.

O tratamento científico das doenças mentais começou com os egípcios e posteriormente com os gregos. Hipócrates (460 a.C.-370 a.C.) é considerado o pai da medicina. Ele utilizou pela primeira vez a palavra melancolia. A melancolia, para Hipócrates, correspondia à ação maligna da bile negra (ou *atrabilis*). *Melan*, em grego, significa negro, e *colis* significa bile (GOMES, 2001, p. 84)

O termo melancolia até hoje é frequentemente associado ao estado de depressão, sendo usado como sinônimo (SOLOMON, 2002). O indivíduo que atravessa um quadro depressivo pode apresentar diversas características como o isolamento, cansaço físico, vergonha, pessimismo, insônia, sente-se aterrorizado, por vezes perseguindo e/ou com desejo suicida etc. Em muitos casos os quadros de melancolia estão mergulhados na instabilidade emocional às vezes “obcecados com a mesma ideia, podem ser deprimidos e enérgicos ao mesmo tempo” (SOLOMON, 2002).

Se pensarmos na concepção da medicina científicista de raiz hipocrática, podemos entender a depressão como uma mudança de humor proveniente do desequilíbrio bioquímico “especialmente na produção de endorfina e serotonina, responsáveis nas sinapses dos neurônios pela produção e controle do estado de humor” (GOMES, 2011, p. 86); porém, se entendermos o ser humano de forma integrada, percebemos que existem outras possibilidades além da questão meramente física, esse pressuposto dar suporte para teorias e tratamentos não convencionais que podem estar alicerçados em interpretações religiosas e espiritualistas.

## 1 A Assembleia de Deus no Brasil

A Igreja Assembleia de Deus no Brasil, assim como muitas outras denominações pentecostais, vê a depressão como uma doença do mundo físico e espiritual, segundo o pastor pentecostal Josias de Moura “Para a primeira, encaminha-se a um médico especialista. A segunda pode ser curada pela Palavra de Deus” (MOURA, 2012, p.5). Para entendermos, ainda que de maneira sucinta, como é vista a depressão na concepção pentecostal da AD, se faz necessário conhecer um pouco de sua história e confissão.

O movimento pentecostal surgiu no ceio do protestantismo, embora desde meados da década de 1960 seja perceptível dentro do catolicismo influências dessa doutrina através do Movimento Carismático, como bem mostra Csordas (2008). Antes da difusão das igrejas pentecostais nos EUA, surgiram vários avivalistas pelo mundo, entre eles Jonh Wesley com seu metodismo. A pregação weslana era cheia de emoção, buscando a “inteira santificação” ou “perfeição cristã”, um conceito que ele também descrevia em termos de “a mente de Cristo” (MATOS, 2003, p. 28). A partir do avivalismo weslano, seu discípulo John Fletcher, interpretou que a plena santificação seria realizada na sua totalidade através de um 'Batismo no Espírito Santo', o que seria futuramente a base do pentecostalismo.

O movimento de inteira santidade iniciado pelos metodistas, chega na região central dos EUA por um pregador metodista chamado Charles Fox Parham (1873-1929), através do seu Instituto Bíblico criado no ano de 1900 na cidade de Topeka, estado do Kansas. Parham afirmava categoricamente que existia uma experiência pós-conversão de Batismo com Espírito Santo, e que sua evidência era confirmada pela glossolalia, momento em que o cristão fala em “línguas estranhas”, um dos dons espirituais citado pelo apóstolo Paulo aos Coríntios, e evidenciado nos atos apostólicos na festa de pentecostes segundo as interpretações dessa doutrina.

Entre os discípulos de Parham estava o pastor negro William Seymour, uma liderança que a partir da Rua Azusa expandiu o pentecostalismo:

Portanto, o movimento pentecostal tem dois fundadores: Charles Parham e William Seymour. Parham foi o primeiro a fazer a afirmação fundamental de que o falar em línguas era a evidência visível e bíblica do batismo com o Espírito Santo. A importância de Seymour, o discípulo de Parham, reside no fato de que sob sua liderança, através do Avivamento da Rua Azusa, o pentecostalismo se tornou um fenômeno internacional e mundial a partir de 1906 (MATOS, 2006, p. 33).

O avivamento ocorrido na Rua Azusa, experimentou num primeiro momento uma fase frutífera do pentecostalismo em meio a segregação dos EUA, homens e mulheres, negros e brancos, sejam americanos como também pessoas de origem latina, juntos vivenciavam o que os pentecostais chamam de 'dons do espírito'. Na experiência posterior a conversão cristã, o cristão (através do batismo com o Espírito Santo) obtinha o renovo espiritual e, em estado de "transe" os cristãos falavam em "línguas desconhecidas", "profetizavam" e vivenciavam "outros sinais", como a cura, por exemplo; atribuídos aos vividos na época do Apóstolo Paulo com a igreja primitiva.

Essa experiência religiosa difundida pelos pentecostais deu um novo fôlego ao protestantismo, mudando categoricamente o rumo do cristianismo inspirado na reforma pelo mundo. Nessa perspectiva, chegam em 19 de novembro de 1910 no Brasil os missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg, vindo dos EUA difundindo a nova doutrina no seio da Igreja Batista, já presente no país

O pentecostalismo trouxe divergência entre os batistas. Uma parcela dos fiéis que aderiram ao pentecostalismo trazido pelos suecos, fundou juntamente com eles a Missão de Fé

Apostólica, uma referência ao movimento de Seymour em Los Angeles. Em 1918 a Missão de Fé Apostólica passa a se chamar Assembleia de Deus, não tendo nenhuma ligação institucional (nesse momento) com a Assembly of God criada nos EUA.

A igreja Assembleia de Deus do Brasil obteve sucesso em sua pregação, crescendo a partir de Belém do Pará e se estendendo por todo país com uma grande rede de ministérios (subdivisões administrativas) que estão interligados pela Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB).

O pentecostalismo da AD é classificado pelos estudiosos como o movimento pentecostal da 'primeira onda' no Brasil, conhecido também como pentecostalismo clássico ou histórico, fase em que chega à Assembleia de Deus e a Congregação Cristã no Brasil, como afirma Matos (2006). A ênfase dessas primeiras denominações pentecostais seria o Batismo com Espírito Santo com o sinal da glossolalia; ou seja, para os fiéis assembleianos, após o batismo nas águas existe um segundo momento da vida do cristão onde o mesmo mergulha profundamente na dimensão espiritual. Essa segunda benção capacita o fiel para participar mais ativamente na vida da igreja, seja por meio dos dons espirituais, profecia, línguas estranhas, cura etc., além de dar intrepidez na missão evangelizadora do crente pentecostal.

## **2 A depressão no contexto assembleiano**

Levando em conta o contexto pentecostal da AD onde seus membros acreditam viver os dons descritos na bíblia na atualidade, a doença é vista como uma “batalha espiritual” onde o crente necessita vencer o mal através de sua fé e da mudança de vida por meio da conversão “Para tanto o pentecostalismo ensina ao doente a necessidade de reorientar seu comportamento segundo as exigências morais deste novo mundo, firmando com ele um compromisso militante” (RABELO, 1994, p. 53).

Segundo a Assembleia de Deus *Online*, um dos endereços eletrônicos oficiais da denominação para a propagação de sua

doutrina; o sofrimento emocional da depressão deve ser tratado pelo “Hospital de Deus”, a *AD-online* afirma que:

A igreja é o hospital de Deus. Sempre foi cheia de pessoas “no conserto”, já que o próprio Cristo enfatizou que não veio para os que se consideram sãos, mas para os doentes. Não deve ser surpresa, então, que os depressivos estejam não somente nos hospitais e clínicas, mas nas igrejas também (ASSEMBLEIA DE DEUS, 2012, *online*).

Sendo assim, os assembleianos acreditam que o convívio na comunidade cristã, permite aos depressivos um auxílio no tratamento, não sendo a igreja um lugar único de tratamento, mas uma forma complementar. Teologicamente, a bíblia segundo a visão dessa denominação, demonstra alguns casos depressivos enfrentados por personagens bíblicos como o caso do salmista Davi, que descreve a sua profunda tristeza ao desabafar: “Por que estás abatida, ó minha alma, e por que te perturbas dentro de mim” (SALMOS, 42:5), mostrando um aspecto melancólico pelo qual o salmista estaria passando; a *AD-Online* em um texto intitulado “A fé é o melhor remédio”<sup>14</sup> coloca outro referencial de Salmos atribuídos a Davi (SALMOS, 31:9-11), onde o mesmo demonstra também passar por uma profunda tristeza, sendo interpretado pelos assembleianos como depressão. O texto bíblico diz:

Seja misericordioso comigo, ó Senhor, pois estou em aflição; **meus olhos se consomem de tristeza**, e minha **alma e meu corpo**, de desgosto. Minha vida é consumida pela angústia e meus anos pelos gemidos. Minha força falha por causa da minha aflição, e

---

<sup>14</sup> Texto publicado pela Assembleia de Deus Online. Disponível em <<http://assembleia.org.br/a-fe-e-o-melhor-remedio/>> Acesso em 18 de out. de 2019.

meus ossos estão fracos (SALMOS, 31:9-11. Grifo nosso).

Nesse referencial colocado pela *AD-Online* como uma fase depressiva de Davi, é notório que o salmista pede em suas suplicas a misericórdia de Yahweh para sua profunda tristeza, associando suas consequências na dimensão da alma e do corpo, sendo assim, a interpretação da depressão no contexto assembleiano avalia que o corpo e a alma possuem ligações que devem ser consideradas no tratamento da doença.

O teólogo pentecostal Josias Moura (2012)<sup>15</sup>, interpreta na vida do profeta de Elias um quadro depressivo, que embora segundo o autor não tenha se caracterizado de maneira crônica, é para ele um exemplo bíblico de como Deus trata a depressão.

Segundo o relato judaico-cristão, Elias foi um profeta que viveu no tempo do rei Acabe; ele, o rei, teria se casado com uma princesa não hebreia chamada Jezabel que o induziu a adorar ao deus Baal. Nesse contexto, surge Elias profetizando escassez de chuva como castigo de Yahweh por causa da idolatria do rei e da nação. Num momento de desânimo, depois de uma longa caminhada no deserto, o profeta pede a morte e desabafa: “Basta; toma agora, ó Senhor, a minha alma, pois não sou melhor do que meus pais (1 REIS, 19.4). Para Moura (2012), a narrativa do Livro dos Reis mostra características melancólicas na vida de Elias que foram consequentemente tratadas por Deus.

Além do cansaço físico, devido às batalhas e a missão profética de Elias, segundo o pastor Josias Moura (2012) destaca-

---

<sup>15</sup> O texto mencionado encontra-se tanto na web pagina do autor Josias de Moura disponível em <https://pastorjosiasmoura.com.br/2012/06/02/estudo-para-ebd-tema-cura-para-a-depresso-estudo-para-a-escola-bblica-dominical-da-igreja-do-betel-brasileiro-geisel/> como também da Web Pagina da Assembleia de Deus - Belem disponível em <http://adbelemposse.blogspot.com/2012/06/cura-para-depressao.html> Acesso em 16 de out. de 2019.

se a solidão (1REIS 19:14)<sup>16</sup>, para o teólogo, a vida de meditação sem amigos e apoio dos patriotas levava o profeta refletir sobre sua vida, aumentando o complexo de perseguição. Ainda segundo o pastor, a carência de ocupação após Elias eliminar a idolatria de Israel, fez com que o mesmo se achasse inútil, possibilitando o aumento do quadro depressivo; “a desgraça de um homem começa quando ele se acha inútil” (MOURA, 2012, p. 4).

Nessa concepção, o Deus de Elias proporcionou condições para a recuperação do quadro depressivo que passará o profeta. A primeira medida seria o tratamento físico, em 1Reis 19:5-8<sup>17</sup> o profeta dormiu e foi acordado por um Anjo que lhe ofereceu comida; voltando a dormir e sendo acordado novamente para comer. Nesse momento, Moura (2012) entendeu que dormir e se alimentar bem seria um tratamento físico para curar a depressão do profeta.

Seguidamente em 1Reis 19:10<sup>18</sup> acontece o desabafo de Elias (tratamento psicológico pelo desabafo), onde ele declara a Deus suas angústias e frustrações. Após o desabafo, Deus teria mostrado que Elias não está só, semelhante a ele havia sobrado 7mil que não se dobraram à idolatria (1REIS 19:18), mostrando que o profeta não está sozinho.

---

<sup>16</sup> E ele disse: Eu tenho sido em extremo zeloso pelo Senhor Deus dos Exércitos, porque os filhos de Israel deixaram a tua aliança, derrubaram os teus altares, e mataram os teus profetas à espada, **e só eu fiquei**; e buscam a minha vida para me tirarem. (1 Reis 19:14) (grifo meu)

<sup>17</sup> Depois se deitou debaixo da árvore e dormiu. De repente um anjo tocou nele e disse: "Levante-se e coma". Elias olhou ao redor e ali, junto à sua cabeça, havia um pão assado sobre brasas quentes e um jarro de água. Ele comeu, bebeu e deitou-se de novo. O anjo do Senhor voltou, tocou nele e disse: "Levante-se e coma, pois a sua viagem será muito longa". Então ele se levantou, comeu e bebeu. Fortalecido com aquela comida, viajou quarenta dias e quarenta noites, até que chegou a Horebe, o monte de Deus. (1 REIS 19:5-8).

<sup>18</sup> Ele respondeu: "Tenho sido muito zeloso pelo Senhor, Deus dos Exércitos. Os israelitas rejeitaram a tua aliança, quebraram os teus altares, e mataram os teus profetas à espada. Sou o único que sobrou, e agora também estão procurando matar-me". (1 REIS 19:10).

O estudo do pastor Josias Moura disponível no *site* da AD Belém e em sua página pessoal, ainda interpreta na história de Elias uma terapia ocupacional quando após a aniquilação dos ídólatras, Deus dá a missão de ungir o rei sírio bem como outras pessoas em Israel (1REIS 19:15-17). Na fala de Moura (2012), o Deus dos hebreus ainda se mostra a Elias através de fenômenos naturais dando o que ele chamou de tratamento espiritual (1REIS 19: 11-12).

Baseado nesses pressupostos teológicos pentecostais, é notório que embora os assembleianos e demais pentecostais vejam como uma enfermidade espiritual, a depressão possui consequências físicas, possibilitando que a doença seja tratada nas dimensões materiais como o sono e alimentação de Elias e nas dimensões imateriais, tratando das emoções pelo aconselhamento e renovo das esperanças.

As pesquisas de campo sobre depressão no contexto pentecostal não são numerosas, porém no experimento realizado por Pêrsio Gomes de Deus, através das entrevistas semidirigidas, num período de seis meses e publicado em 2008, ele concluiu a partir de 50 prontuários de pacientes evangélicos depressivos que, no caso do seu estudo, 100% dos pentecostais e neopentecostais, entendem a depressão como um problema espiritual. Sendo assim, a depressão dos pacientes estudados por Deus (2008) é percebida pelos próprios fiéis como sendo do campo espiritual; já entre os protestantes históricos, que além da questão espiritual os mesmos colocam também entre as causas da depressão o “stress profissional, problemas conjugais, hereditariedade e também desconhecimento da causa”. Porém continua o autor afirmando que “mesmos estes tiveram dificuldade na procura por tratamento especializado” (DEUS, 2008, p. 113).

Essa discussão a respeito de um diagnóstico preciso e ímpar para as experiências/casos de depressão há muito vem sendo debatida e estudada. Para Almeida (2011, s. 20 - 22), a temática da espiritualidade no campo da saúde mental tem sido pouco explorada e quando muito foi confundida com episódios psicóticos ou de esquizofrenia. Problema que foi amenizado com o



reconhecimento no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 4ª Edição (DSM-IV), que introduziu uma nova categoria chamada "Problemas Religiosos ou Espirituais". Com esta inserção no Manual se tem novas possibilidades de diagnósticos mais completos e abertos para o reconhecimento das constituintes de experiências religiosas e espirituais como parte do diagnóstico clínico e não somente relativos a transtornos mentais. Ou seja, as alucinações ou determinadas experiências podem ser entendidas e vistas como sendo a manifestação de um estágio de desenvolvimento espiritual avançado.

Seus estudos partem da análise de artigos científicos publicados na América Latina por pesquisadores que assemelham sintomas psicóticos com experiências espirituais e religiosas, numa clara intenção de contribuir para o registro na CID -11 da classificação de transtornos mentais com diferencial para as experiências religiosas e espirituais. A relação dos dois aspectos, espirituais/religioso e clínico/possessão, também foram constatados nos casos observados no Brasil onde cerca de 20 famílias haviam buscado ajuda tanto no campo religioso quanto nos recursos psiquiátricos. Em suas considerações finais, Almeida (2011, s. 25) nos esclarece que 90% dos casos analisados, as experiências psicóticas não têm relação com transtorno psicóticos, o que resultou num falso positivo "sintomas psicóticos".

O resultado dessa pesquisa e o respectivo reconhecimento clínico pode, segundo o próprio Almeida, contribuir para diminuir o preconceito e o estigma social e religioso. E dessa forma, oferecer um cuidado a partir da cultura religiosa, da observação cuidadosa do histórico cultural e do ambiente geográfico do paciente. Pois o caso em questão, mesmo se tratando de uma possível depressão, remonta a uma experiência classificada por líderes religiosos como sendo de caráter religioso proveniente de desobediência moral ao sagrado.

### 3 Considerações finais

O homem protestante [...] vê-se banido e exposto sem proteção em uma situação que causa absoluto horror ao homem histórico natural, ele se vê “despido”, privado de qualquer recurso às “imagens sagradas” canalizado sem defesa as duas outras temidas ideologemas do ocidente: a conquista da “objetividade” científica e técnica, a ligação do valor ao temporal – ao moralismo com acontecimento histórico cristão, e a tentação das retribuições temporais (DURAND, 2008, p. 23).

Dessa assertiva de Durand (2008) também podemos elencar essa possibilidade interpretativa para compreensão de um dos fatores determinantes para a experiência religiosa. Precisamos considerar que algumas dessas vivências podem ser provocadas por uma desilusão mística redutora de esperança que a pessoa se assemelha a “Jó”, que tendo pecado se afastou de Deus e ficou atormentado até que se restabelecesse sua relação salvífica com Javé.

Para entendermos a depressão e suas formas de tratamentos no contexto assembleianos, precisamos nos desprender de quaisquer proselitismos. Levando em conta o estudo bíblico do pastor Josias Moura e a *web*-página “Assembleia de Deus *Online*”, percebemos que a depressão é compreendida como uma doença espiritual, mas que possui em seu tratamento outros meios além da crença vivenciada pelos fiéis. A Assembleia de Deus – Ministério Madureira, por exemplo, afirma o auxílio espiritual (religioso) deve ser feito juntamente com o tratamento médico convencional ao afirmar que “A depressão tem cura, mas inspira certos cuidados. O tratamento da depressão inclui, além de seus aspectos espirituais, acompanhamento psicológico, remédios e mudanças nos hábitos de vida” (ASSEMBLEIA DE DEUS – MADUREIRA, 2015, *online*).

Aconselhando que os membros tenham uma vida saudável, com boa alimentação, lazer, convívio social com os “irmãos da fé”, a família e sociedade como um todo, buscando concomitantemente na fé motivos de esperança, dessa forma a AD apresenta um caminho de enfrentamento da depressão junto ao tratamento médico convencional. Com base nesses pressupostos concordamos com Neves (2011) ao afirmar que:

[...] a dimensão física e mental do indivíduo é “transversalizada” por seus elos coletivos; assim, sua individualidade sempre inclui aspectos sociais e culturais em sua comunidade (NEVES, 2011, p. 31)

Para entender a concepção da cura da depressão por meio do aspecto holístico do homem em meio ao movimento pentecostal, se faz necessário uma análise mais aprofundada que perpassa uma compreensão sociocultural por meio de uma pesquisa de campo, elaborando assim um banco de dados que possa apresentar evidências mais substanciais de como é compreendido esse processo de cura e de que forma podemos entendê-la como tal.

O antropólogo Csordas (2008), por exemplo, em suas pesquisas sobre o pentecostalismo católico, entendeu que os carismáticos percebiam também de forma holística o sistema de cura “no sentido de buscar integrar, em princípio, todos os aspectos da pessoa, concebida como um compositório tripartite de corpo, mente e espírito (CSORDAS, 2008, p.33)

Esses pressupostos de caminho de cura por meio do auxílio médico e psicológico somando a convivência dos doentes depressivos em seu meio religioso abre o debate sobre o real mecanismo da cura por meios “espirituais/religiosos”, tendo em vista que a própria vivência religiosa dentro do templo e dos ritos pode apontar, segundo a tese de Strauss (1975), para uma possível eficácia simbólica, não só da cura da depressão como das demais doenças, já que é apontado como tratamento para os fiéis, além do acompanhamento religioso, todo processo

terapêutico convencional; sendo assim, o ambiente religioso e todo seu processo ritualístico pode ser entendido como um mecanismo que propicia uma dimensão simbólica onde os crentes são envolvidos pela “cura”.

Mesmo não sendo possível identificar, empiricamente, quais seriam os meios utilizados pelos pastores para distinguir um caso de saúde de um caso espiritual religioso, e para não nos valermos exclusivamente das subjetividades do discurso religioso, apresentamos abaixo o Quadro 1, com as principais características e diferenças entre as experiências espirituais e os sintomas psicopatológicos.

**Quadro 1 - A distinção entre fenômenos religiosos e psicopatológicos**

<b>Características</b>	<b>Experiências espirituais</b>	<b>Sintomas psicopatológicos</b>
Conteúdo das vivências	Os conteúdos seguem uma doutrina religiosa: são aceitáveis pelo subgrupo cultural.	O conteúdo é bizarro; geralmente reivindica um status divino ou a posse de poderes especiais.
Características das experiências sensoriais (ilusões, alucinações, visões, vozes)	Os elementos sensoriais são mais “intelectuais”; são sentidos como “conteúdos mentais”.	Os elementos sensoriais são percebidos como “corpóreos”, dão a sensação de serem percepções reais.
Modalidade sensorial das vivências	Predominantemente e alucinações e ilusões visuais.	Predominantemente e alucinações auditivas.
Grau de certeza das vivências	As crenças se formam com a possibilidade da dúvida.	As crenças são “incorrigíveis”, geralmente há certeza absoluta.

Insight	Às vezes insight presente, às vezes ausente.	Frequentemente insight ausente.
Duração da vivência	Duração breve.	Duração longa.
Controle volitivo	Há, por parte do sujeito, um grau de controle e direcionamento sobre as vivências.	São experiências vivenciadas sem qualquer controle por parte do sujeito.
Orientação em relação a outras pessoas	Vivências são orientadas em direção a outras pessoas.	Vivências são quase sempre orientadas para si (autoorientadas).
Significado para a vida do sujeito	Sentido de “auto-realização”, experiências que “alargam” a vida, produzem “frutos” espirituais.	Experiências geralmente desintegrativas, que produzem a deterioração do funcionamento vital do sujeito.
Positividade/negatividade e	As vivências têm, de modo geral, sentido “positivo” para a vida do sujeito.	As vivências têm, de modo geral, sentido “negativo” para a vida do sujeito.
Implicação na “ação” do sujeito	São experiências nas quais o sujeito se percebe como “agindo”, produzindo sua vida.	São experiências nas quais o sujeito se percebe “sendo agido”, vive passivamente a experiência.
Relação com sintomas psicopatológicos em outras esferas da vida	São experiências “isoladas”, que não se articulam com outros sintomas de transtornos mentais	Geralmente não são vivências isoladas. Ao lado do delírio ou da alucinação mística, há outros sintomas psicóticos.

Estilo de vida e de personalidade do sujeito	Tanto o estilo de vida como a personalidade do sujeito revelam religiosidade presente e antecedendo a vivência.	O estilo de vida e a personalidade indicam alterações e deterioração associadas a transtornos mentais.
Comunicação da experiência com outras pessoas	Sujeito busca relatar sua experiência para outras pessoas, sobretudo de seu grupo cultural.	Sujeito é, geralmente, reticente em relatar e discutir essas experiências.

Fontes: Baseada e modificada a partir de Jackson e Fulford (1997) e Sims (1997), apud DALGALARROND, 2008, p. 170.

Para Andrew Sims (1995, apud Dalgalarrrond, 2008, p. 165) os delírios religiosos não são causados por crenças religiosas excessivas ou radicais, nem por erros ou falhas morais cometidas que o próprio paciente atribui como causa de seus infortúnios. Trata-se antes, de um adoecimento mental provocada por preocupações com o meio em que vive e com suas relações sociais que refletem no religioso. Como se nota na tabela acima, as experiências religiosas são, em sua maioria, interpretadas como positivas, associativa e que o que as diferencia por completo é a duração do evento. As experiências religiosas são de curta duração enquanto as de caráter psicopatológicos tendem a ser de longa duração.

Seja vista como uma "batalha espiritual", como uma doença psicopatológica, depressão, cansaço físico ou mesmo estresse pessoal, ao certo é que estamos diante de uma realidade humana relacionada com sua existência envolvendo aspectos psíquicos, emocionais, de consciência e inconsciência cognitiva. Trata-se de uma vivência individual criativa numa busca inconsciente para uma razão de vida. Uma autoconsciência do

seu devir nostálgico em busca de um sentido para suas experiências naturais. A pessoa (paciente) percebe o pastor, o padre ou mesmo o médico como alguém capaz de restabelecer a ordem cognitiva e solucionar seus conflitos espirituais ou naturais. Em outros casos de difíceis análise se requer uma adaptação ou tratamento (espiritual ou clínico) de longa duração. As atitudes morais e espirituais exercem forte influência perturbadora quando nos referimos a uma pessoa para quem a religião é parte essencial na sua experiência social. A mudança de comportamento, ou mesmo o restabelecimento da consciência, tanto espiritual quanto natural, é o resgate construtivo do sentido e do significado de suas experiências em função da busca pelo transcendente – tratamento construtivo do inconsciente (JUNG, 2015, p. 60 - 71).

Contudo, para essa pesquisa exploratória bibliográfica, concluímos que a cura da depressão no contexto assembleiano pode ser entendida a partir do diálogo entre a esfera material e imaterial a partir das compreensões teológicas e da práxis pentecostal, onde o crente pentecostal compreende que seu espaço de fé é um dos ativadores para o melhoramento e superação de seu quadro depressivo. Uma análise definitiva acerca dos diagnósticos de depressão, dependerá de uma abordagem que contemplem e considere todos os aspectos da vida do sujeito considerando inclusive sua cultura religiosa.

Ao fim e ao cabo, consideramos que é preciso observar o homem em sua totalidade, como um ser em sociedade e transgressor das tradições estabelecidas em busca de suas origens “nostálgicas” e antropológicas. O espírito humano está em constante mudanças sociais, religiosas, biológicas, éticas e morais. Uma saída para esse dilema poderia se dá na aceitação do caráter antropocósmico, defendido por Durand (2015), no qual o homem é um ser com o outro e suas nuances seriam entendidas como uma assimilação do caráter dualista (espiritual e natural) do existir humano – coexistência dos fenômenos. E dessa forma perceber o antagonico como uma parte integrante do mundo visível. Afinal, as “crises” de personalidade parecem advir dessa recusa a dupla pertença no mundo.

## Referências

ALMEIDA, Alexander Moreira. et Etzel Cardeña. **Diagnóstico diferencial entre experiências espirituais e psicóticas não patológicas e transtornos mentais: uma contribuição de estudos latino-americanos para o CID-11.** Revista Brasileira de Psiquiatria. vol.33. supl.1.São Paulo. Maio, 2011. In:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151644462011000500004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151644462011000500004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

ASSEMBLEIA DE DEUS ONLINE. **A fé é o melhor remédio. 2012.** Disponível em <<http://assembleia.org.br/a-fe-e-o-melhor-remedio/>>. Acesso em 16 de out. 2019.

ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTERIO MADUREIRA. **A depressão é reflexo de pecado?** 2015. Disponível em< <http://admadureira-estiva.blogspot.com/2015/06/a-depressao-e-reflexo-de-pecado.html>> Acesso em 16 de out. 2019.

COSER, Orlando. **Depressão: clínica, crítica e ética.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

CSORDAS, T. **Corpo. Significado. Cura.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CRUZ, Adriano. Até 2020, **A depressão será a doença mais incapacitante do mundo, diz OMS** Transtorno ainda enfrenta preconceito, apesar de afetar mais de 120 milhões de pessoas. Disponível em <http://pocoas24hs.com.br/2016/08/09/ate-2020-a-depressao-sera-a-doenca-mais-incapacitante-do-mundo-diz-oms-transtorno-ainda-enfrenta-preconceito-apesar-de-afetar-mais-de-120-milhoes-de-pessoas/> Acesso em 18 de out. 2016.

DALGALARRONDO, Paulo. **Religião, psicopatologia e saúde mental.** Porto Alegre: Artmed, 2008.



DEUS, Pécisio Ribeiro Gomes de. **A influênciã do sentimento religioso sobre cristãos portadores de depressão**. Dissertaçãõ (Mestrado em Ciências da Religiãõ) –Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

DURAND, Gilbert. **Ciênciã do Homem e Tradiçãõ: O novo espírito antropológico**. Trad. Lucia P. de Souza. 1ª Ed. São Paulo: Triom, 2008.

GOMES, Antônio Maspoli de Araújo. **Um olhar sobre depressão e religiãõ numa perspectiva compreensivã**. Estudos de Religiãõ, São Paulo, v. 25, n. 40, p. 81-109, 2011.

JUNG, C.G. **Espiritualidade e Transcendênciã**. Trad. Nélio Schneider. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOURA, Josias. Pastor Josias Moura: **Cura Para a Depressão**. 2012. Disponível em <<https://pastorjosiasmoura.com.br/2012/06/02/estudo-para-ebd-tema-cura-para-a-depresso-estudo-para-a-escola-bblica-dominical-da-igreja-do-betel-brasileiro-geisel/>> Acesso em 16 out. 2019.

MATOS, Alderi Souza de. **O movimento pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário**. Fides Reformata, São Paulo, v. 11, n. 02, p. 23-50, 2006.

NEVES, Afonso Carlos. **Conceito ampliãdo de saúde in BLOISE**, Paulo (org.). Saúde Integral. A medicina do corpo, da mente e o papel da espiritualidade. São Paulo: Senac, 2011.

RABELO, M. Religiãõ, ritual e cura. In: ALVES; MINAYO. **Saúde e Doençã: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

SOLOMON, Adrew. **O demônio do meio-dia, uma anatomia da depressão**. Traduçãõ Myriam Campello. Rio de Janeiro: Objetivã, 2002.

## Capítulo IV

### **Espiritualidades, psicologias e saúde: diálogos possíveis**

*Laionel Vieira da Silva<sup>19</sup>*

A compreensão do que entendemos hoje como saúde passou por um longo processo de mudança, fruto de concepções de sujeito e de mundo, permeadas por diferentes interferências históricas, sociais e políticas. Nem sempre as dimensões biológica, psíquica e social do processo saúde-doença foram concebidas pela Organização mundial de saúde conforme observamos atualmente.

Na antiguidade clássica por exemplo, o conceito de saúde estaria relacionado ao “equilíbrio entre as partes primárias do corpo” (BACKES et. al., 2009, p. 112) ou mesmo dependia de motivações religiosas, que inclusive foi amplamente utilizada na idade das trevas por parte da igreja católica no contexto Ocidental. Na própria medicina chinesa e hindu, o adoecimento ocorre como resultante do desequilíbrio do corpo. É então no Renascimento que os estudos empíricos acerca das matérias que ocasionavam contágio (e adoecimento) passaram a serem abordados com maior ênfase nos moldes científicos, possibilitando uma teoria conhecida como miasmática (BACKERS et. al., 2009).

No século XIX há o surgimento da bacteriologia, e a concepção de que é possível combater agentes etiológicos por meio de produtos químicos ou vacinas, avançando os conhecimentos da biologia e da medicina, sendo apenas no século XX que os fatores de adoecimento do ser humano passa a ser estudado de modo multicausal, considerando também os seus fatores psíquicos e sociais (BACKERS et. al., 2009).

---

<sup>19</sup> Lista de Colaboradores.

Disputas pelo poder de quemalaria e definiria o que é “saúde” e “doença” perpassa a construção de diferentes epistemologias humanas, incluindo diálogos harmônicos e conflituosos entre os variados discursos religiosos e científicos. Nesse contexto enquanto científico, as psicologias aparecem como um conjunto de abordagens teóricas e científicas, dentro da grande área “Psicologia”, como uma disciplina capaz de falar sobre a dimensão psíquica desse complexo fenômeno, que já enfrentava disputas conceituais por vieses religiosos há milênios antes do surgimento desse saber da Psicologia enquanto ciência autônoma.

Assim, foram construídos conceitos, acesso e distribuição desiguais acerca do conhecimento da temática “saúde” em lógicas múltiplas, fazendo com que o conceito de saúde-doença convidasse as psicologias a olharem para outros discursos que produziriam alguma relação como o tema, tal como as religiosidades.

Houve época em que masturbação era considerada uma conduta patológica capaz de resultar em desnutrição (por perda da proteína contida no esperma) e em distúrbios mentais. A masturbação era tratada por dieta, por infibulação, pela imobilização do "paciente", por aparelhos elétricos que davam choque quando o pênis era manipulado e até pela ablação da genitália. Houve época, também, em que o desejo de fuga dos escravos era considerado enfermidade mental: a drapetomania (do grego drapetes, escravo). O diagnóstico foi proposto em 1851 por Samuel A. Cartwright, médico do estado da Louisiana, no escravagista sul dos Estados Unidos. O tratamento proposto era o do açoite, também aplicável à "disestesia etiópica", outro diagnóstico do doutor Cartwright, este explicando a falta de motivação para o trabalho entre os negros escravizados (SCLIAR, 2007, p. 30).

Diante de uma relação complexa entre temas tão distintos como psicologias, espiritualidades e saúde. De que maneira esses temas se articulam? Quais as possibilidades de diálogos e conflitos existentes entre eles?

A proposta desse artigo é tecer algumas considerações sobre a relação entre os três temas: psicologias, espiritualidades e saúde. Nesse sentido, busca-se problematizar os desafios que as psicologias assumem enquanto ciência na percepção do fenômeno religioso enquanto fenômeno participante da construção da subjetividade e saúde mental das pessoas, entendendo a complexidade do campo religioso no qual estamos inseridos. Desse modo estudar cientificamente o fenômeno religioso não é compreendê-lo como algo ahistórico, apolítico ou não social, mas de um importante fenômeno implicado sempre dentro de uma realidade político, social e histórica.

## **1 Conceito de saúde/doença**

Diante diferentes perspectivas no conceito de saúde/doença, uma das conceituações mais importantes atualmente é aquela proposta pela Organização Mundial da Saúde, devido ao papel relevante que tal organização representa para o mundo. Assim, tal conceito merece um exercício de reflexão sobre a maneira em que ele é pensado. A Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS, 2016) nos diz “Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade”, diante dessa perspectiva é possível pensar alguns itens importantes:

1 – Saúde envolve o ser humano em sua complexidade para além de mero corpo biológico.

2 – Saúde não quer dizer ausência de doença. Não se trata nesse caso de um binário em que um dos dois, saúde e doença, estejam em oposição à outra.

3 – Saúde implica a presença de algo, que está presente através de indicadores de bem-estar, que abrangem o ser humano em sua complexidade.

Há ainda outros fatores a serem observados, como o impossível “estado completo de bem-estar” já discutidos por teóricos como Segre e Ferraz (1997), mas que para a proposta desse artigo, apenas esses 3 itens mencionados serão suficientes.

Uma vez envolvendo o ser humano em sua complexidade, a saúde/doença pode ser promovida em diferentes espaços sociais e institucionais, sendo assim o espaço religioso e o poder simbólico que esses representam, participam também da produção desse processo, pois está imbrincado em nossa sociedade como um fato social.

O fato é se haver definido que o processo saúde-doença tem caráter histórico em si mesmo e não apenas porque está socialmente determinado, permite-nos afirmar que o vínculo entre o processo social e o processo biológico saúde-doença é dado por processos particulares, que são ao mesmo tempo sociais e biológicos. Por exemplo, o modo concreto de trabalhar, cujo caráter social é evidente, é ao mesmo tempo biológico, pois implica em determinada atividade neuro-muscular, metabólica, etc. Outro exemplo poderia ser o comer, uma vez que o que se come e como se faz isso são fatos sociais, que têm sua contraparte biológica (LAURELL, 1976, p. 15).

Ao pensar o segundo ponto destacado, a saúde e doença não estão em oposição, assim, é possível estar doente, mas ter saúde ao mesmo. Como por exemplo, possuir alguma doença considerada crônica, mas enquanto convive-se com a doença e na realização do tratamento adequado, é possível viver com boa qualidade de vida, e apresentar bons sintomas de saúde. Assim,

temas como sentido de vida, saúde emocional, redes de sociabilidade e outros mais aparecem como temas importantes a serem pensados no processo saúde-doença, nos levando a pensar como o campo religioso participaria dessas redes.

Ao perceber essa relação complexa entre saúde e doença, a presença do ser humano em sua dimensão subjetiva e social merecem uma atenção maior, percebendo que a saúde-doença não pode ser reduzida a uma lógica positivista de ser humano-máquina.

E diante do terceiro ponto, por implicar na presença de “algo” que possa gerar bem-estar, a saúde quando pensada no espaço religioso possuiria uma articulação com esferas humanas que potencializem a humanização do sujeito. Nesse sentido, o campo religioso deveria ser capaz de promover saúde, reconhecendo o ser humano em sua complexidade, diversidade e interesses. Caso não contribua na produção desse ser humano em sentido integral, não estaria apta a produzir saúde.

Tais indagações podem ser mais bem resolvidas quando é apresentado algumas considerações frente a relação entre a espiritualidade e religiosidade, onde a busca por um autoconhecimento de ordem filosófica (espiritual) pode coincidir ou não com o elemento da religiosidade (em perspectiva social e cultural)

## **2 Espiritualidades e humanização**

Segundo Rörh (2011), o ser humano possui 5 diferentes dimensões básicas na constituição do ser: uma dimensão física, dimensão sensorial, dimensão emocional, dimensão mental e a dimensão espiritual. Tal estruturação pensada pela perspectiva desse autor, enfatiza a complexidade do ser humano e chama a atenção para a necessária importância do lado subjetivo desse.

Todas essas dimensões se desenvolvem junto ao ser humano integral, de modo a abranger tudo o que significa “ser humano”, sendo então a dimensão espiritual algo que não

necessariamente corrobora diretamente com a religiosidade instituída, embora possa manter algum tipo de diálogo.

Não se confunde essa dimensão com a religiosa, que em parte pode incluir a espiritual, mas que contém algumas características como as da revelação, enquanto intervenção direta de Deus, e de um tipo de organização social que, dessa forma, resultam estranhas ou desnecessárias à dimensão espiritual. Podemos nos aproximar da dimensão espiritual identificando uma insuficiência das outras dimensões em relação ao homem nas suas possibilidades humanas. Posso viver nas demais dimensões sem ser comprometido com nenhum aspecto delas (RÖHR, 2011, p. 55).

Enquanto a dimensão religiosa estaria associada a uma organização institucional de alguma religião específica, a espiritualidade se trata de uma perspectiva filosófica de sentido em sua ordem mais existencial, que é capaz de levar o sujeito aos questionamentos e as respostas mais profundas da vida, é uma dimensão com poder criativo, capaz de modificar a vida do sujeito como um todo.

Essa aquisição existencial de sentido não é meramente um ato mental. Envolve a pessoa por inteiro. Exige dela um comprometimento com ela, uma identificação que gera uma sincronia desse sentido com a própria postura de vida que a pessoa assume, quer dizer, a apropriação existencial de um sentido faz a pessoa agir de acordo com o sentido que adquiriu (RÖHR, 2010, p. 26).

Dito isso é possível observar a ênfase dada a espiritualidade como uma busca de humanização do sujeito

inerente ao próprio ser humano, enquanto a religiosidade se refere a um processo cultural e social do qual o sujeito não necessariamente faz parte, o vivencia de diferentes modos e formatos, pois se trata, a religião, de um processo construído no âmbito cultural antes mesmo do nascimento de determinado sujeito. Em síntese:

Espiritualidade diferencia-se do conceito de religião, por ter significado mais amplo. A religião é uma expressão da espiritualidade, e espiritualidade é um sentimento pessoal, que estimula um interesse pelos outros e por si, um sentido de significado da vida capaz de fazer suportar sentimentos debilitantes de culpa, raiva e ansiedade. Religiosidade e espiritualidade estão relacionadas, mas não são sinônimos. Religiosidade envolve um sistema de culto e doutrina que é compartilhado por um grupo, e, portanto, tem características comportamentais, sociais, doutrinárias e valorais específicas, representando uma dimensão social e cultural da experiência humana. Espiritualidade está relacionada com o transcendente, com questões definitivas sobre o significado e propósito da vida, e com a concepção de que há mais na vida do que aquilo que pode ser visto ou plenamente entendido (MURAKAMI; CAMPOS, 2012, p. 362).

Para Rey (2003, p. 59), o ser humano possui “a capacidade para atuar seguindo convicções e princípios pessoais, que, em si mesmos, são geradores de subjetivação, e não simplesmente a expressão de forças ocultas”. O ser humano nessa perspectiva, aqui apresentada, participa da construção do jogo de subjetividades, e assim torna-se capaz de humanizar outras pessoas na medida em que se produz a si mesmo enquanto ser humano em constante transformação.



Tal busca da humanização, se dá através de uma organização subjetiva diversificada e que ocorre em várias direções, pois a subjetividade configura-se nas relações sociais, trata-se de uma “[...] dimensão complexa, sistêmica, dialógica e dialética, definida como espaço ontológico” (REY, 2003, p. 75).

Não sendo possível fazer uma separação total entre o sujeito individual e social, trata-se de uma teia complexa, em que o primeiro é socializado e se organiza como singular diante de uma sociedade em processo de construção anterior a esse próprio sujeito, que a ela transforma, e nela também se produz novas transformações que afetarão novos sujeitos individuais.

### **3 Religiosidade e saúde**

A experiência da religiosidade apresenta um potencial significativo na promoção do bem-estar humano, sobretudo quando associado a dimensão espiritual, na busca do autoconhecimento.

O autoconhecimento é construção-desconstrução-construção paulatina e cotidiana do reconhecimento dos limites, pessoais e exteriores, sempre móveis. A autoconfiança se fundamenta na sensação de se estar em casa no mundo e se fundamenta também na autonomia e no autoconhecimento, levando à fé, matriz do sentido e do sentido último, finalidade limite da espiritualidade (PINTO, 2009, p. 77).

O sujeito que vivencia uma experiência de autoconhecimento é capaz de entender melhor suas emoções, limitações e sentido existencial, torna-se um ser que encontra um significado maior para a vida. Encontra uma liberdade interna que o ajuda a lidar com situações de opressão e violência,

tanto no reconhecimento de tais situações, como na possibilidade de atuar sobre elas.

Algumas das contribuições da religiosidade para saúde são destacadas por autores como Peres et. al. (2007): a religião como uma maneira de lidar com a morte, funcionando como uma forma de amparo; uma melhora de resposta do processo de resiliência, pois os sujeitos desenvolveriam interpretações de como modificar positivamente eventos traumáticos; oferece efeito preventivo de transtornos mentais, funcionando como manejo de situações estressoras.

Um estudo que avaliou as possíveis correlações entre religião e trauma psicológico envolveu 1.385 veteranos de guerra com TEPT em tratamento. As experiências de testemunhar e não conseguir impedir as mortes de soldados companheiros enfraqueceram a fé religiosa, observada como um preditor significativo de uso mais extensivo dos serviços de saúde mental. Curiosamente, a severidade de sintomas do TEPT e as dificuldades no relacionamento interpessoal não foram preditores do uso continuado dos mesmos serviços, tais como a fé enfraquecida. Os autores levantaram a possibilidade de que a motivação preliminar dos veteranos para procurar tratamento continuamente pode ser a busca de significados e finalidades de suas experiências traumáticas (PERES et. al., 2007, p. 141).

É observada a possibilidade de ampliação da persistência e dedicação na adesão a certos tratamentos de saúde na medida em que a fé está presente. Esses sujeitos que buscam ajuda, contam com um sistema cognitivo que ajuda a reduzir o sofrimento do trauma atribuindo-lhe um sentido.

A espiritualidade pode ser considerada como um meio de busca harmônica e integrativa da personalidade, sendo desse

modo geradora de bem-estar para o sujeito que a vivência de maneira integradora tanto para si, quanto em relação aos outros com quem convive. E quando captado na esfera religiosa, é capaz de promover o sentimento de união e sentido comunitário entre as pessoas que dela fazem parte, constrói-se uma rede de sociabilidade eficaz para a manutenção de a vivências benéficos aos sujeitos. Assim:

O termo 'espiritualidade' designa toda vivência que pode produzir mudança profunda no interior do homem e o leva à integração pessoal e à integração com outros homens. [...] o espírito nos permite fazer a experiência da profundidade, da captação do simbólico, de mostrar que o que move a vida é um sentido, pois só o espírito é capaz de descobrir um sentido para a existência (GIOVANETTI, 2005, p. 137 - 138).

Além dos aspectos psíquicos e sociais, a religiosidade quando vivida com espiritualidade é capaz de trazer ganhos nas outras dimensões do ser humano de maneira integral. Há ainda alguns estudos que “determinam que a prática regular de atividades religiosas tem reduzido o risco de óbito em cerca de 30% e, após ajustes para fatores de confusão, em até 25%” (GUIMARÃES; AVEZUM, 2007, p. 93).

Diante dessa perspectiva, é importante estudar e conhecer os fatores protetivos de saúde dos quais o fenômeno religioso pode ser promotor, a fim de utilizá-los a favor de diferentes abordagens, respeitando a liberdade religiosa de cada sujeito.

#### **4 Religiosidade e doença**

A experiência da religiosidade, porém, pode contribuir para o agravamento de situações do adoecimento. Exemplos

podem ser encontrados em diversos locais, que vão desde situações de incentivo à repressão, à submissão a situações de violência estrutural, ou privação do sujeito à algumas específicas redes de sociabilidade que seriam contrárias aos interesses particulares da fé. Sobre a violência estrutural, é possível conceituá-la da seguinte maneira:

[...] entende-se como aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte (MINAYO, 1994, p. 8).

Tal perspectiva é encontrada como exemplo por Dalgalarro (2008), que descreve alguns dos aspectos negativos que podem vir a ser encontrados na vivência religiosa, dentre eles: conformismo, dependência, proibição de vacinas ou doação de sangue, doutrinas discriminatórias tais como a LGBTfobia, favorecendo o isolamento social de certos grupos.

Nesse sentido, o fenômeno religioso possui poder o suficiente para agravar sintomas e processos de adoecimento enquanto ao mesmo tempo clama por um bem-estar e harmonia amorosa que não contempla todas as pessoas e muito menos de maneira igualitária, podendo inclusive diminuir o aspecto existencial da espiritualidade, enquanto se promove os ideais de fé.

[...] a religiosidade pode diminuir a percepção pessoal de liberdade, pode gerar uma crença de que não seja tão necessário o cuidado pessoal, e pode facilitar a evitação da ansiedade que geralmente acompanha o enfrentamento autêntico das possibilidades

humanas. Com isso quero dizer que a relação e o diálogo entre a espiritualidade e a religiosidade não é necessariamente harmonioso: a religiosidade pode ser consoante com a espiritualidade e, assim, constituir possibilidade de busca de sentido e de aprofundamento em si e no mundo, mas a religiosidade pode ser também fonte de alienação, de fuga do espiritual, de superficialidade existencial (PINTO, 2009, p. 74).

Enquanto a espiritualidade promove uma descoberta de si, a religiosidade quando vivida de maneira danosa promove um aprisionamento do sujeito, que está cada vez mais convencido da inevitável necessidade de submeter-se a ideais dominantes de gênero, classe, racial, orientação sexual ou outros sem a devida flexibilidade crítica acerca desses marcadores sociais de diferença que operam no sistema religioso.

A violência estrutural, simbólica, psicológica e por vezes físicas direcionada a população LGBTI por exemplo é algo bastante atual no cenário brasileiro. Evocada a partir de uma suposta liberdade religiosa (que serve apenas para alguns) discursos patologizadores são proferidos por líderes religiosos de tradições mais conservadoras, ocasionando pouca reação social ou mesmo soando um caráter de naturalidade. Existe nesse contexto uma forma cordial e amorosa de se naturalizar a violência legitimada pela fé, que por consequência trás diretamente adoecimento para a população.

Algumas minorias sofrem retrocessos em políticas importantes de saúde devido ao mesmo motivo, o poder legitimador religioso no contexto social, independentemente de participarem ou não da mesma pertença religiosa.

Apesar das atuais políticas de atenção à saúde da mulher, valores religiosos servem para a recusa desse direito através da dita

“objeção de consciência”, alegada por médicos e profissionais de saúde em respeito às crenças religiosas pessoais. Autonomia feminina e religião entram em conflito nas atuais discussões sobre a atenção integral à saúde da mulher e os direitos humanos. Esse desacordo exemplifica o choque entre diferentes visões de mundo e suas definições sobre indivíduo, liberdade e autonomia, impactando as discussões sobre direitos humanos e minorias (NATIVIDADE, 2013, p. 38).

Assim o próprio avanço de políticas públicas em saúde torna-se refém de interesses de discursos religiosos dominantes. A mulher nesse caso é condenada a reproduzir os interesses de uma visão religiosa da qual inclusive ela não optou por seguir. O efeito na construção da subjetividade social torna-se visivelmente impactante. O marcador social de diferença do gênero é evocado para lembrar qual o papel pensado para homens e mulheres.

Tal processo colonizador ainda é perpetuador em parceria com a mídia e onde mais a noção religiosa possa alcançar. Um outro exemplo pode ser visto através do discurso de ideias construídas contra gays e lésbicas:

Essas ideias circularam em canais diversos como mídia televisiva, sites evangélicos, púlpitos, periódicos religiosos de circulação nacional e regional, construindo o homossexual como um indivíduo perigoso, cuja sexualidade descontrolada ameaçava a coletividade, devendo ser objeto de controle e reparação. Alertas contra os ‘perigos’ da Lei anti-homofobia destacavam o risco de instituições religiosas serem impedidas de afastar “ministros homossexuais” de seu quadro de membros; o perigo da instauração de processos para ‘perseguir’ religiosos; o

iminente favorecimento da adoção de crianças por gays e lésbicas; o risco do “extermínio do heterossexual” através da destruição da família brasileira; a explosão de episódios de violência contra heterossexuais, expressão de “heterofobia”. (NATIVIDADE, 2013 p. 40-41)

Essas perspectivas apontam não só a produção de adoecimento ligado ao fenômeno religioso, como também revela uma aplicação desproporcional disso direcionada a certos grupos. Como se comportaria a saúde mental dos gays e lésbicas que transitam nessas sociabilidades? O que é possível compreender é que a política de invisibilidade e repressão vigoram, a fim de perpetuar a monocultura de uma religião dominante.

## **5 Psicologias e espiritualidades na promoção social de saúde**

As psicologias no geral possuem uma grande diversidade, desde abordagens de cunho psicanalítico, behavioristas, humanistas e outras mais, porém todas regidas por um mesmo código de ética que está comprometido com a defesa, promoção e proteção dos direitos humano.

Para a promoção da saúde faz-se necessário conhecer os seus determinantes, evitando atitudes que possa reduzi-la de maneira simplista, pois diminuir processos de desigualdade social, estigmas e preconceitos também fazem parte de uma conceituação de saúde em sentido amplo. A presença dos diferentes marcadores sociais de diferença em uma sociedade profundamente desigual como a nossa gera predisposições diferentes diante do fenômeno saúde-doença.

Uma nova maneira de pensar a saúde e a doença deve incluir explicações para os achados universais de que a mortalidade e a

morbidade obedecem a um gradiente que atravessa as classes socioeconômicas, de modo que menores rendas ou status social estão associados a uma pior condição em termos de saúde.(OLIVEIRA; EGRY, 2000, p. 13)

O Brasil, sendo um país com níveis significativamente desiguais de saúde na população, possui fatores impactantes a como baixa condição socioeconômica que colocam em vulnerabilidade as pessoas mais pobres, das quais adoecem de maneira mais precoce (NERI; SOARES, 2002).

As condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais formam o contexto sociopolítico responsável pela estratificação dos grupos segundo os níveis de renda, escolaridade, profissão, sexo, gênero, local de moradia e outros fatores. Esses mecanismos de estratificação socioeconômica são descritos como determinantes estruturais da saúde ou como fatores sociais determinantes das desigualdades na saúde. A posição que os grupos populacionais ocupam dentro das hierarquias de poder, de prestígio e de acesso aos serviços de saúde configura as diferentes oportunidades de saúde do indivíduo (GEIB, p. 125).

Assim sendo, as desigualdades sociais do nosso país e os temas que dizem respeito às noções de Direitos Humanos e que estão conectados com a necessidade de conhecer e respeitar diferenças sociais impactam diretamente nos fatores de saúde da população. O Brasil possui uma história inegável de situações de intolerância religiosa, além de variadas narrativas de sincretismos religiosos ao mesmo tempo. Conhecer a diversidade religiosa, e como o fenômeno religioso se manifesta em nossa subjetividade se torna imprescindível para conhecer o ser humano de modo integral.



As pessoas constroem uma realidade que é perpassada por suas crenças religiosas, ou seja, é realizado um trabalho intelectual sobre a realidade para interpretá-la, trabalho esse que é permeado pelas condições concretas e históricas dos atores sociais. Dessa forma, as igrejas também se apropriam de conceitos de doença, saúde, normal e patológico (CERQUEIRA-SANTOS; KOLLER; PEREIRA, 2004, p. 84).

É necessário um olhar crítico nos estudos sobre o fenômeno religioso e o impacto a saúde mental, observando o poder promotor de saúde e doença desse em diferentes grupos sociais e sobre diferentes perspectivas. “As religiões advogam, em geral, o perdão e a absolvição, frequentemente úteis na resolução de conflitos. Os efeitos negativos da religião estão no exercício para manter a conformidade e a promoção de um controle externo” (PERES et. al., 2007, p. 143).

Essa dualidade observada representa a complexidade que é estudar o fenômeno religioso, que deve ser analisado em perspectiva crítica. Ao mesmo tempo em que o fenômeno sugere ganhos para um grupo, pode sugerir perdas para outro. E a psicologia enquanto ciência comprometida com a promoção social de saúde deve ser capaz de promover discussões sobre os temas através de uma posição contrária a intolerância religiosa, antirracista, anti-machista, anti-lgbtfobia e contrário aos demais processos de violência, dentro ou fora do campo religioso.

Crenças religiosas influenciam o modo como pessoas lidam com situações de estresse, sofrimento e problemas vitais. A religiosidade pode proporcionar à pessoa maior aceitação, firmeza e adaptação a situações difíceis de vida, gerando paz, autoconfiança e perdão, e uma imagem positiva de si mesmo. Por outro lado, dependendo do tipo e uso das crenças

religiosas, podem gerar culpa, dúvida, ansiedade e depressão por aumento da autocrítica (STROPPA; MOREIRA-ALMEIDA, 2008 p. 5).

Desenvolver mais estudos que analisem essas dualidades podem ajudar a compreender o papel que a religiosidade possui na nossa sociedade atualmente, que se encontra cada vez mais dinâmica. Temas do campo religioso, saúde e doença, dizem respeito a algumas das áreas que o psicólogo e o cientista das religiões devem trabalhar juntos e de modo interdisciplinar, a fim de entender os mecanismos por trás da subjetividade que favorecem o comportamento religioso.

## **6 Considerações finais**

O conceito de saúde possui uma definição ampla, em seus aspectos biológicos, psíquicos, sociais e também de ordem espiritual. A ênfase na complexidade do ser humano é um tema que inevitavelmente aparece na própria busca pelo entendimento do conceito de “saúde”.

Por se tratar de um conceito produzido em contexto social, histórico e cultural, o campo religioso também participa tanto na elaboração de conceitos particulares, como também no impacto do processo saúde-doença do ser humano, fazendo com que ora promova saúde, ora promova doença, e de maneiras desiguais para diferente grupos sociais, partindo de interesses e pressupostos da específica fé.

Por se tratar de um tema também plural, o fenômeno religioso está inserido em um campo religioso de disputa entre diferentes religiões, às vezes de maneira saudável, outras vezes marcadas por episódios de intolerância religiosa, formulando ainda concepções diferenciadas e paralelas de fé, em forma de espiritualidades, desassociadas de instituições formais.

Nesse sentido, a produção de pesquisas que busquem entender criticamente a produção de saúde-doença nesses contextos se faz necessário para que as psicologias em suas

diferentes abordagens avancem no entendimento de como diferentes discursos religiosos são capazes de impactar os fatores de saúde-doença em grupos diversos. Tal urgência se faz presente especialmente em países como o Brasil, onde segundo Murakami e Campos (2005, p. 365) “a mudança religiosa está ocorrendo rapidamente, a pobreza e a falta de conhecimento, podem tornar as pessoas vulneráveis ao abuso espiritual”

Situações de adoecimento como a depressão e episódios de suicídio podem ora ser aliviados em certos contextos religiosos, embora não se trate de terapêutica ou substituto de tratamento, como também podem ocorrer agravamento desses sintomas em grupos religiosos mais conservadores, que incitem na pressão ideológica religiosa de conversão, com consequente desumanização do sujeito.

Por fim, destaco como necessidade a produção de ciências que estejam realmente comprometidas com a promoção social de saúde, analisando e transformando situações de violência e opressão também nos espaços religiosos e nos discursos em que se produza tal fenômeno.

## **Referências**

BACKES, Marli Terezinha Stein et al. **Conceitos de saúde e doença ao longo da história sob o olhar epidemiológico e antropológico**. Rev. enferm. UERJ, v. 17, n. 1, p. 111-117, 2009.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; KOLLER, Sílvia Helena; PEREIRA, Maria Teresa Lisboa Nobre. **Religião, saúde e cura: um estudo entre neopentecostais**. Psicologia: ciência e profissão, v. 24, n. 3, p. 82-91, 2004.

DALGALARRONDO, Paulo. **Religião, psicopatologia e saúde mental**. Porto Alegre: Artmed. 2008.

GEIB, Lorena Teresinha Consalter. **Determinantes sociais da saúde do idoso**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, p. 123-133, 2012.

GIOVANETTI, José Paulo. **“Psicologia e espiritualidade”**. Em **AMATUZZI**, Mauro Martins (org.). Psicologia e espiritualidade. São Paulo: Paulus, p. 129-145. 2005

GUIMARÃES, Hélio Penna, & AVEZUM, Álvaro. **O impacto da espiritualidade na saúde física**. Revista Psiquiatria Clínica, 34, p. 88-94. 2007.

LAURRELL, Asa Cristina. **A saúde-doença como processo social**. Rev. Mex. Cienc. Pol. Soc, v. 84, p. 131-157, 1976.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Cadernos de saúde pública, v. 10, p. 7-18, 1994.

MURAKAMI, Rose; CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Religião e saúde mental: desafio de integrar a religiosidade ao cuidado com o paciente**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 65, n. 2, p. 361-367, 2012.

NERI, Marcelo; SOARES, Wagner. **Desigualdade social e saúde no Brasil**. Cadernos de saúde pública, v. 18, p. 77-87, 2002.

OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos.; EGRY, Emiko Yoshikawa. **A historicidade das teorias interpretativas do processo saúde-doença**. Rev.Esc.Enf. USP, v. 34, n. 1, p. 9-15, 2000.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **OPAS/OMS apoia governos no objetivo de fortalecer e promover a saúde mental da população**. 2016. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5263:opas-ms-apoia-governos-no-objetivo-de-](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5263:opas-ms-apoia-governos-no-objetivo-de-)

[fortalecer-e-promover-a-saude-mental-daopulacao&Itemid=839.](#)

Acesso em: 27 ago. 2019.

PERES, Julio Fernando Prieto; SIMÃO, Manoel José Pereira; NASELLO, Antonia Gladys. **Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia.** Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo, v.34, n.1, p. 136-145. 2007

REY, Fernando Luis González. **Sujeito e subjetividade.** São Paulo: Thomson, 2003.

RÖHR, Ferdinand. **Diálogos em Educação e Espiritualidade.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

RÖHR, Ferdinand. **Espiritualidade e formação humana.** Poiésis, Santa Catarina, v. 4, p. 53-68, 2011

SCLIAR, Moacyr. **História do conceito de saúde.** Physis: Revista de Saúde coletiva. v.17, pp. 29 - 41, 2007.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. **O conceito de saúde.** Rev. Saúde Pública. v.31, n.5, pp. 538-542, 1997.

STROPPA, André; MOREIRA-ALMEIDA, Alexander. **Religiosidade e saúde. Saúde e espiritualidade: uma nova visão da medicina.** Belo Horizonte: Inede, p. 427-443, 2008.

---

# **Parte II**

# **Religiosidades**

---

## Capítulo V

### Joia de crioula, religião nem tanto

*Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona*

*Luciano Honório e Carvalho<sup>20</sup>*

*Cassiano Augusto Oliveira da Silva<sup>21</sup>*

*Hercílio Medeiros de Sousa<sup>22</sup>*

*O que é que a baiana tem? Que é que a baiana tem?  
Tem torço de seda, tem! Tem brincos de ouro, tem!  
Corrente de ouro, tem! Tem pano-da-Costa, tem!  
Um rosário de ouro, uma bolota assim  
Quem não tem balangandãs não vai no Bonfim  
(CAYMMI, 1938).*

Ao contrário do que muitos pensam, a baiana não é só a mulher nascida no estado da Bahia, a baiana está presente nas escolas de samba do Rio de Janeiro, por exemplo e possuem uma ala inteira a elas dedicada. Carmem Miranda, após estrear o musical *Banana da Terra* (1939) sedimentou um figurino estilizado de uma baiana e imortalizou no cinema o que Marc Ferrez (1843-1923) <sup>23</sup> fotografou anos antes, e Nina Rodrigues

---

<sup>20</sup> Cf. Lista de Colaboradores.

<sup>21</sup> Cf. Lista de Colaboradores.

<sup>22</sup> Cf. Lista de Colaboradores

<sup>23</sup> Fotógrafo, estabelecido no Rio de Janeiro, percorreu o país documentando os tipos urbanos e rurais, as cidades e vilas. Considerado um dos maiores fotógrafos brasileiros do século XIX, boa parte da sua obra está presente no acervo do Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://ims.com.br/2017/08/28/sobre-marc-ferrez/>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

(2010) assinalou a sua imagem associando-a ao modo de vestir-se à baiana.

Isto posto, o que aqui se pretende é delinear o simbolismo que aflora na indumentária crioula e corrobora com a identidade emblemática da baiana. Tal desenho perpassa os contornos da moda europeia, os costumes locais e a ourivesaria brasileira, sobretudo do século XIX, como representação material de riqueza e opulência, bem como um alargado contexto de culturas e religiosidades afro-brasileira, africana e europeia, presentes no imaginário brasileiro, que se deixará transparecer sob o olhar pluridisciplinar, característico das Ciências das Religiões, sobretudo, no discurso histórico e socioantropológico dos estudos afro-brasileiros de alguns autores relevantes, entre eles o já citado Nina Rodrigues (2010), Arthur Ramos (2001), Manuel Querino (1988), Gilberto Freyre (2003), Raul Lody (2003), Ruth Landes (2002) e Dilaine Sampaio (2014), dentre outros.

Para desenvolver tal temática, achou-se por bem dividir em duas partes, nas quais serão abordadas inicialmente a figura da baiana enquanto identidade cultural, para em seguida, apresentar a estética da baiana, acentuando a trajetória de apropriação e ressignificação de símbolos das mais diversas religiosidades, presentes na “penca de balagandãs” como um acessório central, da codificação visual da negra crioula, escravizada ou não mais.

## **1 A Baiana**

Falar da baiana estilizada que a Carmem Miranda apresentou no filme *Banana da Terra* (1939), que imortalizou também a obra prima do jovem Dorival Caymmi (1914-2008)<sup>24</sup> é,

---

<sup>24</sup> [...]. Foi em 1939, por ocasião da gravação do filme *Banana da Terra*, que contava com grande elenco e tinha como principal estrela a atriz e cantora Carmen Miranda, que Caymmi alcançou o seu primeiro sucesso como compositor. O já renomado músico Ary Barroso era um dos compositores que teria seus sambas interpretados pela pequena



de certo modo, transnacionalizar os atributos e adereços da figura da baiana. Assinalando assim, que os trajes de Carmem Miranda passaram para história da imagem, contributos que evidenciam a sensualidade, o colorido tropical do Brasil, a alegria e a musicalidade, longe de serem pejorativos, também não contribuem em grande coisa para a história da baiana, uma vez que mostra em sua superfície um produto midiático de um imaginário fabricado para agradar ao público, sobretudo na crescente indústria do cinema americano, leia-se Hollywood.

No que diz respeito aos elementos estéticos a baiana hollywoodiana tem torço na cabeça, pano da Costa<sup>25</sup>, pulseira de ouro, saia rodada, blusa rendada e muitos colares de conta, nos quais inclusive pode se ver uma figa, que por sua vez é um dos elementos do misticismo do qual está imbuída penca de balangandãs, geralmente utilizada atada à cintura por correntes e alfinetes ou ganchos, já em uso na Europa, principalmente na França e na Inglaterra, quando as mulheres por falta de bolsos nos vestidos e ainda sem o costume de portar bolsas

---

notável especialmente para o filme. No entanto, como Barroso pediu um valor exorbitante para permitir a gravação de seus dois sambas, sendo um deles “Na Baixa do Sapateiro”, o produtor do filme optou por buscar outra composição. Foi informado então de que havia uma música muito especial sobre a Bahia, composta por um novato músico baiano chamado Dorival Caymmi. Encantado com a possibilidade de ter uma canção de sua autoria gravada pela grandiosíssima Carmen Miranda, cantora que ele admirava, o compositor aceitou a modesta oferta e fez participação gravando o coro da música. Assim, “O Que é Que a Baiana Tem”, entrou para o filme e tornou-se um sucesso na voz da pequena notável, com destaque no Rio de Janeiro, em todo Brasil e até no exterior. O sucesso alçou Caymmi a um dos principais compositores da época e rendeu uma brilhante parceria com a cantora, que gravaria ainda muitas outras músicas do compositor baiano, como “Roda Pião” e “O Dengo”, por exemplo. Cf. Bibliografia de Dorival Caymmi. In: museuafrobrasil, índice biográfico. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/12/30/dorival-caymmi> Acesso em: 11 de junho de 2018.

<sup>25</sup> No geral, remetem-se aos panos vindos da Costa da África.

extravagantes e até por praticidade, adotaram o costume de pendurar em correntes seguras à cintura através de ganchos, geralmente em prata, das quais pendiam várias utilidades domésticas utensílios de toucador, costuras, bordados, chaves etc., eram conhecidas como “joias de ama”, mas acabaram sendo adotadas como um símbolo de elegância, sendo mais tarde um acessório masculino também, conhecida por *chatelaine* - Do francês, que quer dizer a senhora do castelo, a castelã. Segundo a *webpágina* do British Museum:

*This consists of a decorative steel clip, which fits over the wearer's belt, and a group of metal chains from which hang keys, a scent bottle, penknife, pincushion, pencil holder and a notebook with ivory leaves. The French word "chatelaine" means "mistress of the castle" and this useful gadget was worn by the mistress of the house, or by the housekeeper, to carry all the keys and objects she might need around the home.*

No que tomamos a liberdade de traduzir: Isso consiste em um gancho de aço decorativo que era colocado sobre o cinto da usuária e um grupo de correntes de metal de onde eram presos chaves, frasco de perfume, canivete, alfineteira, porta lápis e um caderno com folhas de marfim. A palavra francesa *chatelaine* significa "senhora do castelo" e esse equipamento útil era utilizada pela dona da casa, ou pela governanta, para carregar todas as chaves e objetos que ela pudesse precisar pela casa" (tradução nossa).

Fotografia 1 - Cartão postal no qual se vê uma senhora, por volta de 1880 portando chatelaine à cintura.

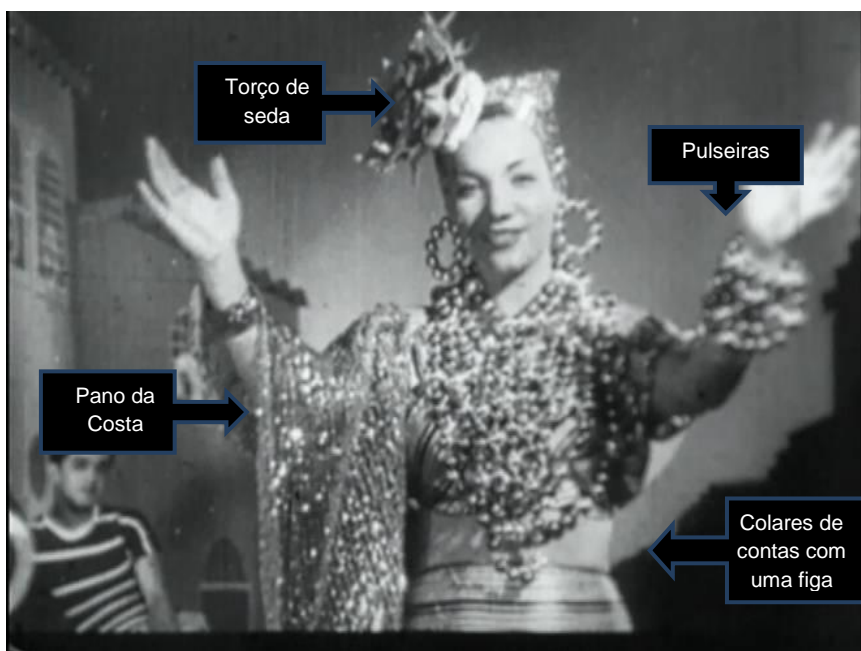


Fonte: <https://www.collectorsweekly.com/articles/the-killer-mobile-device-for-victorian-women/> Acesso em: 12 de julho de 2018.

Decantada pela sua beleza e sensualidade, a baiana é uma figura que está para o imaginário nacional, muito pela visão de Gilberto Freyre, que a partir da década de 30, propõe uma nova interpretação para a formação social do Brasil, enfatizando, sobretudo, a mestiçagem brasileira como algo positivo e segue destacando as particularidades culturais a partir das diversas etnias se deram de forma muito peculiar. As ideias de Freyre formarão um conceito ideológico que extrapolam os muros da academia, sendo de certa forma, apropriadas pelo senso comum, compondo o ideário sobre a formação da cultura brasileira. A partir daqui, pode ser vista a construção de uma estética ideológica, construída para agradar.

Agradando a todos os gostos, é a icônica baiana estilizada à moda Carmem Miranda, ou uma Carmem Miranda estilizada à moda baiana, como mais adiante chama a atenção o estudioso Nina Rodrigues (2010). A codificação visual era fruto da hierarquia vigente na sociedade colonial brasileira e imprimia distinção entre as classes sociais que disputavam no espaço urbano o seu lugar, criando uma imagem peculiar, distinta da população escravizada negra, mas que de todo não desagradava, pois adota elementos de identificação, ainda que se constitua uma apropriação branca, como se vê na Fotografia 3, abaixo.

Fotografia 2 - Cena do filme *Banana da Terra* (1939), na qual se vê a artista brasileira envergando a sua baiana.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3ogocPE7Wal>, 1:09". Acesso em: 03 de julho de 2018.

Carmem Miranda, além de uma baiana branca, incorpora uma baiana rica e entendendo que o conceito de negras baianas

ricas, constituem em sua maioria, mulheres livres, que se vestiam com muito rigor, podendo “ir ao Bonfim”, como diz os versos de Caymmi, numa clara alusão a presença das negras engalanadas nos dias de festividades religiosas. Portanto, na sua descrição, o médico baiano, Raymundo Nina Rodrigues, afirma que:

As negras ricas da Bahia carregam o vestuário à baiana de ricos adornos. Vistosos braceletes de ouro cobrem os braços até ao meio, ou quase todo; [...]. A saia é então de seda fina, a camisa de alvo linho, o pano da Costa de rico tecido e custosos labores; completando o vestuário especiais sandálias que mal comportam a metade dos pés. (RODRIGUES, 2010, p.127-128).

Já o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, ao referir-se aos “trajes africanos” das mulheres, chama a atenção para a sua estética visual das negras estabelecidas nos ofícios de quituteiras e comerciantes, dos grandes centros urbanos, no Brasil colônia/império:

Na Bahia, no Rio de Janeiro, no Recife, em Minas, o traje africano, de influência maometana, permaneceu longo tempo entre os pretos. Principalmente entre as pretas doceiras; e entre as vendedeiras de aluá. Algumas delas amantes de ricos negociantes portugueses e por eles vestidas de seda e cetim. Cobertas de quimbembèques. De joias e cordões de ouro. Figas da Guiné contra mau-olhado. Objetos de culto fálico. Fieiras de miçangas. Colares de búzios. Argolões de ouro atravessados nas orelhas. Ainda hoje se encontram pelas ruas da Bahia negras de doce com os seus compridos xales de pano-da-costa. Por cima das muitas saias de baixo, de linho alvo, a saia nobre, adamascadas, de cores vivas. Os peitos gordos, em pé,

parecendo querer pular das rendas do cabeção. Tetéias. Figas. Pulseiras. Rodilha ou turbante mulçumano. Chinelinha na ponta do pé. Estrelas marinhas de prata. Braceletes de ouro (FREYRE, 2003, p. 396).

Afora o romantismo freyriano, as negras apresentavam-se bem vestidas com traje de baiana<sup>26</sup> ou traje de beca<sup>27</sup>, que constituíam a roupa crioula, que por sua vez, transmutava-se em estandarte opulento nas atividades comerciais ou ainda da riqueza da família, nas festividades, principalmente religiosas, como as procissões, por exemplo. Eram mucamas, amas, concubinas, nascidas crioulas, mulatas e também as negras forras e libertas.

De certo modo, tão otimista quanto Gilberto Freyre sobre a vistosa baiana, a antropóloga americana Ruth Landes (2002), tem uma visão da vida dos negros na Bahia, deixando antever que a religiosidade é uma constante nos usos e costumes da cidade, chamando a atenção para o fato de que “A vida dos negros da Bahia constitui um modelo para a vida popular afro-brasileira em toda parte do país[...]” (LANDES, 2002, p.333). Assinale-se que seus estudos se deram, sobretudo, acerca do culto fetichista, e assim, prossegue:

Toda a vida do povo da Bahia é religiosa, como a nossa é secular. É tão vívida para todos como o comércio diário no mercado e abarca tudo, como a vida do mosteiro para os membros de uma ordem de monges. Há uma constante e inquestionável dependência dela, através da Igreja Católica Oficial e ainda mais através dos templos dedicados ao culto dos deuses do Oeste africano (LANDES, 2002, p. 333).

---

<sup>26</sup> Roupas domingueiras.

<sup>27</sup> O traje de beca é usado nos rituais religiosos e cerimônias.

Fato é, também comum aos autores citados, a questão religiosa se apresenta como uma questão cultural de vivências africanas no Brasil. Questão retomada mais adiante, quando se vai abordar a “penca de balangandãs”, um acessório cheio de significados, como visto na Fotografia 4, uma baiana em foto de “gabinete”, como se chamava à época, com uma montagem feita pelo fotógrafo e muitas vezes ao gosto do freguês, vê-se uma baiana ricamente trajada com a sua penca de balangandãs à cintura. Observe-se abaixo.

Fotografia 3 - Negra da Bahia, portando uma penca de balangandãs à cintura. Cerca de 1885, Salvador – BA.



Fonte: Marc Ferrez – Acervo IMS.

Mas a indumentária baiana é uma prerrogativa sincrética, uma vez que traz elemento que, segundo Lody (2015), vai desembocar nos costumes trazidos pelos negros africanos escravizados, pelo viés da fé, como resultado do hibridismo da cultura afro-brasileira, cuja cultura de matriz africana se desenvolveu amplamente em solo brasileiro, auxiliado pelo contexto da diáspora imposta na escravidão vigente no Brasil. Assim:

Trago nesse contexto das estéticas afrodescendentes um caso exemplar, que é o da roupa da baiana. Essa indumentária traz também fortes marcas mulçumanas, como a bata, peça larga de pano; o turbante; as chinelas de couro com ponta virada para cima – à mourisca; além de uma evidente permanência do barroco, que revive a estética do século XVIII, com o uso das amplas e arredondadas saias e anáguas e os bordados em richelieu (LODY, 2015, p. 20).

Aqui, de antemão, como já assinalada, a indumentária se constituía para além do que foi dito, as chinelas, ou sandálias, ou ainda as chamadas babuches, que sinalizavam para a presença dos costumes muçulmanos dos negros malês, além de elementos de outras religiosidades, carregados de simbolismos sincréticos e cheios de superstição. Fato é que a questão estética e a religiosa se imbricam, mas não se confundem. Arthur Ramos (2001), vai contribuir nos seus escritos, chamando a atenção para o fato de que

A indumentária da filha de santo, varia conforme o santo a que pertence. As de Oxalá, vestem-se de branco e trazem ao pescoço colares de contas inteiramente brancas; as de Xangô, branco e vermelho e colares de contas pintalgadas de vermelho; as de Oxum, traze vestes brancas e contas amarelas [...] (RAMOS, 2001, p.60).



O registro acima se faz necessário para que se reconheça no traje de crioula, que tipifica a baiana como um conjunto de peças composto essencialmente do torço, que é o turbante, camisa, saia, pano da Costa, além das sandálias, joias em profusão e adereços. Tendo a sua formação em uma junção de influências ao longo dos séculos XVIII e XIX, que Raul Lody (2003, p.15), afirma ser: “a verdadeira montagem afro-islâmica-europeia, de brasileiríssima criação”. Sendo o turbante, oriundo de costumes africanos de nações anteriormente dominadas por povos islâmicos, o pano da Costa, xale sendo utilizado de vários modelos, é tipicamente africano, e a saia, a anágua e camisa, possuem influência direta das senhoras brancas portuguesas ajustadas aos moldes dos costumes brasileiros.

## **2 Uma penca de balagandãs**

Comumente usadas nos festejos, vale apresentar que as joias de crioula possuem feito similar aos trabalhos da ourivesaria portuguesa, porém no Brasil adquirem qualidades muito particulares, ou seja, são joias feitas, maioritariamente na Bahia e para o uso das consideradas classes inferiores, se caracterizando pelas grandes proporções e utilizadas em grande quantidade. Acerca das suas características, pode ser dito que:

Há uma tipologia específica das joias de crioula: correntão de crioula, colares de alianças ou grilhões, pulseira tipo copo, pulseira de placas, pulseira de bolas, brincos, abotoaduras e penca de balangandãs. O correntão de crioula típico é composto por bolas confeitadas (conhecidas em Portugal como contas de “olho de perdiz”, decoradas com círculos concêntricos em filigrana), ocas, primitivamente enfiadas em cordões. As bolas também podem ser lisas, estampadas ou gomiladas. Podem aparecer de forma homogênea ou serem misturadas.

Alguns exemplares são rematados com uma borla e trazem pendentes pomba do Espírito Santo, roseta e/ou cruz, crucifixo, figa. Outro tipo de correntão é o colar de alianças ou de grilhões, que consiste no encadeamento de elos em formato de anéis lisos, decorados ou filigranados, que se interpenetram. Uma variação traz uma sequência de alianças interpenetradas par a par (SILVA, 2010, p. 3).

Isto posto, vale assinalar que a baiana vai utilizar o serviço prestado pelas artes e ofícios, que quase sempre, esteve à mercê de quem pode pagar. Não se aponta como um despeito, mas como uma constatação. Diante desse contexto, as joias de crioula apresentam a dualidade impressa pela arte da ourivesaria, constituindo uma reserva material traduzida como uma reserva capital, como também a opulência válida para assinalar o *status quo* dos senhores donos das terras da Bahia, que ao desfilar as suas escravas no cortejo das sinhás representavam em um só produto dois ganhos: a escrava e o ouro que ostentava nas joias.

Ostentar não é o mesmo que possuir. No caso das joias crioulas e o que apresentavam, mostravam a si e ao seu dono, ou seja, era a escrava uma propriedade e as joias mostravam o poder do seu senhor, e em alguns casos ela própria podia ser a sua dona, caso de algumas mulheres que viviam do comércio – as vendedeiras, dentre outras categorias que permitiam amealhar alguma posse e em alguns casos até serem consideradas ricas e influentes. Mas as joias crioulas eram tecnicamente elaboradas, pois possuíam teor utilitário que reafirmavam a riqueza dos donos.

São assim apresentadas as joias de crioula, com uma dualidade impressa pela arte da ourivesaria, constituindo uma reserva material traduzida como uma reserva capital, como também a opulência válida para assinalar o *status quo* dos senhores donos das terras da Bahia, que ao desfilar as suas escravas no cortejo das sinhás representavam em um só produto

dois ganhos: a escrava e o ouro que ostentava nas joias. Na Fotografia 5, a seguir, um exemplar, de uma negra, ricamente vestida, portando as suas joias de crioula e um crucifixo.

Fotografia 4 - Negra da Bahia, portando joias de crioula, cerca de 1885, Salvador - BA.



Fonte: Marc Ferrez / Instituto Moreira Salles

As penças de balangandãs não são apenas joias, possuem simbolismos que pesponta o imaginário religioso de muitos credos. Curiosas, exóticas e pouco comuns nos dias de hoje, ostentam uma natureza mística, servem para a proteção contra o mau olhado e atraem a abundância. Geralmente fabricadas em prata, tem seu uso pelas negras, pregadas na cintura à moda das *chatelaines* e são tripartidas: corrente, nave ou galera (parte articulada, com abertura lateral, que agrupa os elementos pendentes) e elementos pendentes (diversidade de amuletos, talismãs e objetos decorativos). A nave era fundida, vazada, recortada e cinzelada, variando em dimensões e decoração. Entre os elementos pendentes, em sua maioria também em prata, mas com uso de encastrações de materiais que remetem a um conjunto mítico/místico/mágico predominantemente religioso. Vale lembrar que cada pença é única e obedece aos gostos pessoais, podendo ter mais ou menos elementos, mas que comunicam uma crença particular. A seguir o Quadro 1 com os elementos mais comuns encontrados e seus significados, tomando como parâmetro os exemplares do Museu Carlos Costa Pinto, de Salvador - BA:

Quadro 1 - Elementos mais comuns na pença de balangandãs

ELEMENTOS	SIGNIFICADOS
Cacho de uvas e romãs	As romãs e os cachos de uvas são originários da Ásia Ocidental e seu cultivo remonta à Idade do Bronze, tendo se expandido para o Mediterrâneo. Sua simbologia está presente nas tradições semíticas e cristãs. Fertilidade, fartura e riqueza.
Chave	Significa controle, em ter ou dar acesso a algo, abre portas, mas também é amuleto de proteção para “fechar o corpo”.
Cilindro	Geralmente ocos, com tampa e fecho guardam pós místicos. Também possuem representação de poder e força, por remeterem a membros itifálicos (falos eretos) estilizados.
Coco	O coco de água, é um objeto utilitário, e parece ser meramente decorativo.
Dente	Geralmente de porco, javali, onça, gato maracajá e

	jacaré. São amuletos de proteção em várias culturas, são encontrados na África, na Europa e no Brasil. Representam o animal (funcionam como evolução das qualidades, a força desses animais), a parte que se capacita a representar o todo pela lei da contiguidade (magia indicial) e similitude (magia icônica). Quando humanos, assemelhando-se ao atributo de Santa Apolônia, invocada contra a dor de dente.
Figa	Contra o mau-olhado, presente desde o período Clássico romano, tem a sua origem atribuída ao Oriente Médio. Também está ligada aos simbolismos dos órgãos sexuais e auxiliam nas doenças da cabeça.
Moeda	Geralmente recebem uma moldura (encastoamento) simples e uma argola, são considerados atrativos de riqueza e há muito utilizadas na Europa.
Peixe	É um dos mais antigos símbolos de Cristo. Na tradição africana, relaciona-se às entidades das águas, Oxum e Iemanjá, como emblema de fertilidade.

Fonte: Adaptado (SILVA, 2008)

De características mágicas, a penca de balangandãs junta elementos de proteção - os amuletos e poder - os talismãs, segundo o olhar de quem vê e de quem a possui e obedecem aos princípios da magia simpática, na concepção de Frazer, n'*O Ramo de Ouro* (1932), que por sua vez, baseia-se no poder de atração. Manuel Querino (1988, p. 227) chama atenção para o fato de nos dias festivos, as negras portarem “argola de prata em forma de meia-lua, onde penduravam as moedas de ouro, prata, de valores diversos, figas e outras tetéias”, ao passo que o já citado Nina Rodrigues (2010, p. 127), sem dar o nome ao objeto, relata como presente na indumentária um “volumoso molho de variados berloques, com a imprescindível e grande figa, pende da cinta”.

O conteúdo religioso que aqui se apresenta, encontra melhor alento nos escritos da historiadora Dilaine Sampaio (2014, p. 59), que vai buscar em Geertz (2012) e Assad (1993) o diálogo que as religiões são construídas em contextos históricos específicos e atreladas ao poder, nesse caso em específico, remete-se a cultura material que consolida a questão visual do

poder ostentado nas joias, bem como a religiosidade presente nos mais diversos símbolos.

### **3 Para concluir**

Um estudo sobre cultura material não se traduz como uma palavra uníssonas, antes pelo contrário, vai permitir uma leitura mais ampliada de propostas que abrem mais caminhos e estabelecem mais reformulações acerca do tempo que se revela segundo o olhar de quem pesquisa. Lugar comum, terminar um estudo dizendo que muito havia por ser dito, embora por mais que se diga, mais deve se dizer.

Deixa-se claro, ainda que de modo incipiente a figura da baiana, a sua construção histórica e seus decantados tributos, especialmente na obra dos autores de estudos afro-brasileiros. Bem como o uso da imagem nas mais diversas indumentárias que estão ao serviço de um código estético ao serviço de uma ideologia atrelada ao poder econômico. O que pode parecer chover no molhado, mas a partida, assim se compreende o porquê de somente a crioula, mulata, preta forra e aquelas ligadas à uma condição social acima do escravo comum, mesmo algumas sendo escravas, ostentem o luxo das joias de crioula nos dias de festividades religiosas ou nos seus afazeres de comércio.

Apesar do seu uso ter saído de circulação a pencas de balangandãs, para além fazer parte da indumentária crioula, pode ser considerada um acessório carregado de misticismo e perfeitamente adaptada aos gostos e credences pessoais, trazendo elementos de uma ancestralidade que difundiu-se no Brasil, adotando ares peculiares e vincando a tradição visual da moda negra de época.

### **Referências**

FRAZER, James G. **O ramo de ouro**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982. 252p.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

LANDS, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LODY, Raul. **Pencas de balangandãs da Bahia; um estudo etnográfico das joias-amuletos**. Rio de Janeiro: FUNARTE / Instituto Nacional do Folclore, 1988. 167p.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Universidade de Brasília, 1988. 283p.

QUERINO, Manuel. **Costumes africanos no Brasil**. 2ª ed. Recife: FUNDAJ / Massangana / FUNARTE, 1988. 254p.

RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

SAMPAIO, Dilaine Soares. **“As manifestações de religiosidade não contêm traços necessários de uma religião”: uma análise das relações entre Poder Judiciário e religiões afro-brasileiras**. Mneme Revista de Humanidades. Caicó, v.15. n. 34, 2014, pp. 54-82.

SILVA, Simone Trindade V. da. **Referencialidade e representação: um resgate do modo de construção de sentido nas pencas de balangandãs a partir da coleção Museu Carlos Costa Pinto**. 2005. 230 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, Simone Trindade V. **Penca de balangandãs**. *Cadernos do MAV* – EBA – UFBA. Salvador, ano 3, número 3, 2008, pp. 63 – 74.

## Capítulo VI

### Cantos e encantos das turimbas/toadas nos toques dos Orixás e Jurema

*Karina Ceci de Sousa Holmes<sup>28</sup>  
Diógenes Faustino do Nascimento*

O tema em questão suscita curiosidades no que sentimos, ao escutarmos algumas turimbas/toadas<sup>29</sup>, nome dado às músicas cantadas no Terreiro de Umbanda Ogum Beira Mar, situado na Rua Cônego João de Deus, n° 82, Castelo Branco I, João Pessoa/PB.

Nesse escrito, relata-se a curiosidade de tentar entender as sensações sentidas ao ouvir certas músicas, turimbas/toadas, canções, luvores, hinos tocados nos terreiros<sup>30</sup>, cultos, igrejas e nos templos. Entre estes enfatizamos que o nosso foco está direcionado as turimbas/toadas, pois “Estudando nossos ritos, buscaremos compreender a nós mesmos.” (VILHENA, 2005, p. 15).

Há exatamente uns quatro anos, houve a curiosidade de buscar e querer compreender essas sensações tidas no terreiro, quando eram tocadas certas turimbas/toadas nos toques<sup>31</sup>. Ao ouvir tive a sensação de elevação, de bem-estar, de choro, de saudades, pois algumas turimbas/toadas nos fazem voltar à infância. Infância essa, de grandes momentos e de lindas recordações, enfatizando que elas (turimbas/toadas) também fazem parte da aprendizagem dos filhos e irmãos na fé. De acordo com Chagas (NUNES, 2015, p.143)

---

<sup>28</sup> Cf. Lista de Colaboradores.

<sup>29</sup> - Turimba/toada : nome dado as músicas cantadas.

<sup>30</sup> - Terreiro : nome dado as casas de culto aos orixás.

<sup>31</sup> - Toques : Nome dado em referência aos dias de festas, ao ritual.



Quem nunca ouviu uma música que lhe fez lembrar um lugar, uma pessoa, um fato ou uma situação vivida? Essa relação da nossa memória musical com a realidade é uma evidência de que a produção musical não é dissociada do universo social, histórico e cultural do compositor, tampouco é uma reprodução do mundo real, no máximo, traz nuances dele.

Sendo essa autora, criada dentro do Terreiro Mãe Iemanjá situado no Bairro do Rangel, João Pessoa/PB desde (1) um ano e (6) seis meses até aos (9) nove anos de idade quando a nossa bisavó Maria Barbosa de Souza ( 1922 -1989), avó de nosso pai biológico, conhecida como Ialorixá<sup>32</sup> Mãe Biata de Iemanjá veio a falecer. Com o passar dos anos, não me permitia, buscar outra pessoa para ser minha Zeladora do Santo ou da Jurema.

[...] Há sempre mais do que chega aos olhos, e a percepção nunca pode ir além dos seus limites ou esgotar as possibilidades daquilo que percebe. Quando fazemos um esforço especial para ver duas linhas aparentemente desiguais numa ilusão de ótica como realmente iguais, ou para ver que os triângulos não passam realmente de três linhas relacionadas por certas proporcionalidades geométricas, estamos fazendo uma abstração, não descobrindo o que realmente percebemos e depois chamamos aquilo de triângulo (PONTY, 1962, apud CSORDAS, 2008, p. 106).

Mesmo compreendendo a complexidade e a necessidade em se tratar a dualidade (corpo e mente) abordada no recorte

---

<sup>32</sup> - Ialorixá : Mãe de Santo.

textual de Csordas, nossa análise da percepção do rito por meio das músicas (turimbas) será restrita e objetivando revelar suas relevâncias para o cotidiano dos devotos e praticantes da comunidade do Terreiro Mãe Iemanjá. Ou seja, nosso objeto de estudo observado, vivenciado e percebido é a própria toada cantada. Quanto a análise corporal e demais relações não contempladas nesse artigo sugerimos uma leitura aprofundada nas obras apresentadas nas referências bibliográficas ao término desse texto.

No que se refere a pesquisa qualitativa, aplicada na observação participante e caracterizada pela inserção do pesquisador(a) no campo pesquisado que possibilita uma melhor compreensão do objeto observado e do seu contexto, consideremos que o observador é direcionado por um agir científico investigativo, e quando possível, se insere no cotidiano da vida social do indivíduo ou grupo observado. Os pesquisadores abrem mão de toda e qualquer pré concepção teórico e prática a respeito do que esperam encontrar. Suas observações são coletadas em diários de campos logo depois das visitas, registrando suas percepções, os comportamentos dos indivíduos, tecendo comentários relacionando o que foi percebido com os conteúdos teóricos estudados e inerentes a metodologia abordada na pesquisa bem como aos seus constructos teóricos epistemológicos (MYNAIO, 2008).

## **1 Compreender para entender**

Compreendemos que quem criou a Umbanda, também criou as turimbas/toadas em forma de reza, que nos leva agradecer, mesmo sendo interpretadas de maneira diferente. Cada turimba/toada tem seu significado e um sentido. Está diretamente ligada a entidades<sup>33</sup> e guias espirituais<sup>34</sup> dos Orixás e da Jurema,

---

<sup>33</sup> - Entidades : seres sobrenaturais que se manifestam com o sentido de trazer mensagens dos orixás, e falam através do corpo de pessoas que os recebem.

permitindo que cada fiel eleve seu pensamento pedindo coisas boas, se desfazendo dos pensamentos negativos, de concentração para receber as vibrações positivas.

Os ritmos, o pé de dança (passos), as batidas do Ogan<sup>35</sup> no elú<sup>36</sup> e, as palavras cantadas têm o intuito de “Louvar as entidades e guias espirituais dos Orixás e da Jurema”. Cada um dos rituais é realizado em dias diferentes, pois as turimbas/toadas são diferentes entre o Orixá e a Jurema, mas com algumas semelhanças, pois há turimbas / toadas que são cantadas no início e no fim da gira<sup>37</sup> independente do toque ser para os Orixás ou para Jurema. Vale recordar a explicação de SOUZA (1964, p. 06) em relação à importância das turimbas / toadas. Explica o autor:

O ponto cantado é de suma importância no ritual de Umbanda, é uma invocação ou fórmula de chamada ou de expulsão, podendo atrair um espírito benévolo ou servir para afastar um intruso ou zombeteiro. Ao cantar um ponto (turimba) estamos a rezar cantando, chamamos assim nossos guias, as falanges protetoras que devem assistir no ritual. Aí está como todos nós sabemos que as nossas preces são pontos cantados, que através deles levamos nossos pensamentos ao alto e imploramos sua misericórdia, os pontos cantados, representam a alta vibração de nossa Umbanda, é com eles que as falanges vêm se comunicar conosco na terra, e

---

<sup>34</sup> - Guias espirituais- são espíritos de pessoas que já viviam nesse mundo que se passou para o mundo espiritual.

<sup>35</sup> - Ogan – pessoa que tem o dom de saber tocar o elú para evocar as entidades através da batida.

<sup>36</sup> - Elú – instrumento sagrado.

<sup>37</sup> - Gira- é uma reunião de filhos de santo, que giram para louvar divindades que se manifestam através da incorporação nos médiuns. A gira pode ser para festejar, para trabalhos ou ensinamentos.

suavizar nosso sofrimentos de seus sábios conselhos.

Cada turimba/toada tem sua mensagem, em cada palavra um significado, em cada batida do Ogan no elú um desejo, em cada passo dançado uma vontade, em cada vibração uma verdade e conforto para sua mente e seu espírito. As turimbas/toadas nos permitiram questioná-las: Como permanecem vivas durante tanto tempo? Como surgiram? Quem as criou? Quais as suas origens e para que veio?

Afinal toda criação tem seu propósito. Se aprende muito junto a comunidade religiosa do Terreiro de Umbanda Ogum Beira Mar e seus líderes. Durante (13) treze anos convivendo diretamente no terreiro obtivemos críticas, elogios, surgiram dúvidas, cobranças e indagações quando nos referíamos às sensações sentidas ao escutarmos certas turimbas/toadas! Questionamo-nos, será que isso só acontece conosco? E daí surgiu essa ideia de tentar compreender os cantos e encantos das turimbas/toadas.

## **2 A importância da musicalidade e oralidade na experiência religiosa**

Assim como as demais religiões afro-brasileiras, o Catimbó-Jurema se constitui com base na oralidade, não havendo, portanto, um livro sagrado como em muitas outras religiões. Dessa forma, a história da religião é contada através das narrativas orais passadas ao longo do tempo, através das gerações. O saber oral, ou a tão mencionada “ciência da jurema” está nas histórias contadas, mas também nas histórias cantadas, onde o encanto se faz presente. (SAMPAIO, 2018, p. 269).

A sociedade brasileira é composta de várias etnias de povos ao longo de sua história, os povos africanos “chegaram” aqui por volta da metade do século XVI, muitos dos africanos que vieram, para nosso país por meio do tráfico negreiro, a escravidão imposta por muitos povos europeus aqui não podia ser diferente. Esses africanos quando chegaram com suas tradições culturais e religiosas. Segundo pesquisas, foi o fato religioso que mais sofreu ao longo do processo histórico. e nesse sentido podemos dizer que:

A forte presença das religiões africanas se deve à entrada maciça de africanos trazidos pelo tráfico e submetidos à escravidão desde o século XVI até o século XIX. Foram cerca de quatro milhões de pessoas forçadas a migrar nesse período, provenientes de várias regiões da África [...]. Em síntese, o estigma que a sociedade imprime ao negro é o de que ele é escravo do branco e, por conseguinte, inferior a este. (BOTAS, 2000, p. 7)

As religiões afro-brasileiras ao longo da história vêm transmitir sua herança sociocultural através de várias maneiras e um desse veículo foi as turimbas / toadas, veículo que escolhi para fazer análise. Há músicas que permitem retratar momentos vivenciados consigo mesmo, fato ocorrido com alguém conhecido ou fatos ocorridos no mundo.

A música possibilita ter sensações e emoções em várias situações, e muitos momentos importantes de nossas vidas, certas letras de músicas marcam, ensinam e permitem ensinar, servem como remédio, transformam momentos e muitas vezes a musicalidade representa vozes, além de nos representar como objeto de mudança de estado de espírito, de libertação, de registro documental, pois é possível enxergar a música como documento histórico. Assunção afirma: “que é possível pensar na música como um documento. Todo documento é monumento, e esse

procede do empenho das coletividades históricas para conferir o futuro” (NUNES, 2015, p.50, apud LE GOFF, 1990, p. 548).

Nos toques de Umbanda, suas rezas são realizadas através de músicas conhecidas como turimbas/toadas, pontos cantados. No terreiro pesquisado as músicas são referidas como turimbas ou toadas, para nós elas expressam momento de devoção, formação pessoal, desenvolvimento espiritual, como encanto de quem só visita e assim se encanta com cada uma cantada no toque. A partir do momento em que o indivíduo se emociona se arrepia, se manifesta, se alegra, coração acelera, são sensações do desconhecido e tido apenas com a letra e a batida do elú dando sentido ao teu momento de devoção e fé.

As turimbas/toadas te permitem caminhos, assim acontece com quem crê e acredita nas vibrações, na energia e na sensação de bem-estar. O desejo de manifestar alegria e elevar o pensamento aos Orixás ou entidades da Jurema, é entrar em contato com o sagrado, é buscar falar com o desconhecido. Isso nos permite uma sensação mágica tanto de corpo, como da mente. A batida do Ogan no elú, as vozes que entoam em seus ouvidos quando cantadas com fé, a vibração contida na gira e a energia transmitida entre os irmãos na fé é o que faz o chamado a entidade ou guia espiritual que te responde com sensações de dever cumprido naquele momento.

Na maioria das religiões a musicalidade é uma expressão de sentimentos e verdades religiosas que não são passíveis de serem explicadas por palavras. Uma forma de orar e rezar cantando. A música é um ato usado para apresentar algumas ideologias sejam elas sociais, culturais, políticas ou muitas outras ações que vão passando de geração a geração, fazendo crescer a bacia semântica da humanidade em relação à música. Para Assunção

A musicalidade passou a contemplar profundas transformações, que acompanhavam vários séculos até nossos dias, e tratam de questões culturais políticas, sociais e econômicas em todo mundo. A partir dela, serão formalizados desiguais aspectos sociais e indenitários. Essas representações,

por sua vez, vão dar voz aos negros, aos pobres, a os negros pobres, às mulheres, às crianças, às ruas, às favelas, aos estudantes, entre outros segmentos (LE GOFF, 1990, apud ASSUNÇÃO, 2015, p. 5).

A musicalidade e a oralidade são meios usados, por vários povos, para transmitir seus valores socioculturais de geração para geração, e nessas perceptivas que as turimbas/toadas assumem o papel de canal dessa transmissão cultural repassada como ensinamentos repassados entre as gerações que vivem e celebram aos Orixás ou entidades da Jurema, através das turimbas/toadas.

Figura 1 - Ogan no chamado dos orixás e guias



Fonte: Acervo pessoal (HOLMES, 2018)

Dessa forma, destacamos nossos sentimentos e sensações quando algumas turimbas/toadas são cantadas nos toques e

assim poder enfatizar parte da vida cotidiana e a ampliação espiritual dos quais transformam o momento religioso em movimento de enriquecimento. Muitos cânticos substituem orações nas várias cerimônias religiosas. É muito comum em rituais de matrimônios nos vastos sistemas religiosos. Para que os cânticos sejam transmitidos aos seus fiéis são usados instrumentos para que as canções possam ficar na memória coletiva de cada grupo religioso.

### **3 Discutindo preconceitos: coexistir com as semelhanças e diferenças das práticas religiosas**

As práticas religiosas são evidentes em qualquer tradição religiosa. Daí surge a problematização: Por que existe falta de respeito à prática religiosa do outro, se muitas possuem semelhanças entre si? Ao citarmos algumas semelhanças, observamos que na religião Católica Apostólica Romana entre outras usam as canções, bênçãos, imagens, símbolos, instrumentos musicais, gestos para acompanhar o movimento das canções, o uso do livro sagrado, do incenso, da água benta, e da vela, são símbolos ritualísticos utilizados para cultuar o Sagrado (DEUS), realiza batizados e casamentos.

Todavia esse culto fundamentado na palavra de Deus, de seu Filho Jesus e do Espírito Santo, também é vivenciado na religião cristã Evangélica, onde encontramos semelhanças em seus ritos dentre os quais destacamos seus louvores, bênçãos, símbolos, instrumentos musicais, gestos para acompanhar seus ritos e rituais, o uso do livro sagrado, da água e a exaltação a Cristo, e a Deus, realiza batizados, casamentos e consagração.



Nas religiões afro-brasileiras, especificamente a Umbanda com Nagô<sup>38</sup>, a Jurema aqui vivenciada, há canções (turimbas/toadas), bênçãos, passes, imagens, símbolos, instrumentos musicais, gestos para acompanhar as turimbas/toadas, defumações, o uso da água e fala em Oxalá (Deus), realiza batizados, casamentos e consagração.

Muitas pessoas indagam - O que faz uma religião ser diferente e até mesmo “melhor” do que a outra? “A resposta é muito simples: as palavras! Pois todas as questões têm a ver com as palavras! As grandes desavenças surgem por falta de compreensão a respeito daquilo que falamos às outras pessoas, e os grandes acertos acontecem quando conseguimos compreender-nos uns aos outros”. (AZEVEDO, 2010, p.06).

Permitimo-nos aprender sempre e sermos bem melhores, a olhar o outro de forma como queríamos ser vistos, de aceitar as escolhas e diferenças e nada nos impede de conviver com as demais religiões, nada nos impede de irmos a outros templos, de conhecer novas tradições. E por que somos vistos de forma tão errada? Não respeitamos porque não conhecemos, porque olhamos de fora e por isso não compreendemos o significado de tais manifestações, seus significados e pertencem na vida de quem as professa e vivencia (GAARDER, 2000, p. 15).

Então, por que achar que uma religião ou prática religiosa é certa ou errada? Existem diferenças sim, mas há muito mais semelhanças em suas práticas, principalmente quando buscam entrar em contato com o Criador, com Deus, com Alá, com Oxalá, com o Divino, com Tupã entre tantos nomes a ele denominados, todos buscam encontrar na fé a paz interior, em agradecer por tudo de bom na vida, de pedir o que deseja, de poder sentir-se leve, de querer conquistar algo, sobre as graças alcançadas! De pedir paz entre os homens e para o mundo! Pois é nesse momento em que todos e todas cultuam o seu sagrado, independente de religião, pedem graças pela paz mundial sejam elas através de cultos,

---

<sup>38</sup> - Nagô - representavam identidades criadas pelo tráfico de escravos, onde cada termo continha um leque de nações escravizadas de cada região.

orações e ou louvores, o mais importante é que se deem as mãos. De acordo com Otto (2017, p. 180) “Uma coisa é apenas acreditar no supra sensorial; outra, também vivenciá-lo; uma coisa é ter ideias sobre o sagrado. Outra, perceber e dar-se conta do sagrado como algo atuante, vigente, a se manifestar em sua atuação”.

Entre tantos pedidos e agradecimentos como explicar tanta ignorância e arrogância, falta de respeito e, de postura ética e moral? Esquece-se que toda forma de agradecimento ao Criador é algo que nos permite evoluir como pessoa! Devem-se olhar a prática do outro com o sentimento de gratidão e amor ao próximo, bem como principalmente de respeito. E não de intolerância sem conhecer e muito menos sem entender cada movimento, cada gesto, cada letra da música tocada. Holmes (2016, p. 30) assegura que “É pela fé que o ser humano busca o ser transcendental. É nessa busca que há uma aproximação com Deus, numa tentativa de conseguir algo que lhe parece difícil ou até muitas vezes impossível”.

Ninguém pede que aceite, mas que respeitem, que os líderes religiosos de cada igreja, cada templo, cada terreiro, cada sala de aula, seja qual for à definição, desmitifiquem que aquela prática religiosa ou mesmo a religião ao qual é diferente da sua, seja demoníaca, que aqueles fiéis irão queimar no fogo do inferno ou que não entrarão no reino de Deus, quem decide é o nosso Criador e não o homem da terra. É importante não só compreender, mas respeitarmos a proposta de cada tradição religiosa (HOLMES, 2016, p.28). Gaarder confirma que,

O respeito pela vida religiosa dos outros, por suas opiniões e seus pontos de vista, é um pré-requisito para a coexistência humana. Isto não significa que devemos aceitar tudo como igualmente correto, mas que cada um tem o direito de ser respeitado em seus pontos de vista, desde que estes não violem os direitos básicos. (2000, p. 15)

Muitos dos fiéis seguem o que seus pais biológicos e ou lideranças religiosas ensinaram. A falta de informação faz com que

muitos sejam cegos pela intolerância e ignorância. Supõe-se que cada liderança, prima pelo bem-estar de seus seguidores. Entre esses estão os professores que têm por seguidores os estudantes. A esses chamamos seguidores, pois absorve tudo o que é passado por um líder, ou seja: o/a professor/a.

O professor é um líder, em cada lugar existe uma escola com várias salas. Portanto é na sala de aula que se aprende e se adquire conhecimentos e faz-se troca de experiências. Assim afirma Vilhena (2005, p. 09) que coexistir religiosamente implica fomentar “Uma educação religiosa de caráter transconfessional que poderá incidir na formação integral do ser humano.”

#### **4 Na busca de uma definição**

Não há definição única, conclusiva de ser encontrada, já encontramos a palavra curimá<sup>39</sup>, a turimbas / toada é palavra usada para chamar as canções no terreiro Ogum Beira Mar, em muitos são conhecidas com outras palavras como, cantigas, pontos cantados, louvações. A turimba/toada pode se referir a ordem da relação entre o ser humano com os Orixás ou Guias espirituais na prática religiosa. O ritmo das batidas, o movimento do corpo, os movimentos dos braços e das mãos dão sentido ao ritual, ao momento, a busca da elevação, ao encontro com a energia no espaço e com os irmãos na fé. Vilhena, alarga nossa compreensão sobre a ação ritualística quando afirma:

O rito age sobre os seres humanos por sua capacidade de emocionar; o rito coloca se em movimentos, corpo e espírito, graças a coalização de meios que provoca. [...] Explora o registro simbólico e o conhecimento reservado ou “profundo”. [...] Conjuga linguagens: a sua própria; mas também a música, a dança, o gesto (BALANDIER, apud VILHENA, 2005, p. 21).

---

<sup>39</sup> Curimá – nome dado as canções.

A Umbanda nos permitiu a transformação como pessoa e realmente é a religião que professamos e acreditamos, conheci algumas outras religiões, mas nenhuma nos fez sentir o que sentimos, quando elevamos nossos pensamentos, nossos pedidos e desejos, quando conversamos conosco mesmo e pedimos orientações, fazemos pedidos e ajuda as entidades aos quais acreditamos e temos fé, como: exus, pomba giras, Orixás, Ciganos (as), Mestres (as), Caboclos (as), Índios (as), Preto-velhos (as), Baianos (as). Boff (2001, p. 17) assegura que:

O ser humano é um ser de mudanças, pois nunca está pronto, está sempre se fazendo, física, psíquica, social e culturalmente. Mas há mudanças e mudanças. Há mudanças que não transformam nossa estrutura de bases. São superficiais e exteriores, ou meramente quantitativas. Mas há mudanças que são interiores. São verdadeiras transformações alquímicas, capazes de dar novos campos de experiência e ao mistério de todas as coisas.

E assim vamos enveredando pelos campos desse grandioso mistério, uma grande e inesgotável fonte de sabedoria, que se apresenta diante de nós no universo dessa diversidade cultural religiosa, reconhecidamente como patrimônio da humanidade, demonstrando assim a importância cuidadosa e positiva das mudanças.

A interculturalidade pode sustentar epistemologicamente a dinâmica do cuidado na medida em que for entendida enquanto espaço permanente de inter-relações, comunicações e aprendizagem entre pessoas, grupos, conhecimentos, saberes e tradições distintas, possibilitando a construção do mútuo respeito e reconhecimento, o desenvolvimento pleno das capacidades humanas em suas diferenças psíquicas, culturais e sociais. Por isso que o cuidado

deve ser pensado como um modo de intercultural, e necessariamente libertário. Isso tem como real sentido o reencontro do humano com sua humanidade, livre de preconceitos, das amarras colonizadoras e do senso comum (POZZER, 2015, p. 96).

Diante dessa citação, observamos que as letras dos cânticos das turimbas/toadas idealizaram a aproximação, o entrosamento e a inter-relação de todos/as da tradição cultural religiosa afrodescendente, bem como a generosidade para com os seus convidados.

## **5 Conviver para aprender**

Nas letras das turimbas/toadas no terreiro ao qual frequentamos, há palavras com significados bem interessantes como: acoci (dinheiro), agô (perdão, permissão), kaô (saudação a Xangô), entre outros. Por isso temos os toques como aprendizagem e quando não sabemos os significados das palavras perguntamos aos mais velhos e assim nos acostumamos com as regras e as sequências cantadas, e para qual entidade ela representa, o porquê daquele passo. Isso é bem comum dentro dos ensinamentos *aprender sempre*.

**Figura 2** - Mãe Beata, sua bisneta Karina e Pai Afonso na retirada e uma filha de santo.



Fonte: Acervo pessoal (HOLMES, 2018)

Estes são acontecimentos importantes e significativos para a vida religiosa de cada filho de santo, em sua aprendizagem durante sua vivência no terreiro. Essa aprendizagem lhes permite a se comportar diante dos sacerdotes, irmãos na fé, a adeptos de outras religiões, saber o que se canta para entender as palavras e seus significados. Você já imaginou alguém se dirigindo a palavra e te perguntar o que essa palavra significa, para qual aquela turimba/toada representa?

Já imaginou encontrar com alguém da mesma religião ou um ambiã<sup>40</sup> e te dirigir palavras do dia a dia, dos costumes e você como frequentador ficar perdido? Vivem em constante aprendizagem nos possibilitando aprender sempre e ajudar ao próximo da melhor forma.

---

<sup>40</sup> - Ambiã- representa um filho de santo novo na casa.

## 6 Considerações finais

Os membros da Comunidade se assumem como cristãos, são batizados, sacramentados e professam uma fé em Deus, Jesus, no Espírito Santo e afirmam que jamais renegaram ao Criador; apenas o cultuam de forma diferente, participam de missa quando tem vontade, ler a Bíblia e comemoram os festejos na igreja como a festa de Santo Expedito que na Umbanda é conhecido como Odé<sup>41</sup>. E que são convidados, muitas vezes por pessoas católicas, para serem madrinhas (os) de seus filhos.

O que temos e o que percebemos é uma estreita relação intimista e religiosa da musicalidade vivenciada no Terreiro com a intencionalidade em manter viva uma tradição cultural, de resgate da cultura desse povo que ficou assolapada durante o processo de colonização marcado por exploração do corpo e por um expurgo religioso. Os cantos, as músicas, as toadas e as cantatas fazem parte desse patrimônio oral transmitido e revivido nas rodas do Terreiro por meio das mensagens que elas transmitem ou por seus ancestrais não naturais incorporados durante os rituais.

Sendo assim, é possível se permitir conhecer o desconhecido, para tentar se tornar um ser humano melhor, aceitando a escolha do outro, sem críticas, sem apontamentos de certo ou errado, pois a transformação do mundo depende de nossa tolerância, de nosso respeito, de nos tornarmos abertos ao desconhecido, de nos permitirmos a sair de nossa zona de conforto e levar aos que precisam a palavra do bem, do aconchego, do respeito, da limitação e do bem-estar. Se apresenta como um convite a olhar a religião do outro de forma aceitável e respeitosa, para que a sua religiosidade seja a melhor para você, para os seus e para o mundo.

## Referências

---

<sup>41</sup> - Odé, - que vem do termo iorubá, que significa "caçador".

AZEVEDO, Janaina. **Orixás na Umbanda**. São Paulo: Universo dos livros, 2010.

BOFF, Leonardo. **Espiritualidade: um caminho de transformação**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

BOTAS, Paulo. **Ensino religioso capacitação para o novo milênio. O fenômeno religioso nas tradições religiosas de matriz africana**. In: FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). Caderno: 7, Ano 2000.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GAARDER, Jostein. HELLERN, Victor. NATAKER, Henry. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLMES, Maria José Torres. **Ensino Religioso: esperanças e desafios - reflexões da práxis do cotidiano escolar**. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2016.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NUNES, Mariângela de Vasconcelos. NETO, Martinho Guedes dos Santos (org.). **Cantar para contar e compor: história no ensino básico**. João Pessoa: Ideia. 2015.

OTTO, Rudolf. **O sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional**. (Traduzido por) Walter O. schlupp.- 4. ed. São Leopoldo: Sinodal / EST; Petrópolis: Vozes, 2017.

POZZER, Adecir et all. **Ensino Religioso na Educação Básica: fundamentos epistemológicos e curriculares**. Obra comemorativa dos 20 anos do FONAPER. Florianópolis: Saberes em Diálogos, 2015.



SAMPAIO, Dilaine Soares. SILVEIRA, Emerson Sena da. (org.). **Narrativas míticas: análise das histórias que as religiões contam.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

SOUZA, José Ribeiro de. **400 pontos riscados e cantados na Umbanda e Candomblé.** 4ªed. Rio de Janeiro: ECO, 1964.

VILHENA, Maria Ângela. **Ritos: expressões e propriedades.** São Paulo: Paulinas, 2005. - (Coleção temas do ensino religioso).

## Capítulo VII

### A Comissão Pastoral da Terra na Paraíba: perspectivas a partir das Ciências das Religiões

*Emmanuel Paulino de Luna  
Carlos André Macêdo Cavalcanti<sup>42</sup>*

#### 1 A Comissão Pastoral da Terra na Paraíba

Será sob o signo da transdisciplinaridade característica das Ciências das Religiões que vislumbramos as possibilidades metodológicas essenciais para a compreensão da Comissão Pastoral da Terra. Assinalando como recorte da nossa pesquisa, a sua ação na Paraíba. Observemos, pois, a história do Brasil que evidencia a luta pela posse da terra desde os primórdios da colonização, quando inicialmente os nativos foram obrigados não só ao trabalho escravo, como também forçados a deixar as zonas férteis que antes habitavam, dando espaço para a monocultura do açúcar.

No século XVI, o negro africano é arrancado da sua terra e trazido para a América Portuguesa na qual o trabalho escravo será um dos pilares da *plantation*, uma das formas de resistência do negro foi a criação de núcleos de fugas, aos quais chamamos quilombos. Por sua vez, as comunidades quilombolas eram predominantemente rurais, e nelas os negros desenvolviam culturas agrícolas de subsistência, e assim, os quilombos tornaram-se núcleos de luta contra o sistema escravocrata, consolidando formas alternativas de se viver nas terras que hoje chamamos de Brasil. Concomitantemente estabeleceu-se um

---

<sup>42</sup> Cf. Lista de Colaboradores

processo de territorialização carregado de identidade políticas e memória ancestral (SILVA, 2012) no qual os negros, vindos de muitas tribos e regiões da África, tentavam preservar os traços culturais de sua descendência, como a exemplo das religiosidades.

O processo de luta pela terra que permeia o estabelecimento de grupos dominantes como senhores de engenhos, do café e de múltiplas culturas até o estabelecimento do moderno agronegócio, foi estabelecido com o antagonismo de uma população pobre e mestiça no campo, contabilizando nessa miscigenação, não apenas negros e nativos, cuja maioria será brutalmente eliminada. Mais adiante, sobretudo a partir do século XIX, e nos remetendo ainda à questão da posse da terra, contaremos com um número significativo de europeus sedentos de terras que lhes permitissem se estabelecer em grande número e com a sua parentela, será o período das grandes levas de imigrantes. Esse contingente europeu não possuía recursos para se fixar de maneira autônoma, e foi adicionado a força braçal das grandes monoculturas. Sobre esse processo a historiadora Emília Viotti Costa (1999, 251) destaca que:

Desde os meados do século, imigrantes europeus começaram a entrar em número crescente no Brasil, principalmente entre 1870 e 1900, e o período de maior imigração situa-se nos anos que se seguem à abolição. Só o Estado de São Paulo recebeu, em pouco mais de um decênio, isto é, entre 1890 e 1901, cerca de setecentos mil colonos: italianos, portugueses, espanhóis e austríacos, não contando os de outras nacionalidades.

No histórico socioeconômico do Brasil ruralista que abrange nativos, africanos, europeus e seus descendentes, percebemos o surgimento de uma camada da população que trabalha nas terras dos grandes proprietários, vivendo quase sempre em situação precária. Essa construção sócio-histórica

está assentada num processo de cerca de cinco séculos, que vai da plantation açucareira ao atual agronegócio, com a reprodução social, nas instâncias política e econômica, dos grupos/classes proprietários de terras.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) vai surgir como uma frente de ligação entre a Igreja e os trabalhadores rurais que historicamente, lutam pela terra que lhes dará o sustento, com a qual estabelecerão vínculos, lhes apoiando também na busca por melhores condições de trabalho no campo. A luta pela terra onde a CPT se apresenta como mediadora de conflitos e incentivadora da reforma agrária deve ser entendida não apenas como uma questão dialética do materialismo histórico, visualizada no desenho de dominadores versus dominados, como também não pode se limitar a questão agrária ao discurso geográfico. Portanto é deixar claro que a temática que envolve a CPT assume proporções que entrelaçam questões da história, geografia, política etc., que por sua vez estão inseparavelmente inseridas em um discurso teológico.

Aqui, um questionamento é pertinente: sobre qual argumento a Igreja se colocaria na defesa dos pobres do campo? Se há um campo do saber que possui liberdade acadêmica para analisar um fenômeno sociorreligioso que atinge dimensões tão plurais, acreditamos que seria o das ciências das religiões.

No que se refere a uma abertura progressista que permitiu o surgimento da CPT na Paraíba, podemos citar de início, a liderança de Dom José Maria Pires, que a partir de 1966, acolheu através da Ação Católica, os camponeses que outrora se manifestavam legalmente através das Ligas Camponesas (PEREIRA, 2009), tendo na força da Igreja, à sombra da sua face mais popular, um meio de preservar o espírito de resistência e de luta pelos seus direitos.

De modo geral, a situação dos trabalhadores do campo no país continuava precária, vivenciada na pobreza, no analfabetismo, e no desemprego. O campesinato nordestino ainda tinha que conviver com os longos períodos de estiagem, o que agravava ainda mais a situação. Em pleno regime militar, a Igreja Católica, sendo forte e presente em todo país, começou a

elaborar propostas que interferissem na situação social do pobre, principalmente o homem que vive no campo. Em junho de 1975, surge a Comissão Pastoral da Terra, tendo como marco inicial o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente, a CPT desenvolvia um apoio pastoral a homens e mulheres da Amazônia: índios, peões, posseiros, dentre outros, e mais a população em geral, que dependia da terra e estava subjugada aos senhores que a dominava.

Diante da situação dos pobres do campo brasileiro, as ideias progressistas foram ganhando espaço entre os bispos, buscando aliados em alguns grupos protestantes, sobretudo no Anglicanismo, Metodismo e na Igreja de Confissão Luterana, transformando-se em bandeira ecumênica nas ações de luta pelo homem pobre do campo, firmado principalmente na liderança da Igreja Católica. A CPT foi agregando características que atendiam aos anseios regionais, dando auxílio a várias outras categorias de trabalhadores, que se utilizam da terra para sua sobrevivência. Segundo Caldart (2012, p. 144):

A perspectiva da CPT segue sua vocação como protagonista e intermediária dos “trabalhadores e trabalhadoras do campo”. Desses sujeitos, a organização registra uma diversidade de atividades econômicas, relacionando posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem-terras, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc.

A bandeira que a Comissão Pastoral da Terra levantou na década de 1970, fazendo com que a mesma assumisse um caráter de movimento social em prol dos trabalhadores do campo, não representou, e nem representa, uma posição homogênea no núcleo eclesial, antes pelo contrário, há resistência de setores

conservadores do clero, que entendem frequentemente a mediação da CPT, como um movimento de aspecto marxista no meio do catolicismo. Contudo, é necessário salientar que o evangelho social vivenciado através da CPT, não é a primeira ação católica em prol dos trabalhadores no Brasil.

As ações católicas pelo mundo, através da filosofia franciscana voltada para os pobres, e os padres operários visualizados facilmente no começo do século XX, ou até mesmo, a participação dos dominicanos no país na década de 1960 enfrentando o governo anticomunista (como a exemplo do Frei Betto), mostram um seguimento da Igreja presente, não se omitindo aos contextos políticos onde a população é oprimida. Assumindo essa posição progressista, a relação se tornou numa dinâmica de expressão teológica nos lembrando de que “para muitos padres e religiosos aproximar-se das camadas pobres da sociedade significa uma experiência de conversão no sentido religioso” (SILVA, 2006, p.35).

Sendo a aproximação com os pobres uma experiência de conversão, é pertinente destacar que nem toda cristandade progressista, vivencia uma simpatia e/ou filiação com a ideologia marxista no que diz respeito a todo seu aspecto filosófico, sobre o diálogo do marxismo e do evangelho social, Silva (2006, p. 47) destaca que:

O marxismo não seria, portanto, adotado como filosofia em toda plenitude, pois os padres não pretendiam, por exemplo, adotar o ateísmo inerente ao pensamento de Marx, mas apenas admitiam conceitos como luta de classes, estrutura e superestrutura, mas valia; ou ainda dicotomias como opressor/oprimido, dominador/dominado, opressão/libertação para analisar a realidade sócio-política da América Latina.

Através da reflexão de Silva (2006), é possível notar a influência do pensamento marxista na igreja progressista, porém não em sua plenitude, tendo nos aspectos analisados por Marx,

uma forma conceitual de visualizar a sociedade, que em comparação com os conceitos bíblicos, levam a aproximação do caráter libertador das doutrinas messiânicas expostas no livro sagrado dos cristãos. Assim a “bem aventurança” do cristão em pregar e viver a justiça social na ajuda dos oprimidos se assemelharia, com a busca do socialismo inspirado em Marx como instrumento intelectual de mediação entre a igreja e os pobres, construindo assim, o “reino de Deus aqui na Terra” e “nessa lógica, o marxismo seria então o instrumento possível de ser utilizado na historificação do Reino” (SILVA, 2006, p. 51).

A Igreja Progressista, com um pensamento teológico voltado para pobres e no nosso caso à CPT, sendo essa entidade direcionada aos trabalhadores, homens e mulheres do campo, busca apoio doutrinário na chamada Teologia da Libertação, e embora o pensamento de “evangelho social” já existisse em muitos setores da Igreja Católica como já afirmamos, e também em muitas vertentes do protestantismo, foi na obra “Teologia de La Liberación” de 1971 de autoria do teólogo católico Gustavo Gutierrez, que a doutrina da libertação foi sistematizada, e posteriormente difundida, ganhando espaço principalmente na América Latina.

A obra intitulada “Jesus Cristo Libertador” do franciscano Leonardo Boff, coloca-o como principal pensador da Teologia da Libertação no Brasil, sendo assim, o principal representante da igreja progressista brasileira. A princípio esse pensamento teológico pretende reler a Bíblia tendo como foco o pobre, sendo ele, um sujeito oprimido pela história, tendo como eixo principal desse pressuposto, as narrativas judaico-cristãs.

O Velho Testamento, em resumo, fala da história de um povo que, outrora, escravizado pelo rico Egito, foi escolhido por Deus para percorrer uma caminhada em busca da terra prometida. Reunidos pela promessa de Deus, o povo hebreu deixou a escravidão em busca da sua liberdade, e em nome da promessa divina, lutou contra os inimigos até se estabelecerem em terras férteis. Por meio dessa reflexão os teólogos da libertação, acreditam que o homem pode buscar através da luta e da resistência, um caminho para a liberdade, longe do sistema

que os oprime, e como parte integrante desse processo de libertação dos oprimidos, a CPT, através dos bispos voltados às demandas do campo, afirma:

Queremos continuar fiéis à antiga proclamação bíblica: “A terra é minha, diz o Senhor, e vós sois como migrantes e posseiros” (Lv 25,23). Persistimos em denunciar o “espírito materialista” da chamada “civilização do progresso”, que pretende esvaziar de “espírito” o corpo oprimido e reprimido dos pobres, dos povos aborígenes e negros. (CPT, 2006, p.7)

Dessa forma, a Comissão Pastoral da Terra, sendo reforçada pelo discurso da Teologia da Libertação, faz a escolha pelos pobres, nesse caso os pobres do campo, atuando como elemento norteador da população que vive à margem dos direitos sociais, oprimidos pela exploração capitalista e arrastados para uma vida cada vez mais distante da fé e dos preceitos da solidariedade e fraternidade no campo. A CPT age como uma ação viva na mediação do processo de democratização da terra, em meio à civilização do progresso, que se encontra cada vez mais urbanizada e consumista.

Na década de 1980 é visível no Vaticano, com a subida de João Paulo II ao papado, uma atitude conservadora, de forma a conter os religiosos que estavam mais engajados nas lutas sociais, gerando assim, conflitos internos no seio da Igreja. O abafamento que a Teologia da Libertação sofreu com o papado de Karol Wojtyla, ocorreu pelo temor do pontífice junto ao Vaticano, que a Igreja através dessa nova teologia promovesse a implantação de regimes de extrema esquerda na América Latina. Silva (2006, p. 114) exemplifica, afirmando que:

O próprio Leonardo Boff chegou a afirmar durante os funerais do pontífice, em abril de 2005, em um programa de televisão que vinte anos após o enquadramento que sofrera pelo Vaticano, conseguiria



compreender que o temor do papa seria de que, através da TL, entrasse na América Latina um regime de extrema esquerda [...].

Como veremos adiante, a frustração que os progressistas da Igreja tiveram com setores conservadores do clero, não impediu que núcleos como a CPT, atendessem às demandas dos pobres, mostrando nesse caso, que embora representados por uma única liderança, e uma estrutura hierárquica, a Igreja visualizava uma pluralidade de ações evangelizadoras, por meio das várias vertentes teológicas no meio do clero, principalmente no que diz respeito as mais diversas relações sociais que o catolicismo experimenta em sua evangelização.

## **2 A CPT-PB E seus frutos**

Ressaltando o que já foi citado, foi em junho de 1975 que surgiu a CPT, a partir do Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Segundo Pereira (2005), a Teologia da Libertação, começou a ganhar destaque na Paraíba entre a hierarquia católica após a chegada de Dom José Maria Pires em 1966, quando o clero, direciona os olhares para os trabalhadores rurais.

A frente progressista paraibana foi ganhando nomes importantes como Dom Marcelo Carvalheira em 1975, na cidade de Guarabira e Dom Luiz Gonzaga Fernandes em 1982. Não devemos esquecer o papel da liderança nordestina de Dom Helder Câmara, que se tornou uma grande representação da Teologia da Libertação no Nordeste.

A pregação da CPT-PB assim como em todo país, apontava para um Jesus libertador, anunciava uma libertação intelectual representada na luta por melhorias no campo através da luta pela terra, semelhante a Moisés do Egito, levando a uma conscientização, na qual o pobre deve lutar pela dignidade humana, através de ações políticas organizadas nas Comunidades Eclesiais de Base ou em pastorais como a CPT.

A CPT-PB assumiu um caráter muito próximo de “movimento social”, sendo não só mediadora nos conflitos, como também a própria impulsionadora da reforma agrária. Com o apoio de religiosos de base do catolicismo, que por sua vez, estavam mais inseridos nos núcleos populares, conhecendo assim, as dificuldades e esperanças do homem do campo paraibano. A princípio, alguns grupos vinculados a TL, assumiram um papel mais independente da CPT nacional, sendo intitulado inicialmente como Pastoral Rural, mantendo no começo apenas uma articulação ideológica com a secretaria nacional da CPT, como diz a fala do Frei Anastácio:

Em 1976 nós começamos a chamar Pastoral Rural. A CPT tinha sido criada em 1975, e em 1976 estávamos organizando a Pastoral Rural, era o Frei Hermínio, Ir. Tony. Ir. Marlene, o Padre João Maria, Gerado Leno e etc. Então em 1976 chegou aqui o Ivo Polleto, que era secretário da CPT, fez uma reunião conosco e nos convidou para formar a CPT. A gente negou por que era uma coisa de cima para baixo, era uma coisa de bispo, e agente era muito ‘basista’, era um ‘basismo da bexiga’, para a agente tudo tinha que vir da base, se não for da base nada se decide, então se discutia só base. Nós decidimos na Paraíba criar uma articulação estadual da Pastoral da Terra [...] naquele momento, o importante era essa articulação [...] (Entrevista, 17 maio de 2006, apud MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 306).

O depoimento do Frei Anastácio é uma clara descrição das características da CPT-PB como um grupo nascido da base, e conseqüentemente uma teologia libertadora mais próxima do catolicismo popular. A CPT-PB dessa forma caracteriza-se como a principal entidade ligada diretamente à reforma agrária paraibana, tendo como sustentabilidade doutrinária a Teologia da Libertação, e buscando através do Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criado em 1970, a mediação entre Camponês/Igreja/Latifúndio/Estado, junto às terras improdutivas que têm o destino legal a desapropriação para fins de reforma agrária, além da luta histórica junto aos índios e remanescentes quilombolas.

A função social da reforma agrária, estabelecida no contexto histórico aonde CPT foi criada, visava estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio, conforme prevê o artigo 16 do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/64 (SOARES, 2010, p.1), porém na prática a referida lei não desestruturou o latifúndio.

A CPT-PB, tem sido um elemento importante no que diz respeito a pressionar o Estado e a sociedade organizada como um todo. No início do século XXI, a pastoral paraibana, já contava com a mediação de mais de 200 assentamentos rurais conforme afirma Pereira (2005), o que se visualiza desde a década de 1970, por mais de 200 conflitos de terras registrados, colocando o estado como um dos maiores colaboradores da (ainda tímida) reforma agrária no Brasil, onde a CPT-PB é um dos pilares fundamentais para a organização e mediação dessas ações.

Por meio da intervenção da CPT, percebemos um processo histórico que pode ser caracterizado como apoio social para a classe campesina, e que muitas vezes dará suporte ao camponês para produzir sua subsistência por meio da agricultura familiar, seja na sua pequena propriedade comprada ou herdada, ou à milhares de famílias assentadas com a mediação da entidade. A pastoral por meio da negociação, assumiu um caráter de movimento social junto aos trabalhadores sem terras, que somam milhares ao proletariado rural, vivenciando um espaço historicizado de socialização humana, contribuindo para a manutenção do espírito de consciência de classe, e ajudando na instalação de milhares de famílias que são assentadas, através da ainda precária, (quase

inexistente reforma agrária). Sabendo que a formação de uma classe social constitui:

[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 1987, p. 9).

Através das relações humanas que foram se estabelecendo ao longo do processo de solidificação da CPT na Paraíba, percebemos a existência do campesinato acolhido pela Igreja, concomitante a essa questão a classe, vai se materializando através do processo histórico de luta pela terra num movimento contínuo e instável.

A Igreja católica sendo plural, algo que segundo Gramsci (1996) ocorre pelo esforço de não se dividir, possui dentro de si muitos catolicismos, entre eles um catolicismo elitista e conservador presente desde a colonização das Coroas Católicas com a Expansão Marítima que por sua vez, deu base ao desenho social eurocêntrico na América Latina. Doutro lado, percebemos outras formas de catolicismos, como o catolicismo camponês encontrado dentro da base popular de fiéis assistidos pela CPT. Esses grupos antagônicos estão entrelaçados por uma disputa de classes que extrapola os limites entre o fenômeno religioso e socioeconômico, na geopolítica de um país com dimensões continentais onde o latifúndio é um traço ainda presente.

### **3 Ciências das Religiões como campo disciplinar**

Para entender o papel da pastoral, se faz necessário ressaltar o conceito de religião, bem como a ciência que dela

trata. Isto posto, estamos nos referindo ao catolicismo, contudo será necessário estabelecer o viés teórico que é o arcabouço teórico que vai nos permitir o estudo do objeto dentro da Ciências das Religiões

Para o teólogo e pastor Van der Leeuw (1964) a religião nasce da insatisfação do homem, sendo determinada pela cultura tal como as contínuas mudanças da humanidade, sendo assim, o homem mesmo aceitando a vida que possui, busca completá-la com a religião. Para Van der Leuw (1964) a religião constrói sua existência pela ideia de que há algo de errado no mundo material que precisa ser aperfeiçoado e completado com o sagrado/espiritual. É com base nesses pressupostos que as *peças* e as *coisas sagradas* se legitimarão na estrutura da religião. O teórico americano Peter Berger define religião como “uma obra através da qual é construído um cosmo sagrado” (BERGER apud FILORAMO e PRANDI, 1999, p. 267), o que demonstra seu interesse não apenas para um sentido essencialista, mas, também para o seu aspecto funcional. Já o sociólogo alemão Niklas Luhmann, coloca uma posição diferenciada do funcionalismo tradicional da religião, e entende a integração social do fenômeno religioso como um “medium comunicativo” permitindo a passagem de uma complexidade indeterminada para complexidade determinada através do sistema social. Esse aspecto comunicativo está direcionado a uma estrutura sistemática mundial, onde a religião se movimenta por meio dessas estruturas, não de forma homogênea com a política, economia e etc., porém, a mesma opera na sociedade mundial se determinando como tal, e se diferenciando dos demais sistemas operacionais (LUHMANN, 2000).

Para Mircea Eliade, o fenômeno religioso deve ser entendido dentro dos parâmetros de sua própria modalidade (ELIADE, 2002), o autor busca evitar o reducionismo ao procurar entender o fenômeno dentro de sua escala religiosa, levando em conta a partir dessa reflexão experiência do sagrado, segundo ele “todo rito, todo mito, toda crença ou figura divina reflete a

experiência do sagrado e, por conseguinte, implica as noções de ser, significação e verdade” (ELIADE, 1989, p. 45).

Se pensarmos na experiência do sagrado enquanto elemento presente na vida de uma pastoral, e neste caso uma pastoral social que possui na sua missão, a luta e a resistência na terra, podemos entender que o significado de verdade da CPT-PB presente em todo seu percurso histórico, está associado a uma “verdade” coletiva compartilhada pelo homem pobre do campo assistido pela pastoral, dessa forma podemos perceber que o fiel entende a conquista da terra através da reforma agrária um caminho para legítima sua libertação.

E nesse caso, a “libertação” entendida tanto pelo clero quanto pelos fiéis se sobrepõe a qualquer perspectiva espiritual do “porvir”; dessa forma a terra prometida deixa de ser apenas uma simbologia para os frutos da pós vida e se materializa na luta pelo direito de uma vida digna no campo. Nesse caso quando Leeuw (1964) explica a religião associada a insatisfação, sobretudo pelo pressuposto de que há algo errado no mundo que precisa de concerto, podemos associar a experiência da CPT-PB, a medida que a mesma coloca a questão agrária como pressuposto dessa “imperfeição”, sendo a reforma agrária o caminho do concerto, que traria a satisfação do povo de Deus que vivencia a opressão na terra.

Muitos intelectuais buscaram e buscam definir o que é religião ao longo de suas obras, todavia tanto a definição quanto sua natureza, são constantemente repensadas em face dos demais objetos no campo da cultura, psique, etc. (CRUZ, 2013). As múltiplas definições de *religião*, que por sua vez, abrem um leque epistemológico de pesquisas que perpassam (e entrelaçam) várias áreas do saber humano como no nosso caso a problemática da CPT-PB que envolve o saber da história, teologia, geografia etc, são confrontadas de maneira mais intensa quando pensamos e nos interrogamos acerca de uma área legitimamente autônoma para seu estudo. O que seria a(s) ciência(s) da(s) religião(ões)?

Dos estudos comparativos de Max Müller até nossos dias, tem se discutido muito sobre as ciências das religiões como área

autônoma, gerando debates que vão desde o método ao objeto: “Ciência(s) método ou métodos”? Religião (ões) objeto ou objetos? Obviamente não há senso comum. É importante que haja concordância? Um dia haverá?

Para Cruz (2013), os nomes são importantes enquanto candidatos a conceitos, e todas as propostas terminológicas ligadas ao(s) método(s) e/ou objeto(s), estão conectadas a um arcabouço epistemológico defendido por linhas acadêmicas, que por sua vez, querem legitimar suas pesquisas, solidificando-as dentro do campo a que se propõem. De maneira geral independente do singular/plural da nomenclatura, podemos colocar as ciências das religiões (diferente da teologia) como uma área e/ou campo disciplinar que se afirma como tal, baseada no pressuposto de indiferença mediante as religiões. Sua institucionalização está alicerçada no “pensamento científico-racional em desfavor das abordagens apologéticas e exigências dogmáticas” (USARSKI, 2013, p.141).

Nessa perspectiva, os estudos sobre as religiões foram se desenvolvendo e se consolidando ao longo da história, movimentadas a princípio pelo interesse dos povos em conhecer outras culturas. Essa busca pelo *diferente* pode ser observada desde a antiguidade ao medievo com autores ocidentais e orientais, a exemplo de Heródoto (485-420 a.C), o romano Cícero (106-43 a.C), o etnógrafo Magastenes, Sharastani, entre outros, que de forma geral buscavam o conhecimento sobre religiões, seja por meio da história, etnografia, filosofia, bem como as demais áreas das ciências humanas que iam se constituindo como tal ao longo do processo de institucionalização como campo de pesquisa autônomo.

É pertinente destacar a contribuição dos filólogos que segundo Usarski (2013) deram grande avanços a partir do século XVII na construção do conhecimento sobre as religiões no mundo, decifrando hieróglifos egípcios, registros cuneiformes mesopotâmicos, elaborando obras densas como dicionários e gramáticas de línguas comparadas que incontestavelmente tiveram um forte impacto, a exemplo da gramática comparada de Franz Bopp (1833).

O processo de institucionalização das Ciências das Religiões tem como marco a fundação da primeira cátedra de História Geral da Religião na Universidade de Genebra (Suíça), dando o pontapé inicial, e se espalhando pelo mundo através de grupos de pesquisas, programas de graduação e pós-graduação, que estão em contínuo e crescente movimento.

Pensar as religiões e seus paradigmas no que se refere à história das Ciências das Religiões perpassa problemáticas e autores impossíveis de classificar e datar em sua totalidade nesse breve artigo. David Hume (1711-1776) é frequentemente citado como um dos precursores, devido ao seu referencial estritamente científico na análise da religião (USARSKI, 2013), porém, Max Muller no seu *Chips from German Workshop* (1867), introduziu pela primeira vez o termo *Ciência da Religião* como uma disciplina própria.

Entendendo que toda ciência possui um debate teórico sobre sua constituição, e que as abordagens teóricas são bases essenciais das escolhas metodológicas de toda pesquisa, voltemos então à pergunta inicial: ciência ou ciências? Religião ou religiões? Se pesquisadores de varias áreas se dedicaram (e continuam a se dedicar) aos estudos das religiões, há uma necessidade de legitimar “Ciência da Religião” como preferencialmente definem os alemães (*Religionwissenschaft*) numa forma singular? Ora! Estariam Max Weber e Émile Durkheim contribuindo inconscientemente em seus respectivos tempos/espacos para uma ciência *sui generis*, epistemologicamente autônoma em seu método e objeto?

O termo *Ciência da Religião* não é necessariamente usado para expressar uma ciência fechada das demais áreas das humanidades, o pesquisador alemão Joachim Wach, por exemplo, utilizava o referido termo não com o desejo de criar uma ciência particular, muito menos ele entendia que a mesma se constituía como um grupo de disciplinas que estudava o fenômeno de maneira isolada. Na perspectiva de Wach, a Ciência da Religião permitiria construir “uma abordagem articulada entre as ciências humanas para o fenômeno religioso” (CAMURÇA, 2008, p. 21).



Outras abordagens na terminologia da área são percebidas e colocadas de acordo com as concepções metodológicas dos autores inseridas no debate de seu tempo e ambiente acadêmico. Émile Durkheim utilizava “Ciência das religiões” em seu contexto como forma de normatizar uma visão sociológica das religiões em meio a um mundo dominado pelo discurso cientificista que exigia precisões teóricas.

O antropólogo brasileiro Marcelo Camurça (2008), discute a problemática partindo de seu lugar acadêmico de formação enquanto cientista social (permeando a sociologia e a antropologia), o estudioso entende “Ciências da Religião” como um campo que anda em sintonia com os debates teórico-metodológicos, e que estão em contínuas mudanças nas demais áreas das ciências humanas, não anulando as possibilidades das “Ciências da Religião” ser um canal de surgimento de novas teorias e contribuições para as demais áreas, “todavia sempre em interface com as grandes disciplinas das ciências” (CAMURÇA, 2008, p.27). Sobre tal debate nos posicionamos em concordância com Filoramo e Prandi (1999, p. 13), destacando que:

As Ciências das Religiões não constituem uma disciplina a parte, fundada como tal gostaria a tradição hermeneuticamente orientada [...], na unidade do objeto (a religião) e na unidade do método (a compreensão hermenêutica). Antes ela é um campo disciplinar, e como tal, uma estrutura aberta e dinâmica.

Por meio dessa concepção plural de “Ciências das Religiões” enquanto campo disciplinar é que entendemos área, e analisamos nosso objeto de pesquisa, levando em conta a diversidade dos vários campos do saber humano, construindo um debate inter e transdisciplinar para a compreensão do fenômeno religioso.

Como já foi mencionado neste artigo, o fenômeno religioso pode ser observado ao longo da história da humanidade, o mesmo pode ser estudado sobre vários aspectos do saber academicamente construído: na história, sociologia, antropologia, geografia, psicologia, filosofia, etc. Sendo as religiões plurais em suas manifestações, que por sua vez, estão em contínuo movimento no espaço e no tempo, as ciências das religiões constroem um debate coerente com a transdisciplinaridade, pois a mesma considera a multiplicidade dos objetos, métodos, problemas e conceitos que são compartilhados por diversas áreas das ciências (DOMINGUES, 2005).

Pensando na pluralidade da religião e em todo debate que se faz sobre sua conceituação, bem como as calorosas discursões que frequentemente estão presentes na CR enquanto método(s) e objeto(s), o que pensar das múltiplas formas de cristianismo, indo mais além, nas múltiplas formas de catolicismos que existem enquanto pluralidade pelo esforço da instituição em não se dividir segundo o pressuposto Gramsciano. Como entender a atuação da CPT-PB em meio uma religião tão plural que possui marcas profundas na cultura, sobretudo ocidental?

Mais que uma esquematização, e sistematização de mitos e ritos a religião é um fenômeno vivenciado pela experiência humana que é sobretudo plural em seu espaço/tempo. Sendo assim, concordamos com Mircea Eliade ao afirmar que a religião deve ser entendida em sua própria modalidade. A medida em que observamos a atuação da Comissão Pastoral da Terra na Paraíba, percebemos que a experiência com o sagrado está vinculada a conexões com o profano que só pode ser entendida se considerarmos a experiência de classe com um dos elementos promotores do bem-estar social e espiritual, na mesma medida em que a luta e a conquista da terra são entendidos como um elemento teológico de libertação.

A escolha das Ciências das Religiões enquanto campo disciplinar, nesse caso não diminui a essência do saber produzido pela CR em relação as outras ciências humanas, ela

abre um leque que permite entender e debater a complexidade das religiões para além do discurso teológico de pertencimento. A CR se torna *sui generis* ao consolidar em seu arcabouço teórico-metodológico uma diversidade epistemológica construída pela cultura humana, que por sua vez, vai permitir que o cientista adeque o(s) método(s) ao(s) seu(s) objeto(s). Partido desse pressuposto, entendemos a CPT-PB como um elemento presente entre os catolicismos que pode ser compreendido enquanto uma herança histórica e um (re)interpretação teológica vivenciada pela experiência de classe.

#### 4 Considerações finais

Ao longo desse artigo procuramos travar um breve debate a respeito das definições de *religião*, direcionando a discursão para um posicionamento acerca das Ciências das Religiões como área, tomando como base conceitual, a perspectiva de *campo disciplinar* defendida por Filoramo e Prandi (1999) que entende a autonomia do *campo* acoplada às pluralidades metodológicas. Partindo dessa dimensão transdisciplinar da CR, nos aventuramos analisar a Comissão Pastoral da Terra na Paraíba destacando que a mesma está inserida num processo de luta pela terra, colocando a Igreja como mediadora da reforma agrária.

A dimensão social da CPT-PB possui uma base teológica dinâmica, que coloca o homem do campo (que está em um contexto de conflito com o latifúndio) em comunhão com o aspecto progressista e renovador da Igreja materializada na Teologia da Libertação. A realidade social na qual se insere a formação da CPT-PB possui um diálogo profundo com varias áreas das ciências humanas como: história, geografia, sociologia, extrapolando a discussão teórica da teologia, mostrando que através de seu ativismo a CPT-PB se consolidou como uma entidade clerical importante para reforma agrária.

Ao longo dessa breve reflexão acerca da CPT-PB e consequentemente do homem do campo, procuramos entender sobre a formação do campesinato brasileiro, em meio a períodos históricos que estão intimamente ligados à luta pela terra, seja pelos nativos que resistiram em busca da preservação de suas áreas mediante a exploração dos colonizadores, ou pelos quilombolas e seus remanescentes que através dos núcleos, buscaram afirmar as suas identidades num espaço dominado por uma cultura europeizada, além dos colonos europeus que vieram para o Brasil, sobretudo no século XIX e somaram-se ao trabalho nas lavouras.

Entendemos que esse período histórico configurou inúmeras lutas no campo, e legitimou a formação do campesinato no país, levando em conta que essas famílias camponesas se estabeleceram por meio das várias atividades no uso da terra, caracterizando experiências de trabalho e relações humanas constituídas por uma finalidade comum, visualizando assim, uma experiência de classe através das relações humanas como afirma Thompson (1987), relações essas, estabelecidas numa realidade precária de estigmatização no campo.

O Estado da Paraíba está inserido num contexto histórico de consolidação das oligarquias de base familiar. Essas oligarquias estiveram interligadas por uma rede de nível local que são representadas pela figura dos coronéis, (grandes “donos” de terras), entretanto do lado oposto das relações sociais, nota-se uma população campestre pobre. Sendo assim, a Paraíba é um exemplo clássico na história brasileira, onde o espaço social possibilitou a experiência da luta por meio da organização do homem do campo. Através da luta e mediação de inúmeros conflitos, a CPT desenvolveu um papel importante na Paraíba, não só como umas entidades mediadoras dos conflitos agrários, mas como impulsionadora desses conflitos no campo desde a década de 1970, tendo como objetivo, levar justiça social aos trabalhadores do campo, que historicamente tem sido oprimido nas relações socioeconômicas e numa geografia desigual expressada nos latifúndios, por meio desses pressupostos a luta

pela reforma agrária torna-se uma forma legítima de amenizar as desigualdades sociais no Brasil.

A CPT, por meio da Teologia da Libertação, se aproximou da população pobre do campo, sendo ela, um elemento singular no contexto paraibano que como afirmamos acima, ajudou a colocar o Estado da Paraíba como um dos principais colaboradores na luta pela reforma agrária no Brasil. Por meio desses argumentos, percebemos que o fenômeno religioso possui dimensões plurais no espaço/tempo, sendo assim, as definições de “religião” por mais que sejam desinteressadas de quaisquer proselitismos, não conseguem suprir a totalidade do fenômeno religioso que está em constante movimento na história.

A Igreja Católica, que outrora estava associada ao projeto das coroas luso-espanholas de colonização, vindo com o referido projeto, a exploração dos povos nativos que gerou lutas pelos seus territórios, conseguiu ao longo da história construir através da CPT, uma frente de luta contra o latifúndio e a exploração histórica do país. Sendo assim, as religiões tidas como universais (como cristianismo) são portadoras de uma vocação missionária que permite ultrapassar os confins geográficos, sociais e linguísticos, porém classificar as religiões, não escapa do risco de cairmos em esquematismos tipológicos, que conseqüentemente não dão conta da complexidade dos sistemas religiosos (FILORAMO, PRANDI, 1999).

## Referências

CRUZ, Eduardo R. **Estatuto Epistemológico da Ciência da Religião**. In PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Orgs.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2013. p.37-50.

CAMURÇA, Marcelo. **Ciências Sociais e Ciências da Religião**. São Paulo: Paulinas. 2008.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

CALDART, Roseli Saete. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CPT- Comissão Pastoral da Terra. **Os pobres possuirão a terra (SI 37,11): pronunciamentos de bispos e pastores sinodais sobre a terra**. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

DOMINGUES, Ivan (Org.). **Conhecimento e transdisciplinaridade V. II: aspectos metodológicos**. Belo Horizonte: Ed.da UFMG, 2005.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulus, 1989.

ELIADE, Mircea. **História das Crenças e das Ideais Religiosas**. [Original de] Chicago: Payot, 1989.

FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. **As Ciências das Religiões**. São Paulo: Paulus, 1999.

GRAMSCI, Atonio. **Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce**. 3. ed. Roma: Editori riuniti, 1996.

HOCK, Klaus. **Introdução a Ciência da Religião**. São Paulo: Loyola, 2010.

LUHMANN, Niklas. **Die Religion der Gesellschaft**. Frankfurt: Suhrkamp, 2000.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. **A ação Territorial de Uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra na Paraíba**. 2008. 502 f. Tese (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MATTOS NETO, Antônio José de. **A Questão Agrária no Brasil: Aspecto Sócio Jurídico.** *Projeto História*, São Paulo, n. 33, p. 97-118, dez., 2006.

PEREIRA, Antônio Alberto. **Além das Cercas: um olhar educativo sobre a reforma agrária.** João Pessoa: Ideia, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: das ligas aos assentamentos rurais.** João Pessoa: Ideias, 2009.

SOARES, Helena Ribeiro. **A Desapropriação do Imóvel Rural, por Interesse Social para fins de Reforma Agrária.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. **Teologia da Libertação: Revolução e reação interiorizada na Igreja.** 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Simone Rezende da. **Quilombos no Brasil: A memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra.** In: *XII Colóquio Internacional de Geocrítica*, 2012, Bogotá. Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012.

THOMPSON. E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** V. 1: *A Árvore da Liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

USARSKI, Frank. **História da Ciência da Religião.** In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Orgs.). *Compêndio de Ciência da Religião.* São Paulo: Paulus/Paulinas, 2013. p. 51-62.

VAN DER LEEUW, Gerardus. **Fenomenologia de la religio.** México. Fondo de Cultura Económica, 1964.

## Capítulo VIII

### **Movimento camponês na Paraíba: da Liga e da libertação pela religiosidade popular**

*Edilson Antonio da Silva<sup>43</sup>  
Diógenes Faustino do Nascimento*

A Igreja brasileira assume o papel de porta-voz das resistências ao regime militar e é, nesta conjuntura, que a mesma se mostra contra a repressão, a tortura e sai na defesa dos direitos humanos, transformando-se na mais importante instituição de oposição à ditadura militar. Inspirados pelos textos bíblicos, extraídos em sua maioria do antigo testamento, principalmente do livro do Êxodo, e as rezas inspiradas pelas Santas Missões que de forma oral eram passadas de pai para filho, os camponeses encontravam forças para resistir e prosseguir com sua lida.

No tocante a Liga Camponesa, diversos dos seus membros eram protestantes, a exemplo de João Pedro Teixeira, que fazia parte da Congregação Batista, pertença essa que desenvolveu um papel essencial no movimento em virtude da possibilidade de ler e escrever dos líderes.

Segundo Renato Cancian (2014), “as mudanças nas diretrizes pastorais e teológicas, assim como a ordem política e social” mostram a posição da Igreja Católica sobre às ordens dos militares após 1964 e ajudam a entender melhor o papel da Igreja em relação à conjuntura política do Brasil. Na Paraíba essa postura da Igreja passa a tomar corpo após a década de 60. Além dos objetivos já citados procuramos mostrar pontos relevantes

---

<sup>43</sup> Lista de Colaboradores.



em relação ao assunto, contextualizando na medida que se faz necessário.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa, baseada em literaturas referentes ao Movimento Camponês e a religiosidade na Paraíba após o golpe de 1964.

Bodgan e Biklen (1982) afirmam que a pesquisa qualitativa ou naturalística, envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada.

Entre as várias formas que pode assumir uma pesquisa qualitativa, destacam-se a pesquisa do tipo etnográfico e o estudo de caso. Ambos vêm ganhando crescente aceitação na área de educação, devido principalmente ao seu potencial para estudar as questões relacionadas à escola. (LÜCKE; ANDRÉ, 1986, p. 13).

A teoria que fundamenta a percepção desse estudo, tomada aqui como referência, está apresentada à medida que se fizerem necessárias algumas explicações. Buscamos, no decorrer do trabalho, contextualizar os pontos mais relevantes da pesquisa concernente à Igreja Católica, seu papel e sua influência na sociedade, regime militar, movimento camponês e pastoral da terra.

A pesquisa é qualificada como de natureza exploratória por proporcionar certa familiaridade com o tema e o campo de pesquisa, por se adequar ao tema e ser focada em relatos, além de algumas literaturas pertinente ao assunto. Podemos considerar uma pesquisa aplicada, exploratória e qualitativa. Para Minayo (1986, p. 22) a metodologia representa “O caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade”.

O instrumento aplicado é a revisão de literatura. Assim, procuramos mostrar as respostas em sua abrangência e apresentamos os resultados baseados em registros a partir de literaturas pesquisadas, além de relatos e depoimentos.

O trabalho está dividido em partes distintas, a primeira uma introdução que resume tema, objetivos, metodologia e referencial teórico apresentados ao longo do mesmo; uma segunda parte, o desenvolvimento, onde descrevemos o papel da Igreja Católica durante o período ditatorial do Brasil, a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e a Teologia da Libertação segundo Leonardo Boff, que distingue em sua teoria fé de crença, os Movimentos Camponeses, Ligas Campesinas e a luta de João Pedro Teixeira, seu fundador e o Movimento Sem-Terra, no período que antecede e durante o Regime Militar - Golpe de 1964 e um breve passeio pela Reforma Agrária. E, por fim, as considerações finais.

## **1 Religião e religiosidade(s): uma perspectiva epistemológica**

Buscamos demonstrar através de uma análise pautada na ótica das Ciências das Religiões a mudança de paradigma ocorrida na compreensão epistemológica pós-colonial do que podemos afirmar ser ou se entende por religião no Movimento da Liga Camponesa. Ao contemplar as ações dos camponeses podemos perceber que o sentido era outro, diferente do que se entendia por religião no período colonial como forma abstrata e realização de vontade divina, João Carlos Mariategui (2004) nos lembra que:

O conceito de religião cresceu em extensão e profundidade, não reduzindo a religião a uma igreja e a um ritual. E reconhece às instituições e sentimentos religiosos um significado muito diferente daquele que ingenuamente lhe atribuíam, com radicalismos incandescente, as pessoas que identificavam religiosidade como obscurantismo.

Sendo assim nossa proposta visa demonstrar que a religiosidade presente na Liga Camponesa foi fruto de uma soma

que envolvia a fé com a vida, não apenas um ato devocional pertencente apenas a uma cosmologia, mas um processo que se apresenta de forma diversa, com um objetivo claro, que é a libertação presente na terra prometida. A partir deste sentido religiosidade pode ser entendida como a vivência da fé por parte do povo que marcha, buscando encontrar a Terra Prometida onde jorra leite e mel. Já Ludwig Feuerbach (1988) define a religião como algo intrínseco e fruto do próprio homem, fruto de sua própria consciência e essência, o que levou o teórico a dissertar em relação a religião em sua trajetória, criando embates com os que viram a religião como algo fruto de um elemento ou de um efeito sobrenatural:

Mas ao ser a religião, a consciência de Deus, definida como a consciência que o homem tem de si mesmo, não deve ser aqui entendido como se o homem religioso fosse diretamente consciente de si, que a sua consciência de Deus é a consciência que tem da própria essência peculiar da religião. Para sanar este mal-entendido é melhor dizer: a religião é a consciência primeira e indireta que o homem tem de si mesmo. Por isso em toda a religião precede a filosofia, tanto na história da humanidade quanto na história do indivíduo (FEUERBACH,1988, p. 23).

Partindo deste paradigma, a religiosidade do homem é fruto de suas experiências consigo, ele mesmo e suas ações, a vivência religiosa deste homem são expressadas a partir de formas de compreensão ou tentativas de mudar seu contexto de vida social, política e econômica. Ao buscarem em suas crenças formas de soluções para sua realidade os camponeses olham para sua própria essência e encontram caminhos que os levam a libertação.

Mircea Eliade (1993) nos apresenta a religião como cheia de contributos sociais e culturais capaz de responder aos dilemas

do Homem e resignificar seu existir, intra ou extra pertença histórica e cultural em determinado grupo social. Na obra *Origens* ele se utiliza da palavra “religião” para designar essa experiência com o sagrado sem que com isso ela implique em uma conceituação restrita a crença em Deus, deuses ou fantasmas. Ele conceitua religião como um elemento estrutural da consciência humana, uma resultante dialética do processo denominado, *per si*, de manifestação do sagrado.

O cientista das religiões e o teólogo, assim como os agentes de religiosidade (padres, pastores, feiticeiras, pai e mãe de santo, benzedoras, xamãs, presbíteros etc.) tornam-se protagonistas de uma nova forma de relatar e vivenciar as experiências religiosas nos idos do século XXI por estarem revestidos de toda uma gama de significados e significantes, sobre as manifestações religiosas e religiosidades herdada dos pioneiros desse cânone acadêmico e sapiencial das relações humanas no decorrer de sua existência (NASCIMENTO, 2017, p. 36).

Ao estudar e analisar, assim como definido por Nascimento (2017), os caminhos traçados pelos movimentos sociais (CPT, MST), nos deparamos com os traços existenciais de seus agentes. Percebemos uma íntima relação religiosa, não institucional, que norteou toda uma trajetória social e política que serviu de modelo pragmático, de trilho condutor para a Teologia da Libertação no Brasil. Trata-se de uma religiosidade vivida, ou mesmo, de uma expressão da religiosidade – espiritualidade.

## 2 A Igreja Católica e o Período Militar

### 2.1 O papel religioso e social

A Igreja católica durante o período militar adota uma postura contra esse regime autoritário e ditatorial que perseguiu os movimentos trabalhistas e os grupos de oposição. Antes do golpe de 1964 ocorreram várias mudanças de conjuntura no Brasil, as quais atacaram abertamente a Igreja Católica. O Brasil se despedia das questões agrárias, passava por um processo de modernização muito avançado, deixando os hábitos provincianos, tornando-se mais urbano e industrializado.

Foi afetada diretamente, sofrendo a “crise de vocações”, isto é, perdia adeptos e influência diante da sociedade com o surgimento de novas crenças e credos, protestantismo e a umbanda passaram a concorrer com o catolicismo (CARCIAN, 2014). Precisou se adaptar às mudanças, por meios das várias pastorais em seguimentos diferentes, uma forma de acompanhar o processo de modernização.

A partir das provocações do Concílio Vaticano II através da Constituição Pastoral *Gaudium Et Spes* de 1965, ratificada nas Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín e Puebla (FERNANDES, 2000, p. 50), onde a Igreja é convocada a se posicionar perante as questões sociais no século XX:

[...] Difunde-se progressivamente a sociedade de tipo industrial, levando algumas nações à opulência econômica e transformando radicalmente as concepções e as condições de vida social vigentes desde há séculos. Aumentam também a preferência e a busca da vida urbana, quer pelo aumento das cidades e do número de seus habitantes, quer pela difusão do gênero de vida urbana entre os camponeses. [...] Grandes discrepâncias surgem entre as raças e os diversos grupos sociais; entre as nações ricas, as menos prósperas e as pobres;

finalmente, entre as instituições internacionais, nascidas do desejo de paz que os povos têm, e a ambição de propagar a própria ideologia ou os egoísmos coletivos existentes nas nações e em outros grupos. (GS 6; 8).

Daqui nascem desconfianças e inimizades mútuas, conflitos e desgraças, das quais o homem é simultaneamente causa e vítima. Realidade vivida de forma eficaz na chamada América Latina, tendo como um dos principais expoentes os teólogos da libertação que trataremos na continuidade de nosso trabalho.

No tocante a Igreja, em particular da Paraíba, se destaca a atuação do Arcebispo Dom José Maria Pires, que sempre se colocou ao lado dos mais pobres que se encontravam na cidade e no campo. Apesar de ter chegado ao bispado da Arquidiocese apenas em 1966, desde sua chegada, buscou cumprir sua missão entre os filhos e filhas de Deus, tendo se destacado na atuação junto aos mais pobres.

Para conseguir alcançar e realizar sua missão, Dom José Maria Pires, utilizava seu ministério para mediar ações que visava beneficiar os que delas necessitavam. Sabendo que a igreja não podia agir sozinha nessa missão, buscava parceria com as áreas governamentais, sindicatos, ordens pias e outros órgãos que compunham a sociedade paraibana e nacional.

Sua luta contra o desemprego o levou a se juntar muitas vezes a donos de empresas locais, na busca de financiamentos, junto a órgãos como a Sudene, visando sempre beneficiar aqueles que mais necessitavam, o homem do campo e o operário da cidade, lutando e resistindo com eles as agruras do tempo como demonstra a notícia (HOMENS..., 1975, Primeiro caderno, p. 1):

[...] uma comitiva de agricultores prejudicados teve um encontro com o arcebispo de João Pessoa, dom José Maria Pires, quando expulsaram a delicada situação e solicitaram também, a intervenção da Igreja para evitar

maiores consequências [...]. FERNANDES (2000, p. 111), também faz destaque a ação e participação efetiva de Dom José Maria Pires no processo de criação e organização das lutas do campo na Paraíba.

## **2.2 Teologia da Libertação (TL): a Igreja vai ao povo**

Procuramos um autor que retratasse a “Teologia da libertação” com muita propriedade, para que entendêssemos melhor o seu significado; daremos início com esta definição de que “A morte pertence à vida. É seu ponto culminante. Ela nos permite dar um salto para o outro lado de nós mesmos, invisível a nós, mas real”. (Entrevista de Leonardo Boff, 2018 – UNISINOS)

O Movimento pressupõe uma reflexão teológica que tem como proposta o comprometimento político da fé com a realidade histórica sob a perspectiva da luta por libertação das classes subalternas e que foi desenvolvida em um momento histórico-político da América Latina em revolução. A TL se apresenta como um elemento cultural em contraposição à sociedade capitalista visando oferecer eficácia política à fé. Tem como uns dos seus expoentes Gustavo Gutierrez, Leonardo Boff e José Comblin (NASCIMENTO, 2017, p. 30).

A Teologia da Libertação completa 48 anos, desde a sua criação. Surge em 1971, publicações sobre a mesma: Gustavo Gutiérrez com o livro “Teologia da Libertação, Perspectivas” e Leonardo Boff com “Grande Sinal”, em uma revista religiosa para fugir da opressão do regime militar. Nessa obra o autor faz uma análise dos 40 anos de ‘prática e reflexão libertadora.

A TL repensa as práticas religiosas assim como as políticas à luz da palavra da Revelação. Favorecia os oprimidos em meios à palavra de críticas e regras. Surgiu de um movimento com a mistura de interesses político e eclesial. Segundo Boff, ‘Ela

comparecia como palavra segunda, crítica e regrada, que remetia à palavra primeira que é a prática real junto e com os oprimidos.

Baseando-se na profecia de Simeão em relação ao menino Jesus, a Teologia da Libertação, “ela será motivo de queda e de elevação, um sinal de contradição (Lc 2,34). Para Boff é uma “teologia incompreendida, difamada, perseguida e condenada pelos poderes deste mundo”. É uma Teologia discriminada pela sociedade por optar pelos menos favorecidos, de baixa renda e viverem à margem do sistema capitalista, economicamente pouco rentável. A mesma é condenada por afirmar que o pobre pode construir um modelo de sociedade e de Igreja. Portanto, a igreja deveria acolhê-lo por sua condição de oprimido, a Igreja deveria associar a condição do pobre ao processo de libertação, evangelizando e praticando política.

A Teologia da Libertação, segundo Boff (2011) não cabe dentro de um sistema capitalista, numa sociedade reprodutora de pobreza em série e de opressão. Só permanecerá com resistência, perseguições, difamações e martírios, “ela poderá colocar cunhas por onde o pobre e o oprimido construirão espaços de liberdade”; a teologia estava na academia e a pastoral no meio do povo e dos operários.

Afirma, ainda, que Dom Hélder Câmara foi o primeiro a perceber que o nosso desenvolvimento significava um desenvolvimento do subdesenvolvimento” e que, por isso, era necessário conceber uma nova forma de ser Igreja que dessa conta das duras realidades de países periféricos.

Portanto, seguindo o pensamento dos autores acima citados, notamos que há uma dualidade de pensamento político; a Teologia da Libertação tem por objetivo conscientizar as pessoas do seu papel político na sociedade para que nela se possam realizar os bens do Estado e os seres humanos possam conviver como cidadãos livres e participantes.

Por outro lado, a TL configura como “tábua de salvação” para resolver problemas dos pobres, por encontrarem apoio às suas causas e lutas. Apesar de se sentirem acolhidos, não aceitam a posição do Vaticano e de alguns padres e bispos e fazem correlação às condições sociais, econômicas, políticas e



ideológicas de Jesus, que foi oprimido por suas ideias de liberdade.

## **2.3 Comissão Pastoral da Terra - CPT**

Várias organizações foram criadas pela Igreja Católica nas décadas de 50 e 60, na tentativa de unir os trabalhadores urbanos, direcionadas aos estudantes: Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC), E as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) direcionadas à população em geral. Nos anos seguintes, a Comissões de Justiça e Paz (CJP), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A criação da CPT vem reforçar os trabalhos dos agentes pastorais que atuavam na zona rural. Segundo Corso (1999), a CPT tinha por objetivos: estimular os cristãos na participação da situação político-social na transformação da sociedade, busca e apoio às lutas dos trabalhadores rurais; desenvolver uma conscientização evangélica comprometida com a justiça social; procurar valorizar a cultura dos oprimidos (CORSO, 1999).

Apenas no início da década de 80 a CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária) passa promover encontros periódicos de lideranças de agricultores familiares de âmbito local e regional, organizando lutas pela reforma agrária, desses acontecimentos surge o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, desse evento surge a fundação e a organização de movimento de camponeses sem terra para lutar por terra e pela reforma agrária. (STÉDILE, 1993).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi oficializada em 1975, durante a XIV Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Sua aprovação pela Igreja Católica se deu por vários fatores socioculturais e políticos. (VILLA LOBOS, 1993). Segundo Martins (1985), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), organização civil popular surgida na região Sul em 1984, surgiram a partir da CPT. Hoje, a “CPT apresenta-se nos conflitos de terra através de intermediação entre a luta pela terra e a sociedade”.

## **2.4 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)**

Até 1964 foram instituídos 24 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), apenas dois não tiveram a participação de padres, isso mostra a influência da igreja na população em geral que ajudou no combate ao desmonte dos sindicatos e atuação contra perseguições durante o período de articulação instauração do golpe militar (CARVALHO, 2006, p. 595).

O Movimento Sem-Terra sofreu retaliações durante o Regime Militar do Brasil: “a ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura”. O regime ditatorial, além de proibir a liberdade de expressão, reuniões e organizações, com a implantação do Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5, a todos os brasileiros, implantou uma reforma agrária excludente, com maquinários modernos e trabalho seletivo.

Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nessa área (Alto Uruguai) como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois traz muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nós criamos no trabalho na lavoura e é isto que sabemos fazer (MST, 2015).

O Movimento Sem Terra é uma organização de famílias, participativa e democrática, espalhada em 5 regiões do Brasil, expandida a 24 estados, formada por 359 mil famílias, que tiveram seus assentamentos conquistados na justiça por meio do engajamento político e social. Tal estrutura é mantida em todas as unidades regional, estadual e nacional. Se promove uma

abertura da participação da mulher em suas decisões, um homem e uma mulher e todos têm direitos a votar, jovens e adultos, homens e mulheres. A cada cinco anos são realizados Congressos Nacionais, espaço em que todos avaliam e atualizam deliberações do Congresso. “Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária” (MST, 2015).

O MST, em âmbito nacional, desde a sua efetivação em 1984, articula e organiza eventos que venham garantir os direitos sociais de seus membros. Participam, ainda, do Fórum Nacional da Reforma Agrária, da Coordenação dos Movimentos Sociais e de ações relativas a conjunturas. E, internacionalmente, é integrante da Via Campesina, que une movimentos sociais do campo dos cinco continentes. (FERNANDES, 2000, p. 33-50)

Para fins de reforma agrária, a **lei de desapropriação**, garantida pela Constituição de 1988, instituída pelo **Plano Nacional de Reforma Agrária**, sob o decreto de lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, reformulado pela Constituição, o qual assegura o direito da União à desapropriação de terras ditas particulares, consideradas improdutivas, em decorrência da utilidade pública, especialmente para fins de Reforma Agrária, podendo haver também outras prioridades de utilidade por parte da União (INCRA, 2019).

Há duas vertentes na reforma agrária, de um lado que a terra conquistada seja de propriedade coletiva, pensamento socialista e comunista. Por outro lado, uma conquista de maneira ilícita com grandes conflitos para conseguir uma propriedade privada dos solos (DANTAS, 2011). Isto é, as propriedades rurais podem ser adquiridas por intervenção do Estado ao desapropriá-la, visão não compartilhada pelas lideranças desses movimentos sociais.

Na Paraíba o marco inicial, das ações do MST, se deu com a **ocupação**<sup>44</sup> da fazenda Sapucaia no município de Bananeiras em abril de 1989. Quatro depois da aprovação do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária). (FERNANDES, 2000, p. 80 e 111)

### **3 As Ligas Camponesas e o Golpe de 1964**

Em 1963, as ligas se estruturaram de maneira uníssona e ficou conhecida por Ligas Camponesas no Brasil, tiveram o apoio de várias organizações na tentativa de dar força política ao movimento que fosse suficientemente forte para se contrapor ao reformismo.

A série de acontecimentos em 31 de março de 1964 culminaram com o Golpe em 1º de abril do mesmo ano, que deu fim ao governo do presidente João Belchior Marques Goulart (Jango), que havia sido eleito democraticamente vice-presidente do PTB, na mesma eleição que conduziu Jânio da Silva Quadros do PTN à presidência, apoiando pela UDN. O golpe estabeleceu um regime alinhado politicamente aos Estados Unidos, acarretando profundas modificações na organização política, econômica e social do Brasil.

#### **3.1. Ligas Campesinas**

O homem do campo luta por direitos à terra para trabalhar, produzir e viver com a família, com a permissão dos latifundiários viviam em terras alheias desde a época da escravidão. Carvalho (2006), para distinguir camponês de camponeses, define,

Camponesas aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas de reprodução social a partir da produção rural, de tal modo que não se diferencia aqueles

---

<sup>44</sup> Termo utilizado pelo MST para denominar o ato de entrada na terra para reclamar a posse para uso social, grifo nosso.

que decidem o que e como fazer (família) daqueles que usufruem o produto de seu trabalho[...] também, os camponeses-proletários: os assalariados permanentes, temporários, assim como os trabalhadores rurais sem-terra acampados (CARVALHO, 2006, p. 1).

Em meado da década de 50, Francisco Julião conseguiu aglomerar um grande número de trabalhadores rurais na luta pelos direitos do homem do campo e da reforma agrária, sempre enfrentando a repressão policial e a reação dos usineiros e latifundiários, em apoio ao movimento criado por João Pedro Teixeira.

As Ligas Camponesas surgem no Nordeste do Brasil no final da década de 50 como movimento mais expressivo de Reforma Agrária, devido as condições de vida da população camponesa que era de extrema pobreza. Cerca de “70% da população eram de analfabetos e havia uma elevada taxa de mortalidade infantil, de 100 crianças nascidas vivas, metade não chegava a 1 ano de vida”. (ANDRADE, 1964, p. 246).

Em 1956, As Ligas Camponesas, chega no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, no Estado de Pernambuco, como pequenos grupos reivindicatórios. Esses Grupos eram formados pelos agricultores, empregados dos engenhos açucareiros da Zona da Mata. O político Francisco Julião, deputado e advogado não foi o fundador das Ligas Camponesas, mas com o apoio do Partido Comunista (PC) e de setores da Igreja deu notoriedade às mesmas. Com o passar dos anos, as Ligas Camponesas foram ganhando espaços e as ideias se espalharam em mais de 30 municípios vizinhos.

O avanço da monocultura da cana-de-açúcar e outras lavouras contribuíram com a expulsão do homem do campo. Os conflitos aconteciam devido a “profunda mudança nas relações de produção no interior do sistema canavieiro, tendo por base a expropriação completa e definitiva do produtor direto e a sua expulsão da terra”. (AZEVEDO, 1982, p.44)

[...] Quando chegamos (Elizabeth e João Pedro) em Barra de Anta, eu ainda não tinha nem conhecimento de que João Pedro já tinha aquele espírito de luta. João Pedro andava nos engenhos Anta, Melancia, Sapucaia, que ficava mais próximo a nossa casa, tomando conhecimento como aqueles trabalhadores daqueles engenhos sobreviviam, daquelas fazendas, e viu uma situação difícil (MOREIRA, 2011, p. 91).

Na Paraíba, o movimento tomou força com a fundação das Ligas Camponesas de Sapé (Associação do Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé), em fevereiro de 1958, tida como a mais poderosa em nosso país, na qual os trabalhadores rurais conseguiram eliminar a exploração do trabalho “cambão”, punição de um dia gratuito de trabalho para os trabalhadores rurais que cultivassem outra terra, além da desapropriação de alguns latifúndios. Seria, ainda, “o ‘cambão’, a sujeição, o furto da vara, o vale do barracão e, ainda mais, a honra das suas jovens filhas” (MOREIRA, 2011, p. 88).

A região de Sapé, na Paraíba, foi marcada por ser uma região de muitos engenhos, usinas e de uma grande massa de trabalhadores rurais, pobres sem-terra nem renda, os quais encontravam na própria organização apoio para resolução de seus problemas. Com o Golpe Militar de 1964, essas violências se agravaram de forma desumana e por ganância tinha o aval do proprietário, que não interferia e a repercussão, atingindo conhecimento mundial.

Com a repercussão internacional, a Liga se tornou o maior movimento social de camponeses do Brasil, despertando o olhar de muitos latifundiários que tinham o auxílio da força policial, gerando derramamento de sangue, concretizando seu agravamento com o Golpe Militar de 1964.

Durante o período da Ditadura Militar de 1964, Julião e seus principais líderes foram presos e condenados. O objetivo

dos militares era enfraquecer e desarticular o movimento camponês. O lema das Ligas Camponesas é “reforma agrária na lei ou na marra”, influenciando grupos e pessoas que lutavam pela justiça social e reforma agrária, a exemplo das Ligas, hoje temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Extintas logo após o golpe militar, de março de 1964, a história das Ligas Camponesas está retratada no documentário “Cabra Marcado para Morrer”, de Eduardo Coutinho, originada do poema de Ferreira Gullar.

### **3.2. João Pedro Teixeira (1918-1962) e o Golpe de '64**

João Pedro Teixeira, paraibano, natural de Guarabira – PB, filho de agricultores e cresceu em meio à luta pela terra. Com o ensinamento de seu pai aprendeu e lutou contra a maneira de trabalho escravo que se submetiam os camponeses e, sua revolta contribuiu para que o mesmo se envolvesse em um conflito na propriedade, a qual seu pai era arrendatário. Ele era evangélico, de temperamento calmo, letrado, apesar de ser semianalfabeto de escolaridade, trabalhador de uma pedreira no município de Sapé-PB, nas horas de folgas fazia compras na mercearia do pai de Elizabeth, latifundiário, onde a conheceu.

Mesmo contra a vontade do pai, Manuel Justino, Elizabeth casou-se com João Pedro e saíram de Massangana e foram morar de aluguel em Recife-PE, as dificuldades aumentaram e retornaram à Sapé-PB, em 1954, a pedido de um irmão de Elizabeth e foram morar em um sítio do pai de Elizabeth, localizado em Barra de Antas, onde começara um plantio e João Pedro foi formando a sua opinião sobre o homem do campo a partir de sua vivência, começou fazer contato com o povo da redondeza, articular reuniões em sua própria casa e fundou uma associação.

Eu participei das Ligas Camponesas porque meu marido, João Pedro Teixeira, foi quem fundou a Liga Camponesa em Sapé, na

Paraíba. Ele fundou em 1958. Na época, o homem do campo dos engenhos, das fazendas estavam todos se associando (Elizabeth Teixeira – depoimento, PASSOS, 2007).

O movimento criado por João Pedro Teixeira começou a incomodar os latifundiários, que passaram a intimidá-lo, mandando seus capangas darem tiros em volta de sua casa, porém, isso não afetou o propósito de João Pedro e nas reuniões com os camponeses reforçava que não podiam desistir de suas lutas. Em 2 de abril de 1962, ao retornar de João Pessoa, foi surpreendido numa emboscada e recebeu vários tiros que o levou ao óbito.

O Documentário (CABRA..., 1984) foi produzido para relatar a vida de luta de João Pedro Teixeira, líder e fundador das Liga Camponesa de Sapé-PB, assassinato em 02 de abril de 1962, sua filmagem teve início em 1964 e foi concluída em 1984. João Pedro foi interpretado no filme por trabalhadores rurais e sua esposa pela própria Elizabeth Altina.

#### **4. Considerações finais**

O artigo foi reforçado com textos e relatos de fatos reais, registrados em livros, documentários e entrevistas com Elizabeth Teixeira que mostra em seus depoimentos a vivência da luta de João Pedro Teixeira contra os latifundiários, em outros registros que dão conta da postura da Igreja Católica que ora se opusera aos movimentos por causa do poder e depois torna-se uma grande aliada, vindo de encontro ao Governo e conseqüentemente sofrendo retaliações, também, por parte do governo no Golpe Militar de 1964.

Disto depreendemos que a religião pode ser entendida como um sistema institucionalizado ou não, de interesse de



determinado grupo social, não necessariamente instituído, e que se revela das mais diversas formas e estilos. É parte da cultura de um povo (NASCIMENTO, 2017, p. 36).

No entanto, podemos dizer que o movimento das Ligas Camponesas e o MST, por meio de suas lideranças, conseguiram conquistar alguns direitos a favor do homem do campo, oficializar Estatutos, promover a sindicalização rural e pequenas melhorias nas condições de trabalho. Constatamos, ainda, que apesar da resistência e continuação da luta do homem rural por terra, décadas se passaram desde a criação das Ligas, porém as injustiças sociais e os crimes contra os camponeses continuam acontecendo, a única diferença se constata que na época do João Pedro Teixeira os crimes aconteciam na calada da noite. Hoje os crimes são cometidos à luz do dia, a exemplo do “Massacre de Eldorado dos Carajás”, no sul do Pará, onde assassinaram 19 integrantes do movimento.

Que por mais tácita que seja, ela releva a intencionalidade de certos grupos; já os leigos envolvidos em tal manifestação religiosa intuitivamente e sem qualquer intencionalidade terminam por aliviar suas angústias ao esperar uma inversão das regras e do domínio do opressor. (NASCIMENTO, 2017, p. 40)

O artigo apresentou o papel da Igreja Católica no golpe militar, a criação e organização das Ligas Camponesas, a importância da religiosidade em meio às lutas e entraves antes e após o Golpe Militar do Brasil de 1964. Vimos que o Nordeste brasileiro é sobrecarregado em sua história de um povo sofrido e de lutas pela Terra.

Nessa perspectiva de estudo, percebe-se que a religião serviu como instrumentalização<sup>45</sup> para a atuação das Ligas Camponesas e do MST numa compreensão do processo das relações sociais do homem da zona rural brasileira, das questões e lutas da Reforma Agrária no Brasil e a ação da Igreja institucionalizada, que ao perceber que perdia adeptos e poderes, agiu contrário ao homem do campo. Depois pensaram em mudanças e fundaram as Comissões de Pastorais da Terra, enfrentando o regime Militar e o Golpe de 1964, sofrendo, também, retaliações e perseguições.

Como aconteceu na década de 50 e 60, o homem do campo nos anos vindouros não tiveram sossego, mas continuavam sendo oprimidos e perseguidos. Mas assim como o Povo Hebreu, foi na sua fé que os camponeses buscaram força para ressitir e viam no agir de bispos como Dom José Maria Pires, Dom Lamartine e Dom Helder, de João Pedro Teixeira, Julião e tantos outros, um sinal que Deus não os abandonou e caminhava com eles.

Vede, eu vos entrego a terra: entrai e tomai posse da terra que o senhor jurou dar a vossos pais, Abraão, Isaac e Jacó e à tua descendência depois deles [...] Trazei aqui, de vossas tribos, homens sábios, inteligentes e experimentados: eu farei deles vossos chefes (TEB, Deuteronomio, 1, vs 8, 12-13).

Textos, como o acima citado, tem servido de “ferramenta”, de canal linguístico literário para justificar e responder os dilemas existenciais dos agentes religiosos e dos camponeses envolvidos nas questões sociais ligados a terra. Para estes, a Terra é um bem sagrado herdado de uma herança divina e que estes serão guiados por líderes sagrados consagrados para

---

<sup>45</sup> Não encontramos elementos prévios para assegurar uma intencionalidade de ação direcionada para tal fim. Nem nos propomos a fazer tal pesquisa.

tal finalidade. É uma nova Canaã dos tempos presente. Uma ressignificação do texto bíblico.

E, por fim, ressaltamos que a vivência religiosa, a espiritualidade e o ethos religioso foram elementos essenciais para as mudanças sociais e de resistência ocorridas no campo durante as últimas décadas do século XX, promovida por um viés social envolto num caráter religioso nem sempre institucionalizado. Promoveu a alfabetização, suscitou lideranças sociais, fomentou a solidariedade entre os menos favorecidos economicamente, formaram comunidades e definiram seus códigos morais e éticos.

## Referências

ANDRADE, Manoel C. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BENEVIDES, C. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BOFF, Leonardo. **40 anos da Teologia da Libertação**. Disponível: <  
<https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>> acessado em 15 de setembro de 2019.

**CABRA Marcado Para Morrer**. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Zelito Viana. Intérprete: Eduardo Coutinho, Ferreira Gullar, Tite de Lemos. Roteiro: Eduardo Coutinho. Fotografia de Fernando Duarte. Gravação de Centro Cultural de Cultura da UNE. Rio de Janeiro: Globo Vídeos, 1984. DVD's.

CANCIAN, Renato. **Ditadura militar: o papel da Igreja católica**. Pedagogia & Comunicação. Disponível em: <

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-2-o-papel-da-igreja-catolica.htm>>  
acessado em 03 de setembro de 2019.

CARVALHO, Horário Martins. **Quem são os camponeses e as camponesas?** Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo - CLOC. Encuentro Masivo de Formación de Militantes del Cono Sur. Asunción, 8 a 12 de octubre de 2006. 4p. mimeografado.

CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES. Documentos do Concilio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Paulus, 1997.

CORSO J. C. **A mística da terra: um estudo sobre a Romaria da Terra.** Rio Bonito do Iguazu – PR - 1997. Dissertação de Mestrado em História. Unicentro/Unesp. Guarapuava: 1999.

ELIADE, MIRCEA. **Tratado de História das Religiões.** Trad: Tomaz, Fernandez et Natalia Nunes. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis. RJ: VOZES, 2000.

**HOMENS derrubam Igreja e amedrontam a população.** Diário de Pernambuco, Recife, ano 1975, n. 158, 14 jun. 1975. Primeiro caderno, p. 1-10. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&PagFis=71201&Pesq=Dom%20José%20Maria%20Pires](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&PagFis=71201&Pesq=Dom%20José%20Maria%20Pires). Acesso em: 19 set. 2019

INCRA. **História da reforma agrária.** Disponível: <<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acessado em 04 de setembro de 2019.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensaios de interpretação peruana**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Emilia. TARGINO, Ivan. MENEZES, Marilda. **AS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA: um relato a partir da memória dos seus protagonistas**. Seminário Memórias do Campo – UNICAMP, 2011. Disponível em : <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/962>, acessado em 01 de setembro de 2019.

NASCIMENTO, Diógenes Faustino do. **O Imaginário da Libertação pela caridade: Ibiapina e as missões de Santa Fé na Paraíba**. 2017. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Ciências das Religiões – CE/PPGCR). PARAÍBA: UFPB, 2017. CDU 2-853(043)

PASSOS, Edésio. **As Ligas Camponesas e a história da luta pela terra**. Disponível: <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/as-ligas-camponesas-e-a-historia-da-luta-pela-terra/>>. Acessado em: 24 de agosto de 2019.

PINTO, Tales dos Santos. **As Ligas Camponesas**. Disponível: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/as-ligas-camponesas.html>>. Acessado em 26.08.2019.

STÉDILE J. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

TEB. **Tradução Ecumênica da Bíblia**. São Paulo: Loyola, 1994.

VILLA LOBOS, J. U. G. **A Comissão Pastoral da Terra (CPT): Notas da sua atuação no Estado do Pará**. Revista Unimar, Maringá, 1993.

---

Parte III  
Ensino Religioso

---

## Capítulo IX

### **As contribuições sociais oferecidas pelo ensino religioso aos direitos humanos**

*Alan Nickerson Alves<sup>46</sup>*

*Diógenes Faustino do Nascimento*

Estamos vivendo numa era moderna, um período totalmente diferente na história da humanidade, em virtude dos avanços tecnológicos, das mudanças políticas e sociais, da separação entre igreja e Estado, o que deve orientar o ensino religioso do presente momento, uma disciplina que deve ser compreendida socialmente sob o prisma de uma missão renovadora, pois devemos entender que em sua bagagem há conteúdos de grande importância no âmbito escolar, e que pode contribuir para a garantia das liberdades dos direitos civis e também um atendimento às necessidades humanas dos indivíduos, dando-lhes o pleno direito a sua liberdade de fé e pensamento.

O fenômeno religioso ao se qualificar por essência, sendo uma produção cultural humana, vai terminar por transmitir valores de existência, de moralidade e de vivência social para as pessoas, ou seja, ao pensarmos num ensino religioso sem viés proselitista<sup>47</sup>, compreendemos sua colaboração social configurada na questão de sua utilidade, já que a referida disciplina vai ser um veículo de intervenção educativa para desenvolver a compreensão de que há entre nós uma diversidade.

---

<sup>46</sup> Lista de Colaboradores

<sup>47</sup> O proselitismo se trata de uma ação ou empenho de tentar converter uma ou mais pessoas em prol de uma determinada causa, doutrina, ideologia ou religião.

No contexto atual, entendemos que se trata uma necessidade inserirmos esta noção nos pensamentos dos indivíduos, para que seja possível desenvolver uma convivência pacífica entre as pessoas que possuem crenças religiosas distintas, isto é, torna-se de suma importância o acolher o diferente e a sua valorização quanto à dignidade da pessoa humana.

No território brasileiro, podemos detectar um pluralismo religioso, e por conta disso, faz-se necessário uma disciplina como esta, que ao ser inserida no ambiente educacional, deve manter sincronia com princípios da ética e da responsabilidade para com o direito humano de liberdade de pensamento. Esta ação pode contribuir para o desenvolvimento dos alunos quanto a suas formações como seres humanos, pois um ensino pautado na ótica social da tolerância, pode se tornar um meio que poderá promover nos indivíduos aquela necessária postura de se distanciarem de comportamentos antissociais influenciados por fundamentalismo religioso.

Nas *actas del* colóquio UNESCO(1992) afirma-se que os direitos humanos não se produzem no isolamento, mas sim na relação, pois a riqueza e a peculiaridade estão na diferença, isto é, temos que fazer da escola um espaço para forjarmos homens livres, democráticos, participativos e com capacidade de expressar sua realidade.

O uso da docência, neste caso, trata-se de preparar as condições necessárias que tornam possíveis novas estruturas sociais, pois se estamos querendo educar as futuras gerações para a postura democrática, então será imprescindível que nossos alunos estejam inseridos em uma instituição na qual ocorram relações igualitárias.

Dessa maneira, a escola não deve ser interpretada apenas como aquele lugar onde apenas se ensinam conhecimentos e transmitem-se conteúdos, mas também deve ser caracterizada como o espaço onde as pessoas irão aprender a viver normalmente com as diferenças individuais.



## **1 O Ensino Religioso e sua função humanizadora na perspectiva da contemporaneidade**

O mundo contemporâneo encontra-se configurado sob os moldes da secularização<sup>48</sup>, de sorte que para vivermos imersos nesta realidade, temos como dever inserir nas escolas públicas, uma forma de ensino religioso ancorado nesta nova perspectiva, pois em tempos passados observamos que aqui no solo brasileiro a religião chegou a deter uma grande influência que chegou a dominar em grande proporção o meio social, inclusive na própria escola, caracterizado na questão de que os ensinamentos existentes no ambiente da sala de aula, se tratando do ensino religioso, estavam apenas para servir a confirmação da existência de apenas um mundo religioso, sendo o da religião cristã.

O Brasil na constituição atual está definido sob o conceito de ser uma nação laica<sup>49</sup>, por esta razão, acreditamos haver certa necessidade de que o ensino religioso, também venha formular uma coexistência que insira outras formas de concepções de mundo religiosas, além do que se é oferecido através da fé judaico-cristã. Torna-se direito de todos, terem nas escolas, um ensino que possa abranger a noção de que há entre nós uma diversidade de fé, pois se entende que na era moderna em que vivemos é necessário construirmos a ótica humanitária de que nenhuma religião pode mais impor via Estado, a sua forma de compreensão do mundo às pessoas.

A escola pública brasileira nos dias atuais deve ser entendida como aquele lugar que promoverá o diálogo com a finalidade de trazer a nossa compreensão, um melhor aprimoramento sobre a questão da diversidade dos variados saberes transmitidos pelas religiões, pois isso nos conduz em direção a um novo paradigma para a configuração dos conteúdos

---

<sup>48</sup> Este processo representa o fato de que setores inteiros da sociedade foram subtraídos à autoridade das instituições e dos sistemas religiosos.

<sup>49</sup> Significa ser uma nação com uma postura neutra no campo religioso, sem apoiar ou discriminar nenhuma crença religiosa.

que estarão presentes nessa matriz curricular. O ensino religioso se trata de um componente curricular que visa discutir a diversidade e a complexidade do ser humano como pessoa aberta às diversas expectativas do sagrado presente nos tempos e espaços histórico-culturais (OLIVEIRA, 2007, p.75).

O pluralismo religioso presente no Brasil precisa ser compreendido para todos que fazem parte do ambiente educacional(professores/gestores/alunos), como sendo um traço de grande riqueza para o nosso Brasil, caracterizado na questão de que o nosso ensino religioso servirá como uma espécie de ponte que causará uma interpenetração as variadas visões religiosas, onde em ambiente escolar, teremos a direção de caminhar no sentido do conhecimento visando fortalecermos a compreensão que teremos ao abordarmos as diferentes religiões, pois entendemos ser possível estabelecermos relações humanitárias positivas e sem discriminação. A religião vai representar para nós um conjunto de valores únicos, já que por meio de suas tradições e formas de expressão cada povo pode manifestar plenamente sua presença no mundo (SERRANO, 2002, p. 51).

A escola que devemos ter no mundo moderno deve ser aquela instituição que promova práticas direcionadas ao favorecimento do desenrolar das etapas de aculturação que favoreçam a ideia de pluralidade entre professores e alunos, já que na atualidade, o diálogo inter-religioso trata-se de um elemento de fundamental importância para se inserir no âmbito de uma sociedade qualificada como plural o conceito de tolerância, pois interpretamos que sua falta no meio social, trará para qualquer país a perseguição e, por consequência, o autoritarismo baseado em visões fundamentalistas alimentadas pelo fanatismo religioso:

A liberdade se torna a condição para a tolerância, esta surge quando nos importam as diferenças existentes entre as pessoas e nós a aceitamos como um enriquecimento,

ou seja, se trata da constatação positiva do valor da diferença como única forma de garantir a consciência plural, na forma de condutas de flexibilidade e autocontrole (SERRANO, 2002, p. 50).

Ao falarmos da formação histórico-cultural brasileira, sabemos que esta foi fortemente caracterizada pela miscigenação<sup>50</sup>. Então, torna-se necessário que haja no âmbito educacional, a construção de dinâmicas sociais mais inclusivas, orientadas para minimizar as tensões e conflitos de fundo religioso. Esta perspectiva não surge somente por razões pedagógicas, mas também por motivos políticos, ideológicos e culturais, onde a finalidade de humanização, oferecida a nós pelo ensino religioso, visa atender de modo mais adequado, aos grupos religiosos marginalizados.

Para trabalharmos o humano em nível individual, temos esta disciplina entendida sob o prisma de promover o diálogo no interior de cada pessoa, em meio às diversas influências religiosas a que está submetida, por muitas vezes em conflito ou nem sempre fácil de serem harmonizadas. Já quando trabalharmos o humano em nível social, esta disciplina trata de orientar processos, que têm por base trazer as mentes, que reconheçam a diversidade religiosa e que seja combatido tanto a discriminação como a desigualdade.

O ensino religioso partirá do princípio de ser um meio de auxílio aos alunos, para que estes venham ter uma visão mais ampla sobre o mundo no qual estão inseridos, onde a finalidade será a de conseguirmos concretizar uma espécie de ressignificação das compreensões que eles possuem sobre os fenômenos religiosos, pois há de se considerar que se trata de uma grande virtude para a humanidade se colocar em sala de aula a diversidade em plena comunhão. A escola se caracterizará

---

<sup>50</sup> Processo onde há uma mistura de raças, de povos de diferentes etnias, ou seja, relações inter-raciais.

como aquele lugar que estaremos edificando o pensamento de todos que a compõe, sobre a questão de rejeitarmos a discriminação, seja esta racial ou étnica, e também a da esfera religiosa, isto é, se trata de suma importância termos o entendimento de que atitudes geradas por fundamentalismo religioso sempre serão perigosas a ordem social que queremos para o século XXI.

Nesta ótica, os direitos humanos estabelecem princípios aos governos que devem ser transformados em ações que visem proteger as liberdades individuais, de sorte que esta área do conhecimento vai estar comprometida com a solidariedade ao tratar das diversas crenças religiosas, já que se trata como necessária, termos uma prática de reflexão e de consideração pelas diferentes perspectivas culturais. A principal característica deve ser a postura de oferecer acolhimento com o objetivo de dar visibilidade às várias formas de expressões religiosas, ou seja, ao se falar em ambiente escolar, as diversas vozes devem ser ouvidas, no sentido nos disponibilizar uma variedade de visões e experiências históricas, ou seja, a chance de acesso a mais conhecimentos sobre as culturas que fazem parte da sociedade brasileira.

Respeitar o direito de fé do outro (ou o direito de não crer) é uma postura de justiça que devemos ter como finalidade a ser alcançada, visto que enxergamos como uma coisa bastante necessária na sociedade atual em que vivemos. O ensino religioso que queremos, terá como principal pilar de sustentação a postura de incluir em sua bagagem a diversidade religiosa, onde enxerga-se como prioridade existir uma abordagem de forma intercultural onde se promova um novo leque de reflexões a respeito da humanidade. Assim, seu principal objetivo consistirá em guiar os alunos para absorverem conhecimentos que gere nos mesmos respeito e desenvolverem atitudes solidárias quanto ao tratamento às outras religiões, ou seja, trata-se de submeter os alunos a um processo de ensino cuja base está na preservação dos direitos humanos e no reconhecimento dos diversos mundos religiosos, uma vez que é preciso levá-los a concepção de que todos possuímos o direito de sermos diferentes.

Para aprendermos a respeitar os direitos individuais de cada pessoa, é necessário estimularmos a prática de amar os outros do jeito que são, ou seja, temos que nos despir de qualquer tipo de preconceito religioso, tomando por base em nossa orientação pedagógica no espaço escolar, a questão de tornar os alunos capazes de conviver de maneira respeitosa com todos os tipos de indivíduos em seu cotidiano:

Construir sistemas educacionais abertos à diversidade é, hoje, um grande desafio no campo da educação. Nesse sentido, é oportuno que nós reflitamos acerca de nossas práticas pedagógicas, pois circulam em nossas escolas pessoas com características diversas, as quais necessitam ser respeitadas em suas diferenças, e ao mesmo tempo, devem ser desafiadas a desenvolver, tanto quanto possível, suas capacidades (MARQUES, 2008, p. 67).

A partir dessa compreensão, vamos trazer a ideia de que temos a nossa disposição, uma disciplina que poderá oferecer uma contribuição significativa para podermos ter uma forma de compreensão mais aberta no tocante a religiosidade humana. Para tanto, torna-se fundamental trazer para escola, um espírito de respeito em relação às crenças alheias, isto é orientamo-nos pela hipótese de que por auxílio de uma postura pedagógica, é que será possível surgir nos alunos o desejo de conhecer mais a respeito da totalidade da vida e também das coisas que os cercam, já que podem encontrar de forma explícita nesta disciplina, conteúdo que vão abordar as múltiplas formas de saberes culturais que se nutrem das várias tradições religiosas que existem no mundo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96, dispõe sobre a importância da formação de um cidadão ativo e crítico. A partir daí vamos chegar no

entendimento de que o ensino religioso tem sua porcentagem de auxílio para esta formação, já que ao abordamos a tolerância religiosa no âmbito educacional, cremos estar falando sobre a questão de que precisamos adquirir cada vez mais, o desenvolvimento de noções importantes para o crescimento dos indivíduos em seu meio social. Por isso, essa disciplina pode oferecer a experiência do exercício do diálogo entre os diversos conhecimentos provenientes das tradições religiosas, na perspectiva de possibilitar uma busca constante no melhoramento da qualidade nas relações humanas.

O ensino religioso trabalhará com a meta, de oferecer a garantia, que todos os alunos tenham a possibilidade de estabelecer um diálogo, isto é, para vivermos em uma sociedade com várias crenças religiosas, se faz necessário um enfoque pluralista da aprendizagem. A aplicação de um método tendo como finalidade de obter dos alunos uma visão intercultural no âmbito da fé constitui-se como um potencial para enfrentarmos de maneira positiva todo tipo de diferenças humanas, tornando-os dessa maneira, pessoas capazes de exercerem a tolerância religiosa, e com aptidões para se conviver socialmente.

Neste sentido, precisamos entender que estamos vivendo num mundo que passa por profundas transformações, e a partir desta constatação, podemos enxergar o aparecimento desta disciplina como novidade e esperança, pois pode ser utilizada como uma forma que mobilize as melhores energias e criatividade para podermos desenvolver aquela sociedade diferente da que temos atualmente, ou seja, mais humana e solidária.

Na sociedade atual, compreendemos ser preciso haver uma valorização da capacidade do “gerar diálogo”, e a formação de uma atitude crítica ocupa um valor significativo, sendo essa uma tarefa de comunicação, isto é, de convivência. Olhando para o futuro, o ensino religioso pode facilitar o contato com outro, o que torna importante oferecer uma disciplina como essa no ambiente escolar, onde a mesma será um canal de participação por meio do qual os alunos podem opinar sobre diferentes aspectos religiosos de seu interesse. Num espaço de sala de aula

complexo, cheio de riscos e incertezas, a escola necessita agir de modo distinto, ou seja, devem aspirar à reconstrução crítica do conhecimento por meio da edificação da autonomia pessoal do estudante, cultivando o uso do diálogo conciliador de opiniões.

O mundo moderno vem passando por uma transformação devido à grande influência da globalização<sup>51</sup>. A partir de então, compreendemos não ser possível se identificar com o global e universal, se não formos capazes de nos identificar e valorizar a religião e o meio particular de cada um. O processo da globalização faz com que a sociedade moderna caminhe num ritmo muito rápido com vista a mudanças em sua estrutura, modos de vivência, valores e atitudes. É nesse meio que procuramos introduzir no espaço educacional o ensino religioso, cujo objetivo se constitui na tentativa de dissipar qualquer manifestação de discriminação entre as tradições religiosas. Por isso, o ensino religioso vai se orientar na perspectiva de criação de um mundo social que venha a emergir com toda a sua diversidade, pois é entendido que:

Toda educação intercultural começa pelo respeito e pelo cultivo dos autênticos valores individuais e progressiva superação de anti-valores até que se sinta cidadão do universo, acima de quaisquer barreiras e fatores culturais, com isso poderemos construir um autêntico diálogo que, no mundo atual, revela-se cada vez mais necessário (SERRANO, 2002, p. 100).

O ensino religioso terá em sua configuração um foco principal determinado, que é o de influenciar a orientação dos alunos dentro da escola, sobre a necessidade deles renunciarem

---

<sup>51</sup> Entendemos o fenômeno da globalização como um dos processos de aprofundamento internacional da integração econômica, social, cultural, política, que teria sido impulsionado pelo barateamento dos meios de transporte e comunicação dos países no final do século XX e início do século XXI

a violência religiosa, onde dessa forma, os mesmos poderão obter um espírito aberto para que se compreenda a fé religiosa do outro, já que serão levados a desenvolverem ações que estejam bem distantes de qualquer arrogância nas suas falas sobre as visões religiosas. O sistema educacional possui uma grande importância na concretização de relações intercomunitárias e respeitadas entre as pessoas, ou seja, as políticas educacionais do século atual precisam estar atentas para a questão de que a nossa sociedade está se tornando, a cada dia que passa, um espaço de diversidade cultural, ou seja, a educação configura-se como elemento essencial na constituição de sociedades plurais, onde se torna uma exigência para nossa atualidade a edificação de uma educação para obtermos a tolerância.

Será através do uso adequado do ensino religioso que buscaremos o tão sonhado êxito social, pois é compreendido que a paz é um dos principais valores da existência humana, isto é, temos em nosso pensamento, que a tolerância vai se qualificar como o novo nome da paz, pois somente a sua presença pode trazer a igualdade e a reciprocidade nas relações. É necessário aprendermos na escola a ética da paz religiosa, que pode ser obtida com a criação de condições de liberdade e de igualdade nos direitos de expressar suas convicções de fé.

## **2 O professor de ensino religioso como promotor dos Direitos Humanos**

O ensino religioso se caracteriza como uma área do conhecimento científico, por esta razão, iremos qualificá-lo como um item instrumental que pode contribuir de maneira decisiva para que possa existir uma convivência pacífica entre pessoas com crenças religiosas diferentes. O docente responsável por ministrar esta disciplina vai se tornar o personagem encarregado de construir essa socialização entre indivíduos que possuem convicções religiosas distintas, cabendo ao mesmo através desta disciplina, trabalhar seus alunos como pessoas em suas



afetividades, suas percepções, suas expressões, seus sentidos, suas críticas, ou seja, em sua totalidade. O professor terá como tarefa pedagógica, oportunizar para o alunos, a construção de suas visões próprias sobre as tradições religiosas, tendo como principal objetivo levá-los à uma reflexão, onde os mesmos venham reconhecer que há no mundo uma diversidade religiosa, e oriente-os a fazerem uma revisão de si mesmos, onde serão guiados a enxergarem o universo da fé para que seja possível o estabelecimento de relações amigáveis com os outros:

Ao entrar em sala de aula, o docente penetra em um ambiente de trabalho constituído de interações humanas, onde concretamente, ensinar é desencadear um programa de interações com um grupo de pessoas, a fim de atingir determinados objetivos educativos relativos à aprendizagem de conteúdo, isto é, ensinar para o docente significa empregar determinados meios para atingir certas finalidades, embora ensinem a grupos, os docentes não podem deixar de levar em conta as diferenças individuais, pois são indivíduos que aprendem, e não os grupos(TARDIF, 2012, p. 129).

A política de combate ao preconceito religioso tem sido a maior bandeira levantada pelos professores fundadores do curso existente na Universidade Federal da Paraíba de Ciências das Religiões, onde a marginalização de certas religiões tem sido os assuntos mais discutidos. O Projeto Político-Pedagógico desenvolvido neste curso superior trabalha com a finalidade de formar docentes para esta área do conhecimento, pois para os dias atuais entendemos como necessário desarraigarmos essa ideia que ainda persiste em nosso meio que apenas minha crença religiosa é verdadeira e as outras são falsas.

Em nossa visão, entendemos que o processo educacional deve se caracterizar como uma ponte de preparação para o

futuro, ou seja, um semear para o futuro, onde o ensino religioso, neste caso, estaria enquadrado numa perspectiva futura de convivência harmônica para pessoas pertencentes a matrizes religiosas diferentes. Temos a proposta educativa inserida no âmbito do ensino religioso, com um chamado para que proporcione uma abertura respeitosa à identidade de todos os grupos, sob o preceito legal da postura ética ao tratar a vivência da pluralidade religiosa.

O educador encarregado desta área surge como alguém que se encontra num espaço diferenciado, podendo agir no sentido de estabelecer uma formação mais humanizada, pois suas aulas se tratam de uma amostra de conteúdos que dizem respeito ao sentido e a importância da vida, ou seja, seu trabalho se configura em provocar o diálogo com o diferente, estabelecendo assim, uma renovação no indivíduo que vai vivenciar essa experiência de encontro com o diferente.

É necessário educar as novas gerações na convivência, no respeito e na tolerância entre pessoas que vivenciam religiosidades distintas, ou seja, o ensino religioso possui o papel de desempenhar uma relevante preparação no tocante a aceitação da diversidade, no sentido de prevenção do preconceito e intolerância religiosa. O docente encarregado do ensino religioso terá como meta, ampliar a visão cultural que possuem os seus alunos, isso os ajuda a se descobrirem e a se entenderem a partir do desenvolvimento de uma nova visão, pois a partir do momento que tomamos o conhecimento de outras realidades culturais ou religiosas, isso irá ajudar-nos a compreender melhor a nossa.

O profissional que ministrar o ensino religioso tem como tarefa, o trabalho de desenvolver uma educação com vista à convivência, pois entendemos a escola como sendo um espaço que deve proporcionar o a habilidade de reconhecer das diferenças. Ao darmos ênfase, no ambiente escolar, sobre os conhecimentos proporcionados pelas trações religiosas, estaremos na verdade, firmando um pacto com a vida, havendo assim um estímulo à construção do conhecimento sustentado nas bases do respeito e da alteridade, e estar atento para a

questão de existir em ambiente escolar, diferentes crenças por escolha dos próprios alunos, para que estes alcancem uma compreensão sobre as distintas formas que os indivíduos formularam ao longo dos tempos para exprimirem o mundo transcendente.

Interessa-nos nesse contexto, encaminhar os alunos para o exercício do diálogo entre os diversos conhecimentos provenientes das religiões, isso pode criar grande oportunidade de crescimento mutuo, pois estaremos abrindo as portas para a discussão de assuntos que falam a respeito do sentido profundo da vida humana dentro do ambiente escolar:

Colocar seu conhecimento e sua experiência a serviço da liberdade de seus alunos, deve ser o marco pedagógico do docente encarregado do ensino religioso, pois cabe a este profissional escutar, facilitar a comunicação, enfim, criar um ambiente em que se possa trabalhar a igualdade na diferença, com isso estaremos construindo uma valorização do pluralismo e da diversidade cultural (FONAPER, 2000, p. 20).

A docência em ensino religioso desenvolve um resultado bastante expressivo para a edificação da esfera intelectual dos alunos, pois o específico do ensino sobre os fenômenos religiosos é justamente a abordagem da dimensão religiosa que encontra-se contida no ser humano, isto equivale dizer que, esta disciplina vai favorecer a descoberta do sentido mais profundo da vivência do homem, ou seja, será um mecanismo que promoverá uma formação mais personalizada, onde o respeito pela vida religiosa dos outros, suas opiniões, se tornam no final das contas, como um pré-requisito para a coexistência humana.

Partimos da compreensão que o ser humano tem necessidade de reconhecimento, ou seja, os educadores desta disciplina devem lutar pela inclusão de religiões historicamente excluídas dos espaços escolares. Caberá aos professores sensibilizarem os alunos para deixarem de ver o outro como

estranho, e passarem a enxergar o outro como “outro”, onde sua ação educacional deve estar fundamentada sobre o significado do ser humano em seu mundo, pois é impossível pensar em uma sociedade, que seja de fato socializada, onde não exista respeito pela individualidade de cada pessoa, isto é, estamos em busca de desfazermos humanos individualistas, competitivos e destruidores, e construirmos humanos essencialmente comunitários, pois é entende-se que:

A peça-chave, o instrumento central da ação político-pedagógica na escola é o docente. Este querendo ou não, consciente ou inconscientemente, exerce uma importante ação política, onde todo educador-político fará da escola uma tribuna contra a violência institucionalizada, o egoísmo estrutural, as todas as formas de injustiça, sem esse compromisso por parte do educador será cada vez mais difícil haver uma mudança social (GUTIERREZ, 1988, p. 45).

Como docentes na área, esperamos desenvolver através de nosso trabalho político-pedagógico uma espécie de mudança na ordem da sociedade, configurada na aceitação da diversidade religiosa daqueles que fazem parte do espaço escolar. Para que esse objetivo seja alcançando, precisamos primeiramente tratar de mudar suas atitudes para desenvolver neles uma postura de reconhecimento da pluralidade, ou seja, o foco central deve ser desenvolver essas mudanças de atitudes, já que estas representam o cerne que definirá a personalidade. A conduta dos indivíduos é determinada sócio culturalmente, onde somente transformações na estrutura e organizações sociais é que poderão alterá-la (INFORZATO, 1986, p. 87).

Quando analisamos os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER), vemos que “o

conhecimento religioso mesmo revelado se trata de um conhecimento humano”, isto quer dizer, que a instituição escolar além de ser qualificada como o espaço de construção de conhecimentos, deve ser compreendida como o lugar de socialização desses conhecimentos humanos historicamente produzidos.

Em todas as áreas de conhecimento, a formação de professores é uma exigência legal, indispensável para a melhoria do ensino-aprendizagem, isto se aplica também ao ensino religioso, pois esta disciplina se insere no contexto sociocultural do país, ou seja, responde às exigências da educação do século XXI. Ao olharmos o caderno temático do Referencial Curricular Para a Proposta Pedagógica da Escola (FONAPER) vamos concluir que:

O conhecimento religioso, ao lado de outros na escola, analisa as explicações do significado da existência humana apontadas pelas Religiões e se organiza enquanto sistematização da relação entre o homem e a realidade em sua transcendentalidade. È um conhecimento que explicita o fenômeno religioso, presente em todas as culturas, universal e indestrutível no ser humano (FONAPER, 2000, p. 27).

Precisamos como educadores, ter o compromisso com o bem comum e retirarmos dos alunos toda e qualquer disposição ao egocentrismo, assim faremos com que os mesmos alcancem através desta disciplina uma maturidade psicológica e social para se colocarem no lugar do outro. O ensino religioso ao estar presente no currículo escolar, se qualificará como um saber formador, onde o docente tem por finalidade levar o sujeito a uma transformação na direção do bem coletivo, configurado no desenrolar de uma maior integração entre pessoas que possuem diferentes crenças religiosas, pois somente a informação não leva

os indivíduos a terem esse tipo de comportamento, o que aqui deve ser colocado em pauta é o saber posto âmbito de um projeto ético, político e social. Através do ensino oferecido por esta disciplina, o docente trará uma proposta pedagógica que se caracterizará no respeitar o diferente como “diferente”, sem aquelas considerações de ser “superior” e “inferior”.

Entendemos que uma das maneiras mais pertinentes para conhecermos a nós mesmos, consiste em conhecer aqueles que são diferentes de nós, essa habilidade se constitui nos dias atuais, uma tarefa importante na educação. A convivência, a habilidade de viver juntos, de dialogar, de acolher o outro e de compartilhar se revelam como qualidades essenciais na sociedade atual, esse objetivo demanda uma prática, onde cremos que o professor de ensino religioso em seu ambiente de trabalho, será o principal responsável por promover essa prática de socialização.

A educação para uma convivência pacífica deve estar atenta a reforçar orientações sociais, mensagens e práticas que foquem a apreciação das diferenças, ou seja, o ensino religioso está à disposição do favorecer o dialogo configurado a base da informação, do encontro e da compreensão, pois será aquele mecanismo que poderá auxiliar no combate às asperezas, más interpretações, facilitando dessa forma, a aproximação entre as pessoas.

Todos os povos, raças e culturas lutam para definirem sua identidade, mais que isso, se esforçam em preservá-la. O ensino religioso é chamado a edificar um sentimento justo da própria identidade religiosa, mas com abertura respeitosa à identidade dos mais variados grupos religiosos, especialmente aqueles que estamos entrando em contato.

Estamos justamente objetivando colocar nos alunos uma tomada de consciência, para que eles venham ser capazes de questionarem a natureza arbitrária existente em sua própria fé religiosa e aceitar as proposições de outras religiões diferentes que poderão enriquecer sua experiência. Por meio do ensino religioso, iremos focar no conhecimento que compõe a diversidade cultural, já que é chegado o momento de

reconhecemos os grupos religiosos minoritários como depositários de culturas ricas, com valores e costumes de vida enriquecedores para a nossa nação.

Se quisermos uma sociedade em que todos sejam chamados a viver juntos, devemos em primeiro lugar, reconhecer a diversidade, apreciá-la, valorizá-la e formular projetos que nos auxiliem nesse desejo comum. Não estamos apenas interessados que o aluno entenda o ponto de vista religioso do outro de uma perspectiva somente intelectual, mas sim buscamos que tente captar a sua sensibilidade e seus sentimentos. Colocar-se no lugar do outro se caracteriza no entender seus problemas, captar seus sentimentos, respeitar sua liberdade, aceita-lo como ele é, tudo isso supõe um esforço para tentar captar seu mundo interior, sua verdadeira realidade pessoal (SERRANO, 2002, p. 41).

O ensino religioso é a via para tornar realidade esse ideal nas próximas gerações, onde vamos contribuir para criar atitudes favoráveis na edificação de uma cultura que promova a paz. O professor é o encarregado de concretizar estas grandes ideias em realizações práticas na vida dos estudantes, por isso este profissional encontra-se imerso em um cenário, no qual tem o trabalho de educar pessoas nos novos aspectos e dimensões que nossa sociedade brasileira atual se encontra.

Consideramos que a educação integral de ser humano, não pode consistir em apenas acumular saberes, conteúdos ou aprender a fazer algo por intermédio de procedimentos, mas deve ser feita de maneira completa com a aprendizagem do saber estar e fazer através de atitudes, valores, caracterizados no universo do ensinar a respeito da diversidade religiosa, tendo este um peso significativo no currículo da escola.

Na esfera da docência do ensino religioso, entendemos que é necessário um professor que esteja preparado para trabalhar temas transversais, pois consideramos que a religiosidade é algo importante que precisa ser despertada nos alunos e nas suas famílias, pois promoverá a solidariedade, o respeito e a amizade que contribui para a vida em sociedade.

Não devemos ter um ensino religioso apenas delimitado

em ser um estudo histórico sobre as tradições religiosas, já que o vemos como aquele instrumento que será capaz de guiar nossos alunos com direção á reflexão, ao discernimento, e julgamento coerentes, pois se detecta que um ato educativo necessário para Brasil no momento atual, seria o educar para a paz, dado os constantes acontecimentos de violência ligados ao preconceito religioso.

Uma das principais metas presentes na educação se trata de edificar o melhorar nas atitudes de cada um dos alunos, com finalidade de integrá-los de forma mais incisiva no meio social e cultural, isto é, as mudanças na cultura e na sociedade antecederão as da personalidade.

O fato de existir um componente curricular que traga em sua bagagem conteúdos relacionados à natureza humana, ao qualificar como uma de suas características também a esfera religiosa, trará alguns desdobramentos para a convivência entre as pessoas, que ao se encontrarem inseridas em um mesmo ambiente, com toda certeza detectarão em suas distinções, chances de se inclinarem a conhecer, entender, e até mesmo ouvir o diferente.

Uma educação para formar este tipo de convivência só pode existir, se houver dos professores de ensino religioso, aquela preocupação com a dimensão da formação integrada de valores e conhecimentos necessários para a paz, promoção dos direitos humanos, democracia e desenvolvimento, ou seja, os estudantes devem receber um ensino que lhes ofereça a possibilidade para que eles tomem decisões morais sobre questões pessoais e sociais. Ressaltamos aqui a importância de uma educação com vista para o desenvolvimento da solidariedade entre os indivíduos, resultando na formação de um homem que pense criticamente, ou seja, sendo capaz de se portar de maneira ética nas relações com os demais.

O ato educativo proposto pelo ensino religioso, regido no Projeto Político-Pedagógico do curso de Ciências das Religiões, se baseia na questão onde os alunos devem conhecer fatias existentes dentro do imaginário social de outros grupos religiosos, ao fazerem isso, estão interagindo com eles, ao final



estaremos estabelecendo uma cumplicidade na diferença, pelo fato da cultura ser um elemento que faz mediação entre os homens e a realidade, trazendo implicações de natureza social e educacional, que para nós como educadores, não podem passar despercebidas, construímos através desse pensamento uma nova ótica educativa. Somente uma concepção de educação que resgate a dimensão simbólica, poderá instrumentalizar a escola, que como instituição social destinada a preservação da cultura e do saber, surgirá obrigatoriamente como o lugar de domínio simbólico e do imaginário social (SHOLL, 1992, p. 115).

Definimos o imaginário social como sendo o lugar de expressão das expectativas de um grupo, seria a representação que os indivíduos fazem de si mesmos e das suas relações que existem no ambiente que os cercam, já que se constitui uma das forças que regulam a vida coletiva. Através de sua modificação realizada no contexto do ensino religioso, podemos avançar significativamente na edificação de um meio social mais pacífico. Nosso objetivo é facilitar o diálogo entre aquelas pessoas pertencentes a religiões diferentes, já que a imaginação não é acidental no homem, ou seja, este não pode dela se desfazer, dispensando-a, pelo contrário, a imaginação é essencial ao homem e faz parte dos atos de sua consciência.

O conhecimento neste caso se torna uma espécie de estratégia para desenvolver a socialização para todas as pessoas que possuem imaginários religiosos diferentes, pois a escola vai neste caso, tratar de modificar a forma como os indivíduos veem tudo ao seu redor, ou seja, ampliando as capacidades e perceptivas de cada um, considerando que somente se respeita o semelhante, convivendo com ele. A escola é lugar que vai lidar com a identidade individual de cada um, com isso compreendemos que, ao buscarmos construir um convívio solidário no espaço escolar, faremos com que os alunos venham descobrir a beleza da diferença, esse pode ser um dos caminhos para a paz e a verdadeira valorização da vida.

Para que haja um produto educacional possível, é necessário que não exista incompatibilidade estrutural entre os indivíduos, isso acontece quando há entre estes um antagonismo

de interesses. Por isso, precisamos combater qualquer opressão religiosa dada por manipulação cultural, uma vez que a invasão cultural se constitui como uma violação da pessoa, além de criar impedimentos para que tenha a compreensão e a expressão de seu mundo.

A educação vai trazer para a escola, a habilidade de transformar aquele ser não preparado para a vida em sociedade, ou seja, ao termos o ensino religioso oferecido na escola pública, tendo a meta de conseguir levar os alunos aquela necessária mudança de comportamento ao tratar às diversas elaborações de fé que existem na sociedade, e procurar a eliminação do preconceito pelo viés religioso:

Os preconceitos são um dos motivos dos sérios problemas e conflitos sociais, têm um fundamento emocional e por isso são resistentes, porem a educação pode, ao que parece, suprimi-los com o tempo, já que o preconceito não é natural, mas adquirido pela influência da família, dos grupos de companheiros e da escola, podendo, pela reformulação das atitudes desses grupos, ser controlado. (INFORZATO, 1976, p. 50).

Como o preconceito se caracteriza como uma atitude, entendemos que de fato nenhum ser humano nasce preconceituoso. Por essa razão, podemos argumentar que o estudo das religiões pode promover uma edificação na personalidade dos nossos alunos, a partirem de uma moderada tendência interna de desenvolvimento espiritual. Como docentes do ensino religioso, temos o objetivo de procurar ajudar os alunos na sua formação de vida interior, pois a convivência cria-se, desenvolve-se e cultiva-se, ou seja, não seria algo dado, onde o aprender a viver juntos vai somar para o desenvolvimento das potencialidades do ser mais profundo e originário de um ser humano, procuramos desta maneira, formamos cidadãos

desejosos e capazes de desempenhar um papel ativo e responsável. Para que este objetivo seja alcançado na esfera do ensino religioso, é preciso criar na escola, um clima que propicie a cultura e a socialização democrática dos vários credos religiosos.

De acordo com a Sociologia<sup>52</sup>, o preconceito se revela como um desequilíbrio na personalidade, onde esta desorganização pode levar a um comportamento anormal, podendo assumir formas mais perigosas, em que o crime seria uma dessas atitudes qualificadas como danosas ao meio social. A questão a se pensar é de que crimes sob regência do preconceito religioso são verificados em toda e qualquer sociedade ao longo dos tempos, e isto nos leva a entender que precisamos formar indivíduos maduros que estejam aptos a lidarem com a diversidade religiosa de forma natural, onde o ensino religioso termina por ser caracterizado como instrumento utilizado com a finalidade de solucionarmos essa forma de desajustamento sociocultural, revelado nas práticas preconceituosas e intolerantes sobre as diferenças de fé religiosa.

O processo educacional deve ter como finalidade, reforçar no interior de cada pessoa o ser tolerante, compreensivo, e é isso que o ensino religioso trará para a escola, já que estará naquele processo de educar os alunos para viverem a experiência da diversidade cultural. Se estamos querendo promover a paz, então temos que nos concentrar em termos um ensino com base na orientação dos valores da paz, dos direitos humanos, da democracia e da tolerância, pois:

A intolerância é um sistema que pode acarretar uma perigosa doença social, que é a violência, esta requer a mobilização de todos os esforços possíveis para proteger a

---

<sup>52</sup> Uma das Ciências Humanas que tem como objeto de estudo a sociedade, a sua organização social e os processos que interligam os indivíduos em grupos, instituições e associações.

saúde e o bem-estar da sociedade, a tolerância é uma virtude indiscutível da democracia, o respeito aos demais, a igualdade de todas as crenças, a convicção de que ninguém dispõe da verdade, nem da razão absolutas são o fundamento dessa abertura e generosidade que supõe ser tolerante, uma sociedade plural repousa no reconhecimento das diferenças, da diversidade de costumes e formas de vida (SERRANO, 2002, p. 39).

A instituição escolar vai aparecer como aquele lugar em que a consciência das pessoas com limitações vai poder ter a possibilidade de se aprofundar, já que estará inserido dentro da mesma aquele pacto com a democratização social e cultural. A ótica pedagógica dentro do ensino religioso vai estar relacionada com visão de defendermos os direitos culturais, pois entendemos que o não atendimento aos direitos culturais, seria um trabalho em vão.

Defendemos a configuração do ensino religioso sob a concepção de uma educação democrática, ou seja, sem haver discriminações às outras religiões, o professor deve propor a iniciativa de um espaço de liberdade, cabendo ao mesmo o papel de promover as relações entre os alunos. Como docentes, devemos nos basear na ideia de um pluralismo de visões a respeito das religiões, ou seja, estaremos à procura de desenvolver a capacidade criadora nos estudantes, pois se compreende que a humanidade vai se empobrecendo sempre que a cultura de um determinado grupo é destruída ou mal compreendida. Portanto, é preciso reconhecer a paridade em dignidade para todas as culturas e o direito de cada grupo de afirmar, preservar e aumentar o respeito por sua identidade cultural.

## 4 Considerações finais

O trabalho focalizou a influência que possui a disciplina de ensino religioso no que diz respeito a sua característica de ter em sua bagagem um enfoque humanista, e também a avaliou sob a leitura instrumental de cunho pedagógico com a finalidade de formar pessoas para que as mesmas possuam uma conclusão mais coerente sobre as distintas formas religiosas elaboradas no decorrer da história pela humanidade.

O ensino religioso qualificou-se como um processo educacional em direção a liberdade, e terá o seu resultado manifestado na mudança de atitude que influencie uma nova forma perceptiva e participativa dos indivíduos, pois precisamos estar naquela incansável busca da construção de uma realidade social diferente, que seja mais humana e solidária.

Pensamos que os alunos precisarão se tornar pessoas independentes para serem capazes de fazer aquela comparação com a fé religiosa que não forem coincidentes com aquelas que eles têm para si mesmos, sem adotar aquela velha pratica de "visão negativa" sobre o diferente. Só tendo a liberdade de escolha é que os indivíduos poderão edificar suas próprias personalidades, pois o exercício pleno da postura como cidadão só será possível quando tivermos leitores que se portarão com a devida consciência sobre a esfera simbólica e cultural.

A formulação de Parâmetros Nacionais Curriculares para o Ensino religioso nos traz a percepção da função de humanização que está por trás desta disciplina, no que se refere ao seu papel de desenvolver na sociedade a concepção de tolerância religiosa, esta entendida como a permissão e o respeito para com a maneira de crer e a forma de viver daqueles que não possuem a mesma fé, em termos éticos, fundamenta-se na liberdade da consciência humana.

Nesta perspectiva, a escola passa a ter a missão de ter práticas com direção ao favorecimento de mútua colaboração de enfoque pluralista entre docentes e estudantes, pois no contexto social em que vivemos atualmente, desenvolver o dialogo inter-religioso é papel de fundamental importância para ser possível

inserirmos numa sociedade diversificada religiosamente o conceito de tolerância.

O ensino religioso pela sua matriz pedagógica vai oferecer um grande passo para a consolidação de atitudes com a direção de se promover os direitos humanos, pois é reconhecida a sua importância como instrumento de concretização da tolerância religiosa entre as pessoas. Se trata então, a partir desse ponto de vista, naquela área de conhecimento da educação básica com a missão de transformar o pensamento dos nossos alunos, no exercício do reconhecimento da pluralidade de expressões religiosas dos vários grupos na sociedade, ou seja, trata de um procedimento pedagógico com objetivo de desenvolver de uma sensibilidade mais humana, baseada numa compreensão interpessoal a respeito das opções de vivência religiosa dos outros.

Para que seja efetivamente possível erradicar dos alunos os “maus olhos” ao interpretarem as religiões, devemos construir um ensino religioso como sendo uma espécie de canal que possa contribuir com o enriquecimento das relações entre todos. A docência nesta disciplina precisa ter seu foco nos estudantes, já que os mesmos serão os sujeitos que perpassam tal processo, e neste caso, o professor se tratará daquela ponte que levará os mesmos a adquirirem o respeito à pluralidade.

As aulas na disciplina de ensino religioso não deverão se constituir como meras transmissões de conteúdos, pois nosso dever no ambiente educacional será edificar uma boa personalização e mais profunda conscientização em nossos alunos, conseqüentemente, guiaremos os passos para o exercício de uma nova consciência na nossa sociedade.

Para finalizar, obtemos a conclusão que a escola não terá o ensino religioso como um sendo aquele palco de “disputas” entre as tradições, pelo contrário, vai se tornar um espaço propício que possibilitará, de forma mais sofisticada, o fortalecimento daquele sentimento da sociabilidade, favorecendo a convivência pacífica e harmoniosa entre indivíduos que possuem vivências religiosas diferentes.

## Referências

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso/ Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

FONAPER, Referencial Curricular Para a Proposta Pedagógica da Escola. Cadernos Temáticos nº 01, 2000.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como práxis política**. São Paulo: Summus, 1988.

INFORZATO, Hélio. **Fundamentos sociais da educação: sociologia geral, sociologia aplicada à educação, análise dos problemas brasileiros**. 3. ed. rev. ampliada e atualizada. São Paulo: Nobel, 1976.

MARQUES, Circe Mara. **Ensino religioso: diversidade e identidade**. V Simpósio de ensino religioso. São Leopoldo: Sinoda/EST, 2008.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de. et. al. **Ensino religioso no ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental)

SERRANO, Glória. **Educação em valores: como educar para a democracia**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SHOLL, Léa. **Desejos sociais “versus” práticas educacionais: uma tensão no imaginário social**. Rio de Janeiro, Publisher, Gryphus, 1992.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

UNESCO. **Declaração do México em direitos culturais: uma categoria subdesenvolvida.** Madrid: Fundação Encuefitros, n. 130, 1992.



## Capítulo X

### **O mosaico sagrado da diversidade religiosa nas aulas do ensino religioso: por uma cultura de paz**

*Maria José Torres Holmes<sup>53</sup>*

A escola, em sua função social, precisa encontrar caminhos que leve a solucionar suas dificuldades do dia a dia. Para isso deve incentivar práticas inovadoras que venham dinamizar o seu processo de ensino e aprendizagem apoiando movimentos, promovendo e praticando ações em nome da paz, oportunizando e exercendo a cidadania de maneira que venha promover esse cidadão que queremos formar.

Esse caso, segundo Freire, (apud Gadotti, 1992) a escola não deve apenas transmitir conhecimentos, mas também, preocupar-se com a formação global dos alunos, numa visão de saber trabalhar com as diferenças, isto é, mostrá-los que existem outras culturas além da sua, pois habitamos num País, onde a diversidade cultural é muito grande. Podemos questionar: Quem somos nós? O que pode constituir-se numa identidade nossa?

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso- (PCNER 2009). A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Todavia, a escola precisa se transformar num espaço de convivência, onde os conflitos sejam trabalhados e não camuflados. Assim sendo, é necessário se conhecer, para conhecer o outro, respeitar esse outro enquanto outro. Com isso acontecendo na sala de aula estaremos contribuindo na mesma com a construção da paz e logicamente transformando-a numa escola cidadã e mais humana.

Sendo o conhecimento religioso, patrimônio da humanidade, logo está disponível na escola e como tal, explicita o

---

<sup>53</sup> Cf. Lista de Colaboradores

fenômeno religioso presente em todas as culturas. “Por questões éticas, religiosas e até legais, não cabe a escola propor adesão e vivência desses conhecimentos enquanto princípios de conduta religiosa e confessional, mas sim, veicular o conhecimento religioso” (PCNER, 2009 p.22).

O preconceito religioso é uma das formas de intolerância religiosa bem acentuada em todas as vertentes da sociedade, tendo como consequência a cultura da violência, que afetam o diálogo entre as religiões e ao mesmo tempo provoca certa indiferença entre as pessoas através de uma intolerância religiosa, racial e social. Isso não é diferente na escola! Esse tipo de violência está se perpetuando cada vez mais, principalmente nas instituições públicas de ensino, em caso específico no Ensino Fundamental.

Tendo em vista esses acontecimentos que ainda persistem acentuadamente no ambiente escolar expressados em ações de violência se faz necessário que as escolas continuem intensificando práticas sistematizadas que modifiquem o ambiente escolar, num espaço seguro e prazeroso de aprendizagem. Por isso a notabilidade do desenvolvimento deste Projeto de cultura de paz, torna-se fundamental.

É dessa forma, que entendemos a importância da necessidade urgente, da sensibilização e do envolvimento dos/das docentes na comunidade escolar em geral, com o propósito de desencadear e nortear ações que incentive o cultivo dos valores éticos, morais, sociais, espirituais do indivíduo proporcionando um clima de amizade, harmonia e de paz, não somente na escola, mas para fora de seus muros, envolvendo o todo da escola.

É importante destacar a necessidade da formação continuada dos docentes para a alteridade, respaldada na dignidade, na ética e na cultura de paz. Pois a maioria das escolas está situada no âmbito das periferias e por isso, faz-se necessário, dinamizar essa formação na construção de um Projeto de Paz, intitulado: “O Mosaico Sagrado da Diversidade

Religiosa nas aulas do Ensino Religioso: Por uma cultura de paz.”<sup>54</sup>

Segundo Campos (2010, p. 49), “O desafio de fazer educação de excelente qualidade é desenvolver uma proposta pedagógica centrada na aprendizagem”.

Relatamos aqui, enquanto formadora desses e dessas docentes, a possibilidade de criarmos no coletivo, um meio de minimizar as questões dessa violência que assola nossas escolas. Para isso foi preciso um estudo aberto e criativo, com muito diálogo sobre o conhecimento religioso considerado o objeto de estudo do Ensino Religioso, que através de reconhecer no fenômeno religioso das diversas culturas religiosas, suas manifestações do Sagrado na sociedade, bem como na escola.

Tem como objetivo geral propor à equipe de Professores desse componente curricular das unidades de ensino da rede municipal de João Pessoa-PB, uma proposta de intervenção pedagógica, como um recurso a ser inserido no Projeto Político Pedagógico das escolas para construção de uma cultura de paz, liderado por uma gestão democrática e participativa, envolvendo toda comunidade escolar através do princípio da alteridade no respeito às diferenças.

### **Objetivos específicos:**

- a)** Estimular a comunidade escolar para o desenvolvimento do projeto forma interdisciplinar e transdisciplinar, através do diálogo inter-religioso;
- b)** Sensibilizar a equipe técnica, administrativa e docente para a sistematização do projeto de intervenção numa proposta, fundamentada na filosofia de vida dos pacifistas;
- c)** Identificar nas escolas, quais as tradições culturais religiosas existentes em seu contexto;

---

<sup>54</sup> ANAIS XV Seminário Nacional de Formação de Professores para o Ensino Religioso (SEFOPER). III Seminário Regional do Ensino Religioso no Espírito Santo Vitória/ES, 13 a 15 de setembro de 2018. ISSN - 2447-7850 (online)

- d)** Desenvolver junto às escolas um trabalho de conscientização da valorização da vida;
- e)** Estabelecer relações de afetividade através do diálogo para que os alunos em suas ações sejam multiplicadores do bem, para o cultivo da paz.

Para Oleniki e Daldegan (2004, p. 7). “Todo educador sonha em contribuir na formação de pessoas mais justas, solidárias e fraternas...” Trata-se, pois, de inovar a prática pedagógica no contexto escolar, dinamizando as aulas e conseqüentemente enriquecendo o currículo das escolas, contextualizando a teoria à prática.

Destarte, a sua importância no processo de ensino e aprendizagem. Sabemos que existem diferentes caminhos para essa construção, um deles é a educação. Uma educação libertadora, da igualdade, onde se possa ter uma escola de qualidade. Uma escola em que todos e todas sintam o prazer de frequentá-la. Uma escola que transforme as pessoas, através da formação cidadã, que respeita as diferenças, que educa para viver e conviver com o outro. Ao abordarmos sobre a educação, HEERDET e COPPI afirmam que:

A educação é a busca constante das pessoas e de grupos na construção de sua própria identidade e história. Ela acontece de forma permanente, desde o ventre materno, desenvolvendo a capacidade física, psíquica, espiritual, social, intelectual e moral das pessoas. [...] não se confunde com a mera adaptação do indivíduo ao meio; mas trata-se de uma atividade criadora que abrange o ser humano em todos os seus aspectos. Ela começa na família, continua na escola e se prolonga por toda existência humana. Além de conhecimentos, a pessoa adquire, pela educação, uma série indefinida de hábitos e de atitudes. (2005, p. 10).

Por conseguinte, assim afirma Freire (1986, p. 46): A paz “se cria , se constrói na e pela superação de realidades sociais perversas. A paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social”.

Significa dizer que isso faz parte do currículo da escola, proporcionando um novo contexto de mudança da sociedade, isto é, uma educação que incorpore os valores humanos, a paz e não violência e ao mesmo tempo torne-se uma prática militante e amorosa. Diante disso elencamos alguns questionamentos: E como fazer para que essa prática faça parte do currículo escolar? Como podemos mudar os outros se não começarmos por nós mesmos? Qual a importância do cultivo da paz na escola?

Temos que refletir e motivar os alunos para que se sintam responsáveis a desenvolver sentimentos de paz através de hábitos e atitudes e de pequenos gestos. Para tanto, tal educação deve começar pelos próprios professores, a exemplo de sua paz interior.

A cultura de paz nas escolas é uma questão que requer uma participação de toda comunidade escolar no sentido de sistematizar e levar a uma prática efetiva. Para conseguir essa prática nas escolas, levantamos a hipótese de que as pessoas que fazem parte da comunidade escolar, não devam ser apenas receptoras passivas, mas que sejam atuantes. Para isso é preciso que essas pessoas se envolvam, assimilem e atuem como mensageiras da paz, participando da gestão.

Assim terão mais possibilidades de aprender e com isso, elas passarão a ser multiplicadoras junto a outras pessoas, bem como, sucessivamente outros grupos da comunidade, também poderão ser outros multiplicadores dessa cultura de paz.

Parece utopia! Mas, se formos à luta poderemos conseguir, o que não podemos é cruzar os braços e deixar as coisas acontecerem aleatoriamente. Eis um lema bem interessante: “Lutar sempre! Desistir nunca!”

## 1 Fundamentação teórica: algumas contribuições

O Ensino Religioso por ser considerado facilitador de uma educação dialógica, inventiva, reflexiva e humana, provoca a discussão sobre o sentido da vida, cujas referências estão no estudo sobre as tradições e culturas religiosas que acontecem na história. Associando esse saber à educação e à cidadania, observa-se que há uma sintonia entre esses valores, muito especial na formação do ser humano, para viver uma cidadania plena permeada dos valores universais.

Isso acontece através do diálogo inter-religioso. Freire, (2007, p. 118) afirma: “O diálogo tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro”.

Vale ressaltar que o verdadeiro papel do ser humano, para se tornar um cidadão de bem nessa sociedade é resolver os empecilhos que dificultam a vida e tentar com isso seguir as normas impostas para cumpri-las enquanto cidadão, o ser pessoa dono de uma vida digna. Frankl (1984, p. 76): Assegura ao declarar que:

[...] o ser humano é uma criatura responsável e precisa realizar o sentido potencial de sua vida, quero salientar que o verdadeiro sentido da vida deve ser descoberto no mundo, e não dentro da pessoa humana ou de sua psique, como se fosse um sistema fechado. Chamei esta característica constitutiva de "a auto-transcendência da existência humana". Ela denota o fato de que ser humano sempre aponta e se dirige para algo ou alguém diferente de si mesmo - seja um sentido a realizar ou outro ser humano a encontrar. Quanto mais a pessoa esquecer de si mesma - dedicando-se a servir uma causa ou a amar outra pessoa - mais humana será e mais se realizará.

Gadotti, ao se reportar à “Pedagogia da Terra” destaca os grandes educadores, tais como: Paulo Freire, Leonardo Boff [...], Edgar Morin, entre outros, responsáveis por uma educação com propostas de saberes/valores interdependentes. Entre estes saberes / valores elencamos um que é:

Educar os sentimentos. O ser humano é o único ser vivente que se pergunta sobre o sentido da vida. Educar para sentir ter sentido, para cuidar e cuidar-se, para viver com sentido em cada instante de nossa vida. Somos humanos porque sentimos e não apenas porque pensamos. Somos parte de um todo em construção (GADOTTI, s/d, p. 10).

Por isso é necessário ao docente considerar a realidade do educando, a sua bagagem cultural e ter muito comprometimento político e profissional, aproveitando o espaço que as aulas de Ensino Religioso oferecem para o diálogo principalmente religioso. Mas, não apenas isso. É de fundamental importância, ter uma ternura que se manifeste de forma afetiva e efetiva e que seja capaz de passar para seus educandos a alegria de viver. A alegria de se tornarem pessoas íntegras, cultivando seus valores, seus sonhos e seus ideais, sem precisar passar por cima de ninguém, ou até mesmo seguir seus objetivos e metas de cabeça erguida, sem medo de ser feliz.

Freire (2007, p. 90) assegura: “A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo”.

Com este pensamento é que se faz necessário nas escolas uma gestão compartilhada, onde haja muito envolvimento dessa gestão com a comunidade escolar. Luck (2006) afirma:

A efetiva interação participativa para além do discurso, do conhecimento de como as pessoas pensam e da oportunidade de se

fazerem ouvir, pressupõe a interação de pontos de vista, de ideias e de concepções. Isto é, só se torna efetiva essa discussão quando associada a um esforço de diálogo efetivo que permite a compreensão abrangente da realidade e das pessoas em sua construção (LUCK, 2006, p. 41).

Todavia, é necessário também que esses educadores tenham uma competência técnica e científica, que esteja sempre em busca de novos conhecimentos, passando para os estudantes um espírito de pesquisador, que permita conhecer e dividir este conhecimento com o outro. De acordo com os PCNER (2009, p.58), que assegura: “Assim, o conceito de conhecimento no Ensino Religioso, de acordo com as teorias contemporâneas, aproxima-se cada vez mais da ideia de que conhecer é construir significados.”

Essa é uma proposta, em que o docente deve reforçar em sala de aula, instigando os/as discentes a mergulhar nas pesquisas para conhecerem até então, aquilo que não compreendiam. Faz-se necessário, portanto, a sistematização desse processo, orientado pelo docente, porque juntos possam usufruir da pesquisa para ampliarem um leque de possibilidades no conhecimento das diversas culturas e tradições religiosas, utilizando-se sempre do diálogo, com eficácia, enquanto *uma ponte de prevenção*, que vai evitar as questões preconceituosas de intolerância religiosa, “O que nos interessa, acima de tudo, é apresentar as dimensões específicas da experiência religiosa, salientar suas diferenças com a experiência profana do mundo. [...]” (ELIADE 2001, p. 22), bem como, compreendemos que “[...]o diálogo tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro.” FREIRE, (2007, p. 118)

Diante do exposto, além dos teóricos já citados, recorreremos aos diversos pacifistas, entre os quais destacamos três (3) como: Dalai Lama, Sathya Sai Baba, e Gandhi. Onde abordaremos sobre eles mais adiante.



## **2 O Ensino Religioso das leis à BNCC: na história do FONAPER**

A partir da 1ª Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, é que o Brasil passa a ser considerado um Estado Laico. Observa-se isto através do Art. 72 nos parágrafos abaixo:

§ 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum;

§ 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos;

§ 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados;

§ 28 - Por motivo de crença ou de função religiosa, nenhum cidadão brasileiro poderá ser privado de seus direitos civis e políticos nem eximir-se do cumprimento de qualquer dever cívico

§ 29 - Os que alegarem motivo de crença religiosa com o fim de se isentarem de qualquer ônus que as leis da República imponham aos cidadãos, e os que aceitarem condecoração ou títulos nobiliárquicos estrangeiros perderão todos os direitos políticos.

Isso foi momento de alegria com o estabelecimento dessa Constituição, pois para muitos como “Rui Barbosa” um dos precursores contra o Ensino Religioso, e a favor da laicidade do Estado Brasileiro, “fazia a defesa de uma escola laica sob controle do Estado. Para esse idealista, não competiria à escola ministrar o ER” (HOLMES 2010, p. 74).

Depois vieram “os escolanovistas”, assim eram chamados que também desejavam a todo custo o ER de fora do contexto escolar. Apresentaram um documento intitulado;

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova [...] contrário, a inclusão da referida disciplina na escola. [...] posicionaram contra o ER, em nome dos princípios defendidos da laicidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino público. [...], cujos atores principais foram Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho Delgado, Cecília Meireles, entre outros, publicado em 1932, apresentou um plano de reformas educacionais ao novo Governo. (Ibidem, p. 73).

Nessas idas e vindas deste componente curricular para se estabelecer no Sistema Brasileiro de Educação, a partir de novos paradigmas, novos movimentos culturais surgidos em nossa sociedade nos anos 80, haja vista a começar pela Constituição da República Federativa do Brasil de vem com força a partir de um novo olhar 1988 assegura através do artigo 210 § 1º. “O Ensino religioso, de matrícula facultativa constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.” Essa abordagem fez renascer entre os/as docentes, especialmente os de Ensino Religioso um grande otimismo! Esse novo olhar trouxe algumas gotas de esperanças para essas/esses educadores/as, gerando novas perspectivas e, provocando polêmicas na sociedade.

“A mobilização da sociedade liderada por educadores pela permanência do ER como ‘direito do educando e dever do Estado’ veio a facilitar a sua inclusão no processo decisório da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.” (HOLMES, 2016, p. 77).

E por aí vieram outros movimentos, uns favoráveis por sua permanência e outros eram contra, como a própria sociedade entre outros. Enfim, quando se trata da sociedade, talvez isso

seja porque não conheça esse componente curricular. E, porque também está na escola ignoram seus objetivos, metas e finalidades.

A partir desses movimentos foram surgindo outros, porém a grande mobilização na história da Educação do Brasil em relação ao ER surgiu com a mudança da Lei de Diretrizes e Bases, (LDB) de nº 9394/1996, cujo Artigo 33 aponta o ER enquanto disciplina do currículo escolar, porém, *“sem ônus para os cofres públicos”*. E como seria ministrada esta disciplina nas escolas públicas e quem ficaria responsável por esta oferta, já que não era função do Estado Laico Brasileiro?

Um desses movimentos importantes na história do Ensino Religioso nesse momento histórico foi quando o FONAPER assumiu a grande mobilização social e política entre todos os professores de ER deste País, colhendo setenta e oito mil (78.000) assinaturas com o objetivo de mudar esse pequeno trecho acima citado do que preconizava a Lei. Pode-se relatar que *“essa pesquisadora também fez parte desse movimento!”*

Qual o significado da sigla FONAPER? Para que veio e o que faz? Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, fundado em (27/09/1995),

[...] é uma associação civil de direito privado, de âmbito nacional, sem vínculo político-partidário, confessional e sindical, sem fins econômicos, que congrega, conforme seu estatuto, pessoas jurídicas e pessoas naturais identificadas com o Ensino Religioso, sem discriminação de qualquer natureza. (FONAPER, *online*)

Além de ser responsável por vários escritos como o seu Estatuto; a sua Carta de Princípios.Parâmetros Curriculares Nacional do Ensino Religioso e outras obras como: Ensino Religioso: Referencial curricular para a proposta pedagógica da escola; Ensino Religioso: Culturas e tradições religiosas; Ensino Religioso: Capacitação para um novo milênio; Propostas de

diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em ciências da religião - Licenciatura em ensino religioso; Concepção de ensino religioso no FONAPER: Trajetórias de um conceito em construção.

Além dessa conquista construíram os PCNER, pois o MEC ao propor os PCNs para todos os componentes curriculares, não incluiu o ER. Isso provocou cada vez mais o desejo de lutar, onde vários educadores de diversas denominações religiosas elaboraram em tempo “Record” esses PCNER, e entregaram ao MEC. Tudo isso contribuiu para o fortalecimento da luta. Com a mudança do texto desse mesmo artigo. Originou-se a Lei 9475/1997, Lei do Ensino Religioso que estabelece:

Art. 33 - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo

Atualmente, este componente curricular, encontra-se situado entre as demais áreas de conhecimento, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, através da Resolução de nº. 02/98, em que este é reconhecido como parte integrante da formação básica do cidadão, o que significa mais um avanço na história do ER no Brasil, cujo estabelecimento se fortalece através da legislação e outros documentos. Seus objetivos são as suas grandes metas e, o seu objeto de estudo, está alicerçado no conhecimento religioso que estuda o fenômeno religioso da diversidade cultural religiosa, que apresenta as mais diversas formas de expressões religiosas existentes no nosso Planeta.

Além das Resoluções 04/2010 e 07/2010 (CNE)<sup>55</sup> com os seus devidos pareceres. Por outro lado, apresentamos ainda a

---

<sup>55</sup> Conselho Nacional de Educação. Responsável pelas Resoluções e Pareceres relacionados à Educação/Ensino Religioso

Base Nacional Comum Curricular BNCC, que se destaca na inclusão do Ensino Religioso. Em que assegura:

Cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida. (BNCC, 2017, p. 432).

Por conseguinte, outro ponto histórico que fortaleceu o Ensino Religioso e agora faz parte das Diretrizes Curriculares Nacionais das Ciências da Religião (DCN/CR).

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Ciências da Religião, modalidade presencial, semipresencial e a distância, definindo princípios, concepções e estrutura a serem observadas na elaboração dos projetos pedagógicos pelas instituições de educação superior e pelos órgãos dos sistemas de ensino.

Art. 2º O curso de licenciatura em Ciências da Religião constitui-se como habilitação em nível de formação inicial para o exercício da docência do Ensino Religioso na Educação Básica (DCN/CR, FONAPER, CNE 2018, p. 15).

O FONAPER vem na luta, pela implantação das DCNs desde 2008 por ocasião de X SEMINÁRIO de Ensino Religioso realizado em Brasília em parceria com a Universidade Católica conforme descrito abaixo:

Nos dias 03 e 04 de Novembro, o FONAPER em parceria com a Universidade Católica de Brasília (UCB), realizou o X Seminário Nacional de Formação de Professores para o Ensino Religioso com o objetivo de discutir, analisar, avaliar e encaminhar as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores de Ensino Religioso no Brasil. Após o cerimonial de abertura, ocorreu a Conferência da Prof<sup>ª</sup>. Clélia Brandão Alvarenga Craveiro - Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores. (X SEFOPER, 2008).

Outro ponto em destaque que soma alicerçando em favor do Ensino Religioso é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Artigo XVIII:

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Portanto esse é um ponto positivo que sustenta o Ensino Religioso no contexto escolar,

### 3.1 Ensino Religioso, Diversidade Religiosa: Numa Cultura de Paz

Quando se fala de paz não podemos deixar de falar no Ensino Religioso, pois este componente curricular é muito propício para essa temática. Quando de fala de paz não podemos esquecer-nos da Escola lugar apropriado para se estudar essa temática. Quando se fala de paz não podemos esquecer-nos da grande contribuição que a Educação nos propicia. Quando se fala

de paz. Não podemos esquecer que o mundo todo clama por esta paz tão almejada.

Esses que um dia doaram suas vidas em prol de outras pessoas. Aqueles que um dia deixaram de viver suas próprias vidas para servir ao outro. O exemplo do Cristo Jesus, que veio ao mundo apenas para servir a humanidade.

Para Dalai Lama: Sua maior preocupação é com a cultura de paz no mundo entre os pacifistas; Gandhi Lutou pelo bem comum da humanidade, fazer justiça era o ponto fundamental; Sathya Sai Baba: Um grande educador que tinha como missão resgatar a auto-estima e auto-realização das pessoas, independente de religião.

Para Sathya Sai Baba apud Nunes (2003, p. 84) “[...] educar de verdade é preciso vivenciar o amor, a verdade, a conduta correta, a paz e a não-violência.” Isso é fundamental para a humanização da Educação.

A Educação pela paz na escola não é uma mera campanha, que se realiza na escola, mas significa um despertar para a conscientização de todas as pessoas a conclamação de uma prática pedagógica da não violência, em que todos sintam interesse de comungar por essas mudanças dentro da escola, em que cada um passe a refletir sobre suas atitudes necessárias à vida e, por conseguinte à formação humana, tão importante nos dias atuais.

Tornando as pessoas mais solidárias e mais comprometidas consigo mesmas, tentando-as fazerem toda a diferença diante umas das outras quanto ao respeito mútuo até no cuidar do meio ambiente e logicamente do Planeta.

Martirani (2006, p. 96) assevera que: “A solidariedade exige que pensemos e atuemos coerentemente como os nossos deveres enquanto membros de uma comunidade global, acima das diferenças de raça, religião ou nacionalidade.”

Esse autor acentua uma frase de Gandhi; “Eu creio sempre que o ser humano, por não ter recebido o poder de criar; também não tem o direito de destruir nem a menor das criaturas”. (MARTIRANI, 2006, p.124)

A opção pelo cuidado é mais que um ato, é uma atitude de preocupação, de responsabilidade e de envolvimento afetivo com o outro, um ato de amor. Para ele as pessoas, são completas de corpo e mente, e são seres espirituais. Assim, devemos valorizar esse lado espiritual através do sentimento e do cuidado com o outro bem como também com o nosso planeta.

De acordo com Nunes (1961, p. 71) afirma que: “As crianças nos copiam e imitam para aprender. Portanto, é muito importante refletir sobre o que estamos transmitindo a elas. Muitos pais e professores acreditam que apenas proporcionar conhecimento intelectual é importante.”

Essa proposta deve fazer parte do currículo da escola e por isso precisa ser incluído em seu Projeto Político Pedagógico, estabelecendo uma nova e dinâmica maneira de ensinar e aprender, onde o escutar e o dialogar sejam trilhas para estabelecer no ambiente escolar a construção de uma cultura de paz. Isso pode ser praticado por todos, na sociedade, família e principalmente na escola. Martirani (2006, p. 183) assegura que: “Uma verdadeira busca pela paz, assim como uma educação para paz, não pode considerar-se neutra e quase asséptica, pois as ideias e a cultura jamais são neutras.”

### **3 Metodologia: uma proposta coletiva**

Inicialmente deixamos aqui nessa parte da pesquisa, a estruturação de todo o trabalho realizado. Na primeira reunião com o grupo de professores de ER da rede municipal de João Pessoa-PB surgiu com os desabafos destes profissionais, quanto às questões sobre a violência e as preocupações sobre o que fazer em sala de aula. Foi aí que surgiu a ideia da construção de um Projeto que viesse suprir essas dificuldades expostas por todos/das. E como fazer para que essa prática faça parte do currículo escolar? Como podemos mudar os outros se não começarmos por nós mesmos? Qual a importância desse trabalho na escola? Como a comunidade escolar se comportaria? Que temática trabalharíamos?



Segundo BERGER (1985, p.20). “É trabalhando juntos que os homens fabricam instrumentos, inventam línguas, aderem os valores, concebem as instituições, e assim por diante. [...]. “A sociedade é, portanto, não só resultado da cultura, mas uma condição necessária dela”.

Associada a essa ideia Freire (2006 p. 41-42) assegura quanto: “A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado”.

Trabalhar com a pedagogia de projetos foi uma proposta que surgiu na formação de ER no 1º semestre de 2018, levantada para o universo de setenta e cinco (75) professores, para as 95 escolas dessa rede de ensino, onde estabelecemos prazos e datas. Um cronograma facilitou o entendimento do grupo e permitiu que as ações ocorressem de forma organizada. Sugerimos o cumprimento das seguintes etapas:

1. Definição do tema;
2. Definição dos objetivos gerais; e específicos;
3. O Projeto e a proposta pedagógica da escola;
4. Justificativa;
5. Metodologia;
6. Atividades;
7. Acompanhamento, avaliação e disseminação;
8. Definição do título do projeto;
9. Finalização.

Todavia é de suma importância que esse educador perceba o seu novo papel, e as escolas procurem assegurar este espaço em seu âmbito escolar, por ser um lugar propício para refletir sobre a diversidade cultural religiosa, dentro do princípio da alteridade.

OLIVEIRA *et al.* (2007, p. 110) assevera que “A presença de diversas culturas, com suas diferentes expressões de ordem linguística, artística, religiosa, etc., num sistema educacional requer indubitavelmente uma tomada de consciência, uma

reflexão sobre os encaminhamentos e a elaboração de suas propostas curriculares”.

A partir da Sensibilização desses educadores em diversos encontros, com oficinas de dinâmicas com a finalidade de motivá-los/las. Percebemos o interesse de alguns. Em cada oficina era um projeto diferente estudado. Apresentamos vários modelos, tais como: “Construindo uma Cultura de paz nas escolas: sob o olhar da gestão democrática”; “Projeto Cultura de Paz”; “Projeto Educação em Valores Humanos”. Iniciamos em trabalhar algumas atividades, com a finalidade de tirar as dúvidas que ainda existiam. Feito isso!

Dividimos os grupos do 1º ao 9º Ano, ao todo foram dez (10) grupos. Cada grupo escolheu as turmas. E outro grupo ficou com a EJA, distribuído da seguinte maneira:

- 1-Entre os meses de fevereiro a março sensibilização e motivação;
- 2- abril e maio construção dos projetos;
- 3-maio e junho apresentação dos projetos na formação continuada.
- 4-Depois seria discutido nas escolas.
- 5-De julho em diante esse trabalho pedagógico seria realizado nas escolas, onde estão sendo desenvolvidos, junto à equipe pedagógica e aos estudantes.

Oleniki, Daldegan (2004, p.36) afirmam:

[...] “o educador deve propor em suas aulas o encantamento, a ética nas relações de ensino-aprendizagem, a escuta, o respeito ao educando e a construção de sua autonomia na elaboração do saber religioso”. [...].Portanto, uma das propostas do ER é respeitar as diferenças, bem como dialogar principalmente.

O tema escolhido por todos/das foi: Projeto Cultura de Paz. Por isso é importante que os educadores estejam atentos em

sala de aula e partilhem esse aprendizado de respeito às diferenças com os educandos, que é uma questão de alteridade junto à crença do outro para construir uma cultura de paz, nas escolas. Mas, para isso precisam estabelecer acordos pedagógicos que poderão nortear os trabalhos de sala de aula com mais eficácia.

Como se deu a escolha dos grupos? Nesse caso, a dinâmica apresentada aconteceu da seguinte forma: Foram distribuídos um papel contendo nomes de 10 valores: Fez-se um sorteio e cada pessoa que estava com o nome do mesmo valor formava o seu grupo, como por exemplo: respeito; diálogo; esperança; e assim por diante até se formarem os 10 grupos. Portanto 10 palavras de valores para 10 grupos

Nessa construção em grupos, cada docente participou, já pensando em levar para a sua escola e reverter à sua realidade escolar, recorrendo aos anseios de minimizar essas dificuldades de lidar com a violência, propondo à equipe pedagógica da escola o devido apoio para o desenvolvimento desse trabalho.

De acordo com os PCNER (2009 p. 35): “Todo o conhecimento humano torna-se patrimônio da humanidade.”. Portanto, isso é o que faz a grande diferença nas aulas de ER.

#### **4 Resultados e discussões: escola, família e os papéis de cada um**

Essa proposta foi e ainda está sendo desenvolvida pelos professores em algumas escolas com muito êxito; outros docentes ainda estão se organizando, porém caminhando e tentando adaptar aos outros projetos da escola. Há os que estão com dificuldades não só de elaborar, mas de desenvolver esse trabalho, tendo em vista o acúmulo de exigência de outras atividades propostas para as escolas pela Secretaria de Educação e Cultura, com a finalidade de responder aos preparativos da Escola Nota 10.

Diógenes e Carneiro afirmam (2017, p. 106): “Não acreditamos em nenhum esforço de educação para a paz no sentido de construir a cultura de paz sem que seja pensada e

dialogicidade da relação entre professor e aluno.” Vale ressaltar, portanto, que o esforço dos/as docentes em minimizar a questão da violência é tão importante haja vista a sua atuação no processo da formação continuada, de suas participações ativamente demonstrando o interesse comum a todos e todas fazendo suas escolhas de atividades procurando de forma enriquecer seus conhecimentos até mesmo na partilha dos relatos de experiências, em que o diálogo é primordial.

Para isso é fundamental que esse diálogo se estenda para toda comunidade escolar. Todas as pessoas que fazem parte desse trabalho em equipe, isto é: Corpo técnico administrativo; educadores; funcionários de um modo geral, educandos, mas principalmente a participação dos pais e familiares, em que todos e todas devem participar do coletivo da escola.

Diógenes e Carneiro asseguram que (2017, p. 108): “Assim, a cultura de paz não deixa a família em segundo lugar, antes é importante conquistá-la para estabelecer relações de dialogicidade, democraticidade e respeito mútuo nas escolas”. E qual será o papel do gestor diante desta proposta de Ensino Religioso e cultura de paz? Em princípios, é preciso que este gestor ou gestora seja envolvido não somente com o processo administrativo, mas também, com todo o processo pedagógico da escola. De acordo com Lück (2010, p. 71),

[...], compete aos gestores escolares abrir espaço para orientar essa conquista, em vez de cobrar a participação para a execução das ações que já tenham sido previamente decididas. Aos professores, alunos e pais de alunos cabe perceber que eles constroem a realidade escolar desde a elaboração do seu projeto pedagógico até a efetivação de sua vivência e ulterior promoção de transformações significativas.

Não se trata aqui de conceder, doar ou impor participação, mas sim de estimulá-la, de modo que se integre nesse processo contínuo. “A vida cotidiana revela para o ser humano, muitas respostas para um mesmo questionamento, com isso, essas respostas podem ser contraditórias entre si. [...] há uma necessidade de organizar esses conhecimentos, possibilitando assim uma visão global do mundo [...]” (HOLMES 2016, p. 44). Todavia, aqui assumimos um trabalho pedagógico nas aulas de Ensino Religioso com o foco voltado *para a paz* sem deixar de falar das tradições e culturas religiosas. O tema em questões requer um olhar diferenciado destacamos entre as Competências Específicas da (BNCC para o Ensino Religioso) três delas que são: Terceira Competência: “Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza enquanto expressão de valor da vida”; “Quarta Competência: Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver”. E a sexta competência que é: “Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz”. (BNCC, 2017, 435).

## **5 Considerações finais**

A escola pela sua função social constitui-se no espaço de construção e ressignificação dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados. Por este motivo a mesma não pode omitir-se de conhecimentos tão significativos quanto esta proposta de trabalho.

O desenvolvimento desta proposta pedagógica para as nossas escolas poderá trazer muitos benefícios que poderão mudar o perfil de cada uma, com suas diferenças, pois se trata de envolver toda a comunidade escolar, sensibilizando-as para minimizar as dificuldades que sentem sobre os problemas relacionados à violência nos mais diversos aspectos: Violência

física; *bullying*; intolerância religiosa; desrespeito às diferenças de um modo geral; depredação do patrimônio histórico cultural.

A nossa visão, enquanto formadora dos professores de Ensino Religioso de João Pessoa-PB, está voltada para alguns pontos considerados importantes, entre os quais destacamos alguns que devem ser revistos por essas instituições principalmente pela equipe técnica-pedagógico-administrativa no momento do planejamento e avaliação, do processo pedagógico da escola, ou seja:

- Dar mais apoio ao desenvolvimento do componente curricular de Ensino Religioso na escola como um todo;
- Facilitar o trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula;
- Acompanhar o trabalho pedagógico do/da docente;
- Facilitar para que este/esta docente possa ter um momento para explicar para o grande grupo sobre o Ensino Religioso no momento do planejamento;
- Facilitar a Inclusão dessa temática cultura de paz no Projeto Político Pedagógico e acompanhando sistematicamente;
- Promover o fortalecimento dessas práticas sistematizadas para modificar o ambiente escolar, tendo o cuidado de estar sempre avaliando;
- Acompanhar o trabalho coletivo e interdisciplinar com toda a comunidade escolar;
- Fazer parcerias com a participação da família na escola;

Não obstante, a Educação deve oferecer um espaço para desconstruir os processos de violência no cotidiano escolar, entre outras coisas destacam-se pequenas atitudes de comportamento e da boa convivência que através do diálogo venham resolver conflitos que até então estavam prejudicando o ambiente escolar.

É papel da escola fazer essa reflexão e motivar a toda a comunidade escolar para que se sinta responsável a

desenvolver sentimentos de paz interior através de hábitos e atitudes e de pequenos gestos. De que maneira a escola pode trabalhar a cultura de paz e não violência. Isso é possível? Basta um pouco de boa vontade e querer! Deduzimos que, para tanto, tal educação deva começar por toda escola, isto é a partir da equipe de gestores, especialistas, docentes, funcionários, até atingir os educandos e seus familiares. Cada um reconhecendo dentro de si a sua capacidade de mudanças. Para isso é necessário que todos e todas se dêem as mãos e partam para o desenvolvimento de um trabalho coletivo para mudar a cara da escola. E de que maneira pode-se fazer isso? Reunir toda escola, para planejar e traçar objetivos e metas destacando as prioridades: Realizar um planejamento participativo, ouvindo os segmentos, fazendo anotações das coisas mais significativas. Organizar um cronograma de atividades. Feito isto, partir para as habilidades práticas com promoções das atividades como:

- Palestras diversas de acordo com as necessidades;
- Desenvolver campanhas de sensibilização para mudar a escola;
- Ouvir cada segmento, principalmente os/as discentes;
- Encher os espaços de frases construtivas, murais com os trabalhos desses e dessas estudantes;
- Promover gincanas;
- Concursos de frases, redações, poesias, cordel e paródias;
- Construir canteiros de plantas medicinais, ornamentais e hortas. e outros.

E por ai vai o caminho na certeza de que nessa trilha chegar-se-á na construção da paz tão almejada por todos e todas.

Nesse caso, o processo de ensino e aprendizagem só terá êxito quando pensado, refletido, planejado e avaliado. Acredita-se que isso só se efetivará de forma integrada ao projeto educativo da escola, quando esta se comprometer de garantir o sucesso não só do ensino, mas da aprendizagem.

Destarte, a semente foi plantada, esperamos a sua germinação, que floresça e dê bons frutos com novas sementes, para essa geração que aí está e a futura que virá.

## 6 Referências

BERGER. Peter Ludwig. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião; Luis Roberto Benedetti (org.); tradução José Carlos Barcellos). São Paulo: Paulus 1985.

BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação. CNE. Diretrizes Curriculares Nacionais em Ciências da Religião/Ensino Religioso. 2018.

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. (BNCC). 2017.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº. 9394/96 de 20 de dez.** 1996. Diário Oficial da União, nº 248 de 23.12. 1996. Seção I.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Nova redação do Art. 33 da Lei9394/96. Lei nº. 9475/97 de 22 de julho de 1997. Brasília: Diário Oficial da União, de 23 de julho de 1997, Seção I.

BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação. CNE Resolução 02/1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Serviço Gráfico.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/> (s.d.)

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Gestão Escolar e Docência** – São Paulo, SP: Paulinas, 2010. (Coleção pedagogia e educação). 158 p.



DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. CARNEIRO, Maria Joyce Maia Costa. **Cultura de Paz como Mediação no Cenário da Escola Pública**. In MATOS, Kelma Socorro Lopes de, (org). Cultura de PAZ, educação e espiritualidade IV. Fortaleza: Ed UECE, 2017. P. 99 a 114.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. Tradução: Rogério Fernandes. São Paulo: 5 Tiragem, Martins Fontes, 2001.

FONAPER: ANAIS XV Seminário Nacional de Formação de Professores para o Ensino Religioso (SEFOPER). III Seminário Regional do Ensino Religioso no Espírito Santo Vitória/ES, 13 a 15 de setembro de 2018. ISSN - 2447-7850 (online).

FONAPER. Parâmetros curriculares nacionais do ensino religioso. 9 ed. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

FRANKL, Viktor E. Em Busca de Sentido: Um Psicólogo no Campo de Concentração. Le Livros. Edição: Norte Americana. 1984.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 46 ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 33 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006 (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GADOTTI, Moacir Apostila: Educação de jovens e adultos: um cenário possível para o Brasil. s.d.

HEERDT, Mauri L. COPPI, Paulo De. **Como educar hoje? reflexões e propostas para uma educação integral**. – São Paulo: Mundo e Missão, 2005.

HOLMES, Maria José Torres. **O Mosaico Sagrado da Diversidade Religiosa nas Aulas do Ensino Religioso** In: V Seminário Nacional de Formação de Professores para o Ensino Religioso (SEFOPER) e III Seminário Regional do Ensino

Religioso no Espírito Santo, 15 ed., 2018, Vitória/ES. Anais: Formação do Docente do Ensino Religioso: desafios e perspectivas à luz da BNCC. Florianópolis: FONAPER, 2019. v. 1, p. 96 - 103. Disponível em: <fonaper.com.br>. Acesso em: dia 11/10/2019.

HOLMES, Maria José Torres. **Ensino Religioso: esperanças e desafios - reflexões da práxis no cotidiano escolar**. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2016.

HOLMES, Maria José Torres. **Ensino Religioso: problemas e desafios**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba - UFPB. 2010.

HOLMES, Maria José Torres. **Construindo uma Cultura de paz na Escola do Pólo VIII Antenor Navarro: O olhar da gestão democrática**. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) em EAD: Especialização em Gestão escolar - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 2012.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARTIRANI, Giuliana. **A Dança da Paz: da competição à cooperação**. (tradutor José Afonso Beraldin). – São Paulo: Paulinas, 2006. (coleção sociologia atual).

NUNES, Clóvis Souza. **Educação pela paz: um guia para os pais, professores e todos os estudantes da vida**. MOVPAZ. 3. edição. João Pessoa- PB. QUALIGRAF, 2003.

OLENIK, Marilac Loraine R., DALDEGAN, Viviane Mayer. **Encantar: Uma prática pedagógica no ensino religioso**. 2 ed. Petrópolis: Vozes 2004.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de *et al.* **Ensino Religioso: no Ensino Fundamental**. São Paulo, SP: Cortez, 2007. Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental.

## Capítulo XI

### **Diversidade e transdisciplinaridade no Ensino Religioso e nas Ciências da Religião: um olhar a partir da obra “Olhinhos de Gato”, de Cecília Meireles.**

*Themis Andréa Lessa Machado de Mello<sup>56</sup>  
Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona*

O professor de Ensino Religioso da Rede Municipal de Natal não dispõe de materiais didáticos específicos para as aulas, portanto, necessita construir seus próprios materiais. Há de se reconhecer que existe um nicho de estudo científico, no campo das práticas pedagógicas inovadoras dentro do ER, que podem envolver os mais variados gêneros literários, bem como as mais diversas escritas, desde a prosa até a poesia, e que os mais diversos tipos de literatura podem ser usados de forma transdisciplinar com o ER, no âmbito da diversidade religiosa.

Compreendendo a importância do uso do texto literário na construção dos saberes da prática do Ensino Religioso, sobretudo no Ensino Fundamental I, a proposta de estudo se justifica também por se somar ao coro polifônico daqueles que buscam por qualidade na oferta plural de ensino/aprendizagem de uma ciência pautada pela diversidade. Assim, o objetivo desse trabalho, é fundamentar o uso de textos literários com conteúdo transdisciplinar como uma alternativa a ser utilizada em sala de aula do ER e, especificamente, mostrar que a obra “Olhinhos de Gato” pode ser utilizada para a construção de material didático-pedagógico no âmbito das Ciências das Religiões; mostrar a necessidade de transpor paradigmas, a partir da utilização de outras obras para a transdisciplinaridade no ER, e, por fim, utilizar o conteúdo da obra na discussão da construção de uma

---

<sup>56</sup> Cf. Lista dos Colaboradores.

sociedade diversa, preparando os educandos para a convivência com pessoas de crenças diferentes.

Há no trabalho a intenção de discutir a epistemologia das CR, sua importância para a fundamentação formadora do docente de ER, bem como a composição do material a ser utilizado em sala de aula, que se associa a uma base de consolidação de uma educação libertadora, crítica e formadora de cidadãos conscientes. O que se pretende com esse trabalho é transcender o livro didático, fazendo uso do texto literário, com perspectiva de diversidade religiosa, para trabalhar em sala de aula de modo dinâmico e plural. Assim, *Olhinhos de Gatos* (2015), da escritora Cecília Meireles, encaixa-se em um debate à altura do que se propõe, sobretudo pela sua linguagem voltada para o público em geral.

## **1 Fundamentação teórica**

A preocupação por diferenciar o ER laico do confessional, bem como por distinguir o valor da Diversidade Religiosa para as práticas e vivências da sala de aula se encontram no mesmo nível, principalmente porque se entende a condição observada em sociedades nas quais não ocorre a hegemonia de uma única religião. O mesmo ocorre com os diversos materiais, sobretudo os textos didáticos. Muitos, ainda que contemplem os cinco eixos temáticos previstos pelos PCNER, que são distribuídos no currículo dos anos do Ensino Fundamental, salvaguardando a idade e ano/série dos alunos, não contemplam na totalidade o que é pensado em termos de propostas. Assim, a utilização do texto literário em substituição ao livro didático é positiva, quando o professor destaca, dentro da leitura qualquer manifestação do fenômeno religioso.

Nesse entendimento, a obra *Olhinhos de Gato* (2015) é, dentre o conjunto de obra cecilianiana, uma das que irão valorizar o pluralismo religioso e a compreensão do campo simbólico, além de trazer para o educando o âmbito do seu cotidiano, as suas práticas e vivências, bem como as informações presentes na diversidade cultural e religiosa presentes no texto, dialogando

em sala de aula, discutindo, aprendendo e ensinando, como na fala de Paulo Freire (2018).

Nesse contexto, a diversidade e a transdisciplinaridade convergem para uma construção harmônica, a primeira por açambarcar a pluralidade religiosa e a polifonia de vozes do ER e a segunda por se constituir uma metodologia muito peculiar porque a sua ação vai se consolidar a partir da interseção dos conhecimentos das disciplinas.

O reconhecimento da diversidade (religiosa, étnica-racial, cultural etc.) pode ser considerado uma consequência da democratização das sociedades, que leva em conta todos os sujeitos religiosos como legítimos. Sociedades democráticas reconhecem o direito à diferença dos indivíduos e grupos sociais. Nestas sociedades os grupos religiosos são chamados ao reconhecimento e à convivência entre as diferentes denominações. Dentro dessa abordagem, pode ser visto que:

O respeito pelo outro independe de se saber quem é, a que credo religioso contempla, o discernimento de todos são peregrinos terráqueos. Carecem da acolhida que supõe olhar para o diferente e oferecer-lhe a oportunidade de poder expressar-se, de falar da sua identidade sem o risco de ser menosprezado (OLIVEIRA, 2012, p. 86).

Muitas vezes acontece no espaço escolar a polarização religiosa, com a prática do ER confessional e a divergência entre extremos ideológicos, o que se observa com o crescimento do fundamentalismo cristão no Brasil na última década, reforçando valores reacionários. Esse posicionamento fortalece o ódio e a intolerância religiosa. No contexto da educação formal, responsabilidade da Instituição Escolar, o diálogo é importante e permite ao sujeito em formação perceber as diferenças. Cabe à Escola o trato pedagógico desse exercício, de modo a reforçar a um só tempo a autoconfiança e as disposições para o afeto com os outros, buscando a pluralidade das religiões, a transcendência

manifestadas nelas, como uma forma de combater preconceitos arraigados na sociedade. Assim:

A transcendência se manifesta aos humanos como uma necessidade imperativa para estabelecer solidez à provisoriedade. Essa informação desafia os indivíduos e grupos sociais e exige novas definições da noção de alteridade e esperança, tão necessária ao trabalho do Ensino Religioso nas escolas. A transcendência deve fazer parte da origem de todo projeto pedagógico que se proponha a formação da subjetividade do humano, para inseri-los numa terra criadora de coletividade (TORRES, 2012, p. 89).

Nessa perspectiva, é preciso encontrar a construção nas formas poéticas a beleza do discurso da transcendência, do inefável, valorizar as culturas, a diversidade e a pluralidade das manifestações e cultos religiosos. O conhecimento da Diversidade é uma das funções da escola na educação básica, seja ela pública ou privada. Para Cordeiro (2015), a religião é entendida como fato antropológico e social, permeia a vida dos cidadãos de qualquer sociedade, de todas as culturas. O ER é fator fundamental para a educação do cidadão tanto quanto o estudo das demais disciplinas.

Entende-se que, a partir dessa ideia, é possível fazer uma leitura que possa revelar e desvendar ações gestadoras de esperanças e produtoras de vida, noções presentes na poesia e na prosa e tão necessárias a serem trabalhadas no Ensino Religioso, do Ensino Fundamental I, como elementos indispensáveis na formação cidadã dos sujeitos, que começa na infância. Apesar de no Brasil existir em determinados segmentos da sociedade uma postura tolerante, também acontece com bastante frequência a discriminação religiosa, e nos últimos tempos vem aumentando os casos de intolerância, com sinais de fundamentalismos e fanatismos religiosos.

Nesse argumento, acredita-se que o trabalho nas escolas, desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, deve ser voltado para a diversidade e a pluralidade religiosas, numa perspectiva de respeito e de tolerância<sup>57</sup> ao que crê diferente ou até mesmo ao que não crê. Aragão, Silva e Libório (2019) atentam para o fato de que o cenário religioso brasileiro se mostra cada vez mais criativo e incerto, como retratou o último Censo/2010 da Religião no Brasil. Segundo esses autores, o quadro nacional tem se mostrado altamente complexo e plural, o que vem a sugerir abordagens mais abertas por parte do professor de ER, sugerindo a transdisciplinaridade<sup>58</sup>, tendo como a melhor opção as ciências das religiões, a fim de se fundamentar, teórica e metodologicamente, o Ensino Religioso no espaço público escolar. Assim:

acredita-se que as possíveis contribuições do método da complexidade e da abordagem transdisciplinar na educação podem ajudar a redimensionar os limites e a metodologia do Ensino Religioso para que se torne uma

---

<sup>57</sup> I) Tolerância, não no sentido negativo, de “suportar” a diferença, mas de reconhecer que o outro possui valores próprios que diferem dos meus, que grupos culturais e religiosos cultivam valores e se orientam por outros princípios, que diferem do meu grupo, todos válidos e legítimos, não devendo ser julgados a partir da minha ótica ou do meu grupo. Ser tolerante, portanto, é um aprendizado lento e progressivo, que requer, além do conhecimento do outro e suas convicções, uma atitude respeitosa em relação ao outro, independente das diferenças. (SILVA, 2015, p. 141)

<sup>58</sup> A transdisciplinaridade é uma nova abordagem científica e cultural, uma nova forma de ver e entender a natureza, a vida e a humanidade. Ela busca a unidade do conhecimento para encontrar um sentido para a existência do Universo, da vida e da espécie humana. Se a Ciência Moderna significou uma mudança radical no modo de pensar dos homens medievais, a transdisciplinaridade, hoje, sugere a superação da mentalidade fragmentária, incentivando conexões e criando uma visão contextualizada do conhecimento, da vida e do mundo. (SANTOS, 2005, p. 1-2)

disciplina científica e laica como qualquer outra disciplina da escola. A nova epistemologia complexa surge como possibilidade de reorganizar a própria estrutura do saber e resgatar conceitos, princípios e métodos mais abertos de conhecimento, favorecendo a formação integral da pessoa humana e seu preparo para o exercício da cidadania numa sociedade cada vez mais pluralista e planetária (ARAGÃO; SILVA; LIBÓRIO, 2019, p. 297).

A transdisciplinaridade, que não é recente, amplia as múltiplas abordagens no Ensino Religioso, vai utilizar a intersecção das mais diversas áreas de conhecimento e os mais diversos contextos, como afirma Videira (2004), citado por Aragão e Souza (2018): entre, através e além das disciplinas científicas. Para tal, é necessário compreender que a transdisciplinaridade “pode ser concebida como uma modelização de sistemas complexos de conhecimento, apoiada em uma metodologia que comporta a compreensão de níveis de realidade e percepção e os integra pela lógica do Terceiro Incluído (ARAGÃO; SOUZA, 2018, p. 43)<sup>59</sup>,

A Transdisciplinaridade propõe-se a transcender a lógica clássica, a lógica do “sim” ou “não”, do “é” ou “não é”, segundo a qual não cabem definições como “mais ou menos” ou “aproximadamente”. É nesse caminho de uma nova ciência, que a obra literária em prosa pode ser interpretada. Sendo assim, busca-se utilizar a transdisciplinaridade no Ensino Religioso

---

<sup>59</sup> A lógica do Terceiro Incluído permite o cruzamento de diferentes perspectivas, onde um sistema coerente, e, ao mesmo tempo, aberto, é construído, permitindo uma melhor compreensão não só de fenômenos científicos, como no caso da Física Quântica, mas também políticos e sociais. Esta lógica não abole a lógica aristotélica do “sim” e do “não”. Apenas não mais se considera a existência de somente dois termos e, sim, três; um terceiro que é o Terceiro Termo Incluído (SANTOS, 2005. p. 3).



através da Literatura, especificamente, num trabalho com a obra *Olhinhos de Gato*. Nessa busca, a transdisciplinaridade vai emprestar a sua metodologia ao campo dos estudos de religião, se desdobrando a partir da postura transcultural e de uma mística transreligiosa (ARAGÃO; SOUZA, 2018). Ou seja, além de uma observação linear, vai apontar para o fato de que religiões diferentes, em um mesmo contexto, possivelmente um mesmo nível de realidade, soam como antagônicas e excludentes. Mas, segundo os autores:

[...] se considerarmos outro nível ao menos, surge um “Terceiro”, que, incluído, as pode reconciliar. Trata-se da base antropológica que constitui a todos e exige uma hospitalidade e comunhão ética, ou da altitude mística para cujo silêncio e sonho comum colaboram os sons diferentes de todas as tradições espirituais (ARAGÃO; SOUZA, 2018, p. 43).

Compreendendo a dimensão da metodologia transdisciplinar pode ser acrescentado que a inserção do texto literário em sala de aula é pertinente, uma vez que não cabe julgamento seletivo acerca desta ou daquela religião, sem constituir um lugar privilegiado para qualquer que seja a cultura ou tradição religiosa. Essa busca envolve diálogo e respeito, que são atitudes imprescindíveis na sala de aula, indistintamente, mas sobretudo, nas de ER, tendo em vista que as religiões de raízes históricas, ligadas ao cristianismo por exemplo, são hegemônicas, se comparadas as de raízes africanas e indígenas. Nesse contexto, a transdisciplinaridade:

[...] engendra uma atitude transcultural e transreligiosa. A atitude transcultural designa a abertura de todas as culturas para aquilo que as atravessa e as ultrapassa, indicando que nenhuma cultura se constitui em um lugar privilegiado a partir do qual

podemos julgar universalmente as outras culturas, como nenhuma religião pode ser a única verdadeira – mesmo que cada uma possa se experimentar como absolutamente verdadeira e universal (ARAGÃO, 2013, p. 1720).

Ou seja, vai trazer a lente da igualdade tão necessária para o processo de ensino/aprendizagem do ER. Nesse sentido, o texto literário é considerado uma ferramenta transdisciplinar, dentre outras questões, porque traz em si elementos culturais e religiosos, o que não falta à obra da escritora Cecília Meireles. Sendo assim, é um instrumento que pode ser utilizado em transdisciplinaridade com o Ensino Religioso, na sua concepção de diversidade, já que é uma obra que retrata também representações religiosas diferentes, como o catolicismo popular e o candomblé.

O Trabalho com a Obra *Olhinhos de Gato* pode ser utilizado num trabalho em sala de aula, observando a diversidade, através do relato e análise de experiências religiosas dos personagens retratados pela escritora Cecília Meireles. Uma postura transdisciplinar e o olhar da diversidade ajudam a criar contextos de diálogo das CR, traduzindo-os pedagogicamente para os conhecimentos para o Ensino Religioso em processos libertários.

A escolha da obra autobiográfica *Olhinhos de gato* (2015), para o desenvolvimento da leitura em turmas do Ensino Fundamental I, tem como objetivo focalizar a temática da diversidade religiosa, buscando no ambiente escolar o respeito pelas multiplicidades, numa convivência de acatamento e tolerância. É possível encontrar no texto um material rico que pode ajudar na discussão de construção de uma sociedade na qual a diversidade é respeitada e que venha a preparar para a convivência com pessoas de crenças diferentes. Analisar o discurso contido no texto literário, e sintetiza-los para o nível de aprendizagem de cada turma, é importante para o trabalho em sala de aula e avaliação dos resultados alcançados.

De modo geral, as análises construídas indicam a necessidade de espaços que ressignifiquem as múltiplas imagens do universo ceciliano, como caminhos para o encontro com o texto literário, com as camadas submersas nas metáforas e com a estética e sensibilidade, promovidas na leitura feita pelos educandos. Portanto, no universo da sala de aula do Ensino Fundamental I, que é o lugar do Ensino Religioso, há uma preocupação com o material didático que possa ser utilizado nessa Área de Conhecimento. Não obstante todo material produzido para tal fim, o que se propõe nesse estudo versa sobre o uso da obra em prosa *Olhinhos de Gato*, da escritora Cecília Meireles, como uma possibilidade de texto didático para o ER.

Na busca por uma metodologia que contemple a diversidade nos estudos de Ciências das Religiões, no uso dos textos paradidáticos, para contemplar os mais distintos contexto e fluir conteúdos que sejam pertinentes ao público que está cotidianamente na sala de aula do ER, nada mais saudável que o uso da transdisciplinaridade, como abordagem que vai endossar a visão da interação entre as disciplinas científicas, lançando mãos dos estudos da Nova Hermenêutica, para o entendimento do texto literário

Pode-se acrescentar que o diálogo estabelecido a partir do texto literário é criativo e permite maior flexibilidade, no sentido de contemplar não uma religião, mas religiosidades. Fugir da confessionalidade, que muitas vezes está presente no formato didático previsto para o uso em sala de aula, ainda que contemplem os eixos temáticos previstos no PCNER pode se apresentar em um formato engessado e alienado da realidade da escola, do aluno, do professor e dos demais atores sociais envolvidos, ao invés de buscar um trabalho que contemple a diversidade religiosa.

Espera-se, através deste trabalho, mostrar o texto literário como uma ferramenta a ser considerada para as aulas de ER no Ensino Fundamental I, e que venha a ser somado aos muitos outros que discutem as Ciências das Religiões como a área de formação para um profissional atuante e engajado, compromissado e atento às novas ferramentas, que traga uma

dinâmica arrojada para a sala de aula, que é que o campo de excelência do cientista das religiões.

## Referências

ARAGÃO, Gilbraz. **A libertação desdobra-se em diálogo? Teologia da Libertação e diálogo inter-religioso.** Belo Horizonte: Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1710-1726, out./dez. 2013.

ARAGÃO, Gilbraz; SILVA, Cícero Lopes; LIBÓRIO Luiz Alencar. **Ensino Religioso Laico: Um olhar complexo e transdisciplinaridade.** Caminhos, v. 17, n.1 296-312, 2019.

CORDEIRO, Darcy. Diversidade Religiosa, Direitos Humanos e Ensino Religioso. In: POZZER, Aldaci, PALHETA, Francisco, PIOVEZANA, Leonel, HOLMES, Maria José (org). **Ensino Religioso na Educação Básica: Fundamentos Epistemológicos e Curriculares.** Florianópolis: Saberes em Diálogo. 2015, p. 145-153.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 65<sup>a</sup>. edição. 2018.

MEIRELES, Cecília. **Olhinhos de Gato.** São Paulo: Global, 2015

OLIVEIRA, Josineide Silveira de. **O Sagrado como semeador de estratégias do viver** (Dissertação) Mestrado em Ciências da Religião, UNICAP – PE, 2012.

SILVA, Marcos Rodrigues. Ensino Religioso e Ciência(s) da(s) Religião(ões): tensões, desafios e perspectivas. In: POZZER, Aldaci, PALHETA, Francisco, PIOVEZANA, Leonel, HOLMES, Maria José (org). **Ensino Religioso na Educação Básica: Fundamentos Epistemológicos e Curriculares**. Florianópolis: Saberes em Diálogo. 2015, p. 135-144.

SANTOS, Akiko. **Complexidade e Transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido**. Revista Brasileira de Educação. v. 13. n. 9. P. 71-83. Jan./abr.2008.

TORRES, Maria Augusta de Sousa. **Ensino Religioso e Literatura: um diálogo a partir do poema Morte e Vida Severina**. Recife: FASA, 2012.

## Capítulo XII

### A formação de docentes no ensino religioso

*Andréia Rodrigues da Silva Nunes<sup>60</sup>  
Diógenes Faustino do Nascimento*

O estudo desse artigo pretende abordar a atuação do professor que se propõe a ministrar aulas de ensino religioso nas escolas brasileiras nos dias atuais e suas contribuições para a redefinição dos fundamentos epistemológicos e pedagógicos desse componente curricular.

A epistemologia trouxe ao ensino religioso a possibilidade de uma prática docente criativa e aberta que visa mostrar racionalidade a religião. Essa epistemologia é complexa e não explica tudo, mas avançou nessa prática educativa. Associada a epistemologia deve vir a didática, ensino indispensável na formação desses docentes.

A educação é o meio mais eficaz para se combater a intolerância religiosa presente no cotidiano da escola e da sociedade como um todo. Um dos maiores desafios da educação é ensinar o aluno a conviver, ou viver com o outro, aprender a ser tolerante, conhecer e respeitar as diferenças. A escola tem o papel de combater à intolerância, através do “com- viver”, ou viver com o outro. DELORS (1998), ao propor os “Quatro Pilares da Educação para o século XXI”, fala de “*aprender a viver junto*” ou “*o com-viver*”. Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser são grandes desafios educacionais, segundo o autor.

O presente trabalho se propõe a uma reflexão sobre um ensino religioso que gere desenvolvimento de habilidades e que contribua significativamente para a educação de um cidadão crítico, atuando na sociedade com valores que lhe proporcione

---

<sup>60</sup> Lista de Colaboradores

uma convivência solidária. Nossa reflexão também passa pela questão dessa matriz curricular como contribuição para a promoção da solidariedade e da tolerância em toda a comunidade escolar e grupos sociais, culturais, religiosos e étnicos, onde a diversidade cultural se manifeste na pluralidade de identidades que caracterizem os grupos que compõem a sociedade. Para tanto, como metodologia aplicada fazemos uso da pesquisa bibliográfica, com consulta em livros, sites e resenhas; por tratar-se de uma investigação exploratória e de caráter analítico qualitativo.

Propomos um ensino religioso como componente curricular, sem propósito doutrinante, numa visão religiosa respeitosa. Espera-se nas escolas brasileiras um ensino religioso laico, respeitando o espaço escolar que tende a ser muito diverso, um ambiente de muita pluralidade tanto cultural como religiosa. O referido componente curricular se apresenta como um espaço escolar privilegiado para a educação dos valores éticos e a educação para a cultura de paz.

A escola deve ser ambiente de promoção de diálogo e respeito, desenvolvendo aprendizagens críticas dos conhecimentos espirituais da humanidade, levando o aluno a comparar criticamente e interpretar os fatos, religiosos e seus contextos históricos.

## **1 As implicações da legislação**

Em 1549, chega ao Brasil os jesuítas que fundam a primeira escola pública brasileira, em Salvador (BA). Inicialmente a instituição era destinada aos indígenas, mas os colonos reivindicavam a escola para seus filhos, passando à escola exclusiva para atendê-los. Quando os jesuítas saem de cena, em 1759, a escola pública passa a ser conduzida pela Igreja Católica. Com a Constituição Federal em 1824, a religião continua sendo a Católica no império. A segunda fase da história do Brasil

é marcada pela separação do Estado e Religião. Em 1890, Deodoro da Fonseca institui liberdade de cultos. E em 1891, fica estabelecido que a população pode praticar seus cultos e suas crenças livremente, e que o ensino seria laico nas escolas.

Em 30 de abril de 1931, com o Decreto de Vargas (n. 19.941) fica estabelecido que o componente curricular seria facultativo e oferecido nas escolas conforme a opção religiosa dos pais e/ou responsáveis do aluno. Sob a influência da Revolução Francesa, inicia-se o processo de laicidade no ensino, e o Estado permanece se encarregando da parte moral na educação.

Nessa tendência aponta-se para uma proposta evangelizadora, porém, ao mesmo tempo, procurando uma redefinição que atendesse as demandas das escolas e da sociedade. Somente em julho de 1997, assegurou-se o respeito à liberdade religiosa no Brasil, vedando o proselitismo nos ambientes escolares. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional nº 9.475/97).

Após quatro sessões de intenso debate, o plenário do Supremo Tribunal Federal declarou constitucional, na rede escolar pública brasileira, o ensino confessional em setembro de 2017. A ministra Cármen Lúcia afirmou que a facultatividade da matrícula evita qualquer constrangimento aos alunos que não professarem a religião predominante e que a laicidade no país está respeitada: “A lei questionada não autoriza proselitismo, catequismo ou imposição de uma religião específica”. A laicidade não permite hostilidade à religião, diferente do laicismo, que é intransigente e opositor de toda crença na transcendência.

A LDB determina que o ensino em questão nas instituições públicas deve ser oferecido em caráter optativo. Cabe a cada rede de ensino (estadual ou municipal) o planejamento para efetuação do currículo e os critérios para seleção dos docentes. Cada sistema de ensino organiza o



oferecimento das aulas e sua grade horária. Alguns estados fazem parcerias com igrejas e instituições religiosas para admissão de professores. Outros estados admitem professores não confessionais, sem serem necessariamente representantes de alguma religião, optando pelo ensino religioso não confessional.

Espera-se um ensino religioso laico nas escolas brasileiras. A escola como lugar de promoção de diálogo e respeito, desenvolvendo aprendizagens críticas dos conhecimentos espirituais da humanidade.

## **2 Pluralismo e o ensino religioso**

*Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião (DDH, art. 18).*

Vivemos em uma sociedade plural composta por indivíduos que se diferenciam entre si, mas se assemelham em essência; nesse contexto é normal que haja diferenças na convivência do cotidiano escolar. Uma sociedade pluralista é aquela em que convivem pessoas que têm interesses contrários, mas que reflete a noção de justiça de um povo, e garante os direitos fundamentais do indivíduo e da coletividade.

Ainda hoje é tema de permanente discussão o racismo no Brasil, étnico ou social, contra o índio, o negro, o pobre. Infelizmente, no século XXI, a sociedade brasileira ainda apresenta momentos de desrespeito e intolerância. A laicidade no Estado brasileiro garante a igualdade de direitos e de conhecimento das diversas possibilidades de espiritualidade permitindo a todas suas crenças e práticas religiosas. É uma conquista de uma sociedade que buscou separar-se do poder teológico e político tradicional. A laicidade consiste na neutralidade confessional do Estado e das instituições para um

tratamento igualitário entre os alunos e, conseqüentemente, entre os cidadãos.

Busca-se na educação brasileira a neutralidade confessional do Estado e um tratamento igualitário entre todos os agentes envolvidos na comunidade escolar, onde as diferenças não são negadas, mas respeitadas. O componente curricular em questão propõe fornecer ao aluno meios de optar por uma orientação religiosa, motivada por um desejo consciente e voluntário.

Podemos respeitar a posição de cada religião, porém isso não quer dizer que devemos concordar com os seus dogmas, mas tratá-las de maneira coerente para que possamos compreendê-la e reconhecê-la dentro de suas diferenças e daí a compreensão do outro a partir da tolerância, respeito e diálogo. A paz no mundo só se construirá quando houver esse entendimento entre as pessoas e as tradições religiosas, sendo essa uma busca do próprio ER (HOLMES, 2016, p. 49).

A pluralidade cultural do mundo em que vivemos e que se manifesta de forma impetuosa em todos os espaços sociais, inclusive nas escolas e salas de aula, frequentemente, gera conflitos enfrentados pelos educadores. O ensino religioso não deve ser pensado indissociável à cultura de paz. Por outro lado, essa pluralidade promove o enriquecimento das ações pedagógicas, tirando os profissionais da educação da zona de conforto, fazendo-os refletir e buscar estratégias para lidar com esse desafio, visando uma sociedade mais justa e igualitária, onde as pessoas saibam viver em harmonia.

A escola caminha sempre em direção ao combate à intolerância, através do “com- viver”, ou viver com o outro. DELORS (1998), ao propor os “Quatro Pilares da Educação para o século XXI”, fala de “*aprender a viver junto*” ou “*o com-viver*”. Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser são um dos maiores desafios da educação, segundo o autor.

A convivência humana vem carregada de diversos interesses e necessidades individuais, que são em potencial geradores de conflitos que podem levar ao rompimento das

relações interpessoais e à violência na escola. A escola também tem a função de formar valores morais e competências para uma convivência saudável entre os envolvidos no processo escolar. Podemos utilizar brincadeiras, jogos, atividades esportivas, entre outras estratégias como meio para a formação social e afetiva do aluno:

Em sua atuação e concepção, o ER deve promover a reflexão, a partir do contexto social dos educandos, visando educar para o diálogo, para o exercício da alteridade e para a construção de atitudes que conduzam para um novo caminho, em que os valores positivos possam permear no seio da comunidade estudantil e na sociedade (HOLMES, 2016, p. 85),

Restaurar os laços dentro da escola e construir a mediação é o caminho a ser trilhado por esse professor, procurando deixar fora do ambiente escolar questões indesejáveis que podem surgir como: violências verbais ou físicas, atitudes discriminatórias e preconceituosas, *bullying*, conflitos de interesses, falta de consenso, práticas de injustiça, entre outras. O princípio da tolerância e do respeito às liberdades individuais nas manifestações religiosas que compõem a diversidade étnica e cultural da nação brasileira, aponta os princípios para a formação cidadã do aluno e direitos e deveres do cidadão.

## **2.1 O que se espera do docente de ensino religioso**

Essa matriz curricular tão importante exige que o docente dialogue e saiba conviver com as diferenças e que esteja aberto ao diálogo, respeitando a pluralidade cultural presente nas escolas. É essencial que ocorra diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo educacional, escola, família, alunos, docentes e outros profissionais da educação. Espera-se do docente dessa área educacional diálogo e convivência com as diferenças, servindo de espelho para os alunos e respeitando todos os tipos de diversidade presentes na escola.

A melhoria da formação dos desses docentes deve apontar no sentido de uma educação para a tolerância, para a não-violência, para o *aprender a ser* e o *aprender a viver juntos*. As instituições formadoras de educação inicial e continuada desses docentes não podem se furtar das discussões relativas aos temas pertinentes ao exercício dessa função como, laicidade, respeito, tolerância, pluralidade, diversidade, questões morais, filosóficas e religiosas.

Não faz sentido considerar a formação do professor sem voltar-se para o objeto primeiro desta formação, ou seja, o próprio sujeito da educação que, ao mesmo tempo, é objeto do sistema, com necessidades concretas; que é também da história, um ser de relações, que sobrevive quantitativamente, na medida em que se torna capaz de pensar sobre a sua dignidade de ser aí, lá, aqui (FIGUEIREDO, 2015, p. 77).

As referidas aulas são ambientes propícios para o despertar da consciência ética do aluno, principalmente quando o professor trabalha o eixo *ethos* (Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso – PCNER, 1997), alteridade, orientações para o relacionamento com o outro permeado por valores: respeito, igualdade, direitos, tolerância, reciprocidade. Educador e estudante caminham juntos como sujeitos em um processo de busca de se realizarem pessoal e socialmente, aprendem e ensinam, compartilham o que sabem. Tornam-se seres pensantes participativos, solidários, livres e corresponsáveis.

O aluno, ao final da educação básica, deve ter noções das principais religiões no Brasil e no mundo, para que caminhe para o respeito, não aprendendo religião ou religiões, mas se desenvolvendo na reflexão a respeito do fenômeno humano e do esclarecimento das crenças.

Independente da opção ou posicionamento religioso de cada docente ou aluno, essa aula deve ser pensada como área de conhecimento, como componente curricular, tendo o fenômeno religioso nas suas diferentes manifestações como objeto de estudo, e não crenças individuais, procurando evitar o proselitismo religioso em sala de aula. Dessa forma, trilhamos

por um bom planejamento, estudo crítico e consciente dos fatos religiosos, discutindo questões referentes a desigualdades, conectando saber, identidade e poder, levando em conta o contexto sociocultural dos alunos e o ambiente institucional. Sabe-se que cada escola tem identidade própria. Essa identidade é constituída por uma trama de circunstâncias em que se cruzam diferentes fatores. Cada escola tem uma cultura própria permeada por valores, expectativas, costumes, tradições, condições, historicamente construídos, a partir de contribuições individuais e coletivas. No interior de cada escola, realidades econômicas, sociais e características culturais estão presentes e lhe conferem uma identidade absolutamente peculiar (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p. 86).

São grandes os desafios do docente de ensino religioso, no entanto espera-se que esse profissional estimule a participação e o diálogo, levantando discussões interessantes aos alunos e criando sempre um clima democrático no ambiente escolar. Espera-se do educador de ensino religioso que esteja disponível ao diálogo, articulando questões suscitadas no processo de aprendizagem do educando, escutando e facilitando o diálogo, mediando conflitos e unindo escola e comunidade.

O educador deve levar em consideração que família e comunidade religiosa são espaços privilegiados para a vivência religiosa e para a opção da fé. Assim, o educador coloca seu conhecimento e sua experiência pessoal a serviço da liberdade do educando, abre-se à realidade difícil vivenciada em nossas escolas e procura enxergar além dos muros escolares. Propomos um esforço em refletir sobre a violência e intolerância no meio escolar. Temas pertinentes que demandam ser objetos de estudos, pesquisas e discussões nas instituições de formação de docentes.

### **3 Considerações finais**

Analisando as informações obtidas na pesquisa bibliográfica, percebe-se a necessidade de se avançar com o

ensino religioso no Brasil, promovendo um ensino democrático, republicano e laico, e que a escola seja um lugar de promoção de diálogo e respeito. Laicidade e tolerância devem estar sempre juntas no cotidiano escolar.

Consideramos que a melhoria da educação brasileira, no que se refere ao ensino religioso, passa principalmente pelo diálogo entre os elementos que envolvem a comunidade escolar, família, aluno, professor e demais profissionais da educação.

Não podemos compreender a história da humanidade sem procurar conhecer os fatos religiosos que a caracterizam. As tradições religiosas estão intrinsecamente ligadas a história da humanidade, conceituando cultura. O fenômeno religioso favorece o desenvolvimento de um espírito crítico, que permite ao homem discutir e conceber fenômenos da atualidade que fazem parte do seu cotidiano. Mas para se compreender os fatos religiosos, é preciso compreender três princípios do Estado de Direito: a liberdade de consciência, da igualdade e do bem comum.

As Ciências das Religiões parte de uma perspectiva teórico-científica bem definida. Os alunos não recebem aula de religião, porque parte-se do pressuposto que não se ensina religião. Prática religiosa é experiência a ser transmitida pelas famílias dos alunos. As Ciências das Religiões relacionam-se com uma área do conhecimento que possui objeto próprio de investigação, que é o fenômeno religioso em todas as suas manifestações e tradições religiosas e seus impactos na organização dos diferentes grupos sociais. É preciso interpenetrar a teoria e a prática. Todavia, em cada cultura estudada em sala de aula, com todas as suas diferenças e a complexidade do tema, existem várias possibilidades de se compreender melhor sobre o fenômeno religioso e uma delas é o diálogo inter-religioso (HOLMES, 2016, p. 54).

O perigo das aulas confessionais está na reprodução de ideias ou opiniões equivocadas, pouco estudadas, sem embasamento, que podem gerar preconceitos e discriminações, dirigindo-se por um caminho equivocado e contraditório. A divisão de turmas para o ensino confessional pode fomentar

disputa ou intolerância, quando o ensino religioso vem no sentido de incentivar a tolerância.

A escola é um espaço de conhecimento científico, de momentos de reflexão, de argumentação, de saber lidar com o pensamento divergente e de respeito pela crença do outro. Em tempos de intolerância religiosa que vivemos no país, separar crianças e jovens por conta da sua crença ou não-crença é lamentável. Joga-se fora uma grande oportunidade de proporcionar o exercício do diálogo, da escuta e do convívio com a alteridade, porque o convívio com a diferença é que produz o respeito e a tolerância de que tanto necessitamos na sociedade brasileira.

Ensino Religioso escolar na perspectiva não confessional, com docentes licenciados ou especialistas em Ciências das Religiões, não faz proselitismo, nem doutrinação e tampouco é incoerente com a laicidade do Estado. No atual contexto de fundamentalismo religioso que vivemos no Brasil, não parece acertado que um aluno passe pela escola sem que tenha aprendido alguns conceitos como religiosidade, sagrado, fé, transcendência e outros correlacionados.

O diálogo é um componente importante nesse processo, levando o aluno a compreender que a diversidade religiosa é uma riqueza, num país como o Brasil, e favorece o aprofundamento na sua busca pelo sentido da vida. O educador de ensino religioso deve ser aberto ao diálogo, articulando questões suscitadas no processo de aprendizagem do educando, escutando e promovendo mediação de conflitos, unindo escola e comunidade. Cidadania, participação nas discussões e tomada de decisão pressupõem educação para a formação de uma sociedade democrática.

Acreditamos que é possível um novo agir pedagógico. É um processo de desconstrução e de reconstrução com a educação de valores. A reconstrução é um processo, mas acreditamos nos bons frutos produzidos a partir do ensino religioso nas escolas, com a valiosa contribuição do docente de ensino religioso com boa formação profissional e comprometido com a educação.

## Referências

BRASIL, Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/)>. Acesso em 10 ago. 2019.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Disponível em:<<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

Decreto de Getúlio Vargas, n. 19.941 - de 30 de abril de 1931. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/decreto%2019.941-1931sobre%20o%20ensino%20religioso.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.941-1931sobre%20o%20ensino%20religioso.htm)>. Acesso em 21 ago. 2019.

DELORS, Jacques 1998. Quatro pilares da educação. In DELORS, Jacques (org.). *Educação: Um Tesouro a Descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC; UNESCO:89-102.

FONAPER, Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. *Ensino Religioso na Educação Básica: Fundamentos epistemológicos e curriculares*. Florianópolis, 2015, p. 67-87.

HOLMES, Maria José Torres. *Ensino Religioso: esperanças e desafios – reflexões da práxis do cotidiano escolar*. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2016.



MUNÓZ, Manoel Afonso Díaz. Violência e escola: o desafio ético de educar para a paz. Belo Horizonte: Cultura e comunidade, 2013.

PARÂMETROS Curriculares Nacionais do ensino religioso. Disponível em: <<http://www.fonaper.com.br>>. Acesso em 21 ago. 2019

---

# Lista dos Colaboradores

---

ALVES, Alan Nickerson. Graduado em Ciências das Religiões - UFPB- ( E-mail: alan.nickerson.28@gmail.com),

BARROS, Iany Cavalcanti da Silva. Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Frassinetti do Recife (1980), mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB (2003), e doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB (2013). Membro do Núcleo de Pesquisa Aspectos Psicossociais de Prevenção e da Saúde Coletiva - NPAPPSC. Atualmente é Diretora Acadêmica do Instituto de Educação Superior da Paraíba-IESP, é professora do curso de Psicologia e Gestão Financeira professora convidada do Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa- CINTEP nos cursos de especialização de psicopedagogia, Supervisão e Orientação e Gestão Educacional; do Centro Universitário de João Pessoa-UNIFE nos cursos de Avaliação Psicológica e Gestão de Pessoas; e na FIP no curso de Avaliação Psicológica. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Comportamento Humano e Organizacional, Liderança e Avaliação Psicológica, atuando principalmente nos seguintes temas: educação à distância, comunicação, equipes e grupos, motivação, liderança, e clima organizacional.

CARMONA, Raquel de Lourdes de Miranda e Silva. Possui graduação em Licenciatura Plena Em História pela Universidade Federal da Paraíba (1990) e mestrado em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (2019). Tem experiência na área de Teologia, com ênfase em Ciências da Religião Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: fé, ciências das religiões, memória, religiosidade e patrimônio.

Atualmente faz parte da coordenação da pós-graduação de Ciências das Religiões, Diversidade e Ensino Religioso [Especialização] do Centro Universitário UNIESP e colaboradora da COOPERE, da mesma instituição.

CARVALHO, Luciano Honório de. Graduado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (1996). Advogado - professor do Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP) e da Sociedade Paraibana de Educação e Cultura.

CAVALCANTI, Carlos André Macêdo. Professor Doutor (UFPE) e Pós-Doutor (PUC) na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, onde atua no ensino e na pesquisa, níveis de Graduação e Pós-Graduação nas áreas de Ciências e História das Religiões. É um dos fundadores da Área de Ciências das Religiões na UFPB (PPGCR e CGCR). É líder do Grupo Videlicet Religiões, de Estudos em História, Diversidade e Imaginário (CNPq), no qual também funcionam grupos de leituras: o Officium, de História da Inquisição, das Religiões e do Sagrado e o Azoth, de Estudos sobre Esoterismo Ocidental. Atuou como titular na Coordenação Nacional do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso - Fonaper (2011 a 2014).

CAVALCANTI, Jeane Odete Freire dos Santos. Mestre e doutoranda em Ciências da Religiões pela UFPB, pesquisa na linha de Espiritualidade e Saúde. Especialista em Estudos Avançados do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Especialista em Gestão Municipal pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB e Graduada em Educação Física pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. No momento encontra-se como docente do Instituto Superior de Educação da Paraíba-IESP e Coordenadora adjunta do Coordenação de Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social - COOPERE- IESP

COSTA, Ivanice Frazão de Lima e. Possui graduação em Licenciatura Plena Em História pela Universidade Federal da Paraíba (1970) , especialização em Hispanoamerica En El Siglo XVIII Instituciones Soc pela Universidad Hispano Americana de Santa Maria de La Rabida (1980) , especialização História da América pela Universidad de Sevilla (1981) , mestrado em Mestrado En Estudios Latinoamericanos pela Universidad Nacional Autónoma de México (1973) e doutorado em Geografia e História Secção História da América pela Universidad de Sevilla (1981) .

FONSECA, Mônica da Mota. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; graduanda em Pedagogia do Campo – UFPB, e Especialista em Ciências das Religiões, Diversidade e Ensino Religioso – IESP. (E-mail [monica\\_midia@hotmail.com](mailto:monica_midia@hotmail.com);  
Cv: <http://lattes.cnpq.br/8805663398030603>),

HOLMES, Karina Ceci de Sousa. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. Especialização em Psicopedagogia - CINTEP. Especialização em Ciências das Religiões Instituto de Ensino Superior da Paraíba - IESP. (E-mail: [karinaholmes.holmes@gmail.com](mailto:karinaholmes.holmes@gmail.com);  
Cv: <http://lattes.cnpq.br/3060730469348384>).

HOLMES, Maria José Torres. Mestrado (2010) e Especialização em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB (2006). Especialização em Gestão Escolar (2012) e Administração da Educação. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (1985). Membro da Coordenação do FONAPER. (E-mail: [mjtholmes@yahoo.com.br](mailto:mjtholmes@yahoo.com.br) - CV: <http://lattes.cnpq.br/0112864770221805>)

LUNA, Emmanuel Paulino de. Doutorando e Mestre em Ciências das Religiões (UFPB), Especialista em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido (IFRN), Graduado em História (UEPB); tem experiência na área de História, com ênfase em História Social e História das Religiões atuando principalmente nos seguintes temas: Igreja e conflitos no campo, Reforma Agrária. Ensino de História e História do Brasil.

MELLO, Themis Andréa Lessa Machado de. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1995) e graduação em Ciências Da Religião pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2008). Professora de Ensino Religioso da Rede Municipal de Natal/RN (Desde 2009). É Mestre em ciências das religiões (PPGCR/UFPB).

NASCIMENTO, Diógenes Faustino do. Mestre e doutorando em Ciências das Religiões\UFPB-CE-PPGCR. Graduado em História (UVA-CE). Membro pesquisador do Grupo Videlicet de Estudos em Religiões, Cultura e Sistemas Simbólicos (UFPB/PPGCR). Colaborador na coordenação da Especialização em Ciências das Religiões, Diversidade e Ensino Religioso - UNIESP (E-mail: diogenesnascimento@hotmail.com; CV: <http://lattes.cnpq.br/7095216753283882>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7677-2267>)

NUNES, Andréia Rodrigues Da Silva Nunes. Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas (FAFI) - Palmas- PR (1991). Pós-graduação em Psicopedagogia Institucional pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP) - Alegrete-RS (2001), Pós-graduação em Supervisão e Orientação Educacional pelo Centro de Tecnologia e Pesquisa (CINTEP) -João Pessoa- PB (2018). Especialista em Ciências das Religiões, Diversidade e Ensino Religioso pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP) - João Pessoa -

PB. (E-mail: andreiarsnunes@gmail.com; CV: <http://lattes.cnpq.br/8308053764678898>).

SILVA, Cassiano Augusto Oliveira da. Possui mestrado em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (2019), graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba (2003), graduação em Bacharelado em Enfermagem pela Faculdade Unida da Paraíba (2009), graduação em Bacharelado em Teologia - Seminário Arquidiocesano da Paraíba Imaculada Conceição (2014). Atualmente é controlador de infecções relacionadas à assistência à saúde da Comissão Estadual de Controle de Infecção em Serviços de Saúde na Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, é enfermeiro executor na Comissão de Controle de Infecção Hospitalar no Complexo Hospitalar de Doenças Infecto contagiosas Dr Clementino Fraga/ SES/ PB. No campo da pesquisa trabalha com a Teoria Geral do Imaginário, meio ambiente, espiritualidade e saúde. (CV: <http://lattes.cnpq.br/3987575363515030>).

SILVA, Edilson Antônio da. Pós-graduado do Curso de Ciências das Religiões, Diversidades e Ensino Religioso, do Instituto de Ensino Superior da Paraíba – IESP; graduado em História pela UVA-UNAVIDA; Pós-graduado em História da Paraíba pelo CINTEP – E-mail.: [edilsonhistoria@hotmail.com](mailto:edilsonhistoria@hotmail.com).

SILVA, Laionel Vieira da. Graduado em Psicologia, Especialista em Extensão Universitária e Desenvolvimento Sustentável, Mestre em Ciências das Religiões e Doutor em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba - (E-mail: [laionel.vs@gmail.com](mailto:laionel.vs@gmail.com)).

SOUSA, Hercílio Medeiros de. Mestre em Informática pelo Programa de Pós Graduação em Informática da UFPB (2018). Mestre em Linguística pelo Programa de Pós Graduação em Linguística da UFPB (2014). Especialista em Segurança da Informação pela Faculdade de Tecnologia de João Pessoa (2011) e Especialista em Educação a Distância pelo SENAC (2010). Tecnólogo em Sistemas para Internet pela Faculdade de Tecnologia de João Pessoa (2008) e graduado em Licenciatura em Letras - Habilitação Língua Portuguesa pela UFPB (2016).